

REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

NÚMERO - 77 - 2016/1



TRICENTENÁRIOS

GERVÁSIO LEITE
LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE
UBALDO MONTEIRO DA SILVA



HOMENAGEM DO IHGMT AO CENTENÁRIO DE TRÊS EMÉRITOS
SÓCIOS, PELO TRANSCURSO DOS CENTENÁRIOS DE NASCIMENTO



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Número 77

TRICENTENÁRIOS

- Gervásio Leite**
- Luis-Philippe Pereira Leite**
- Ubaldo Monteiro da Silva**

**HOMENAGEM DO IHGMT AO CENTENÁRIO DE TRÊS EMÉRITOS
SÓCIOS, PELO TRANSCURSO DOS CENTENÁRIOS DE NASCIMENTO**

Cuiabá 2016/1



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Presidente

João Carlos Vicente Ferreira

Conselho Consultivo a Científico

História

Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins Related areas

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Editor

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (UNIVAG/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva (IHGMT)

Diretoria 2014-2016

Presidente: João Carlos Vicente Ferreira

1º Vice-Presidente: Osmar de Carvalho

2º Vice-Presidente: Weller Marcos da Silva

Secretária Geral: Nileide Souza Dourado

2ª Secretária: Suíse Monteiro Leon Bordest

1º Tesoureiro Geral: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2ª Tesoureiro: Alex de Matos

Conselho Fiscal

Benedito Pedro Dorileo

Nilza Queiroz Freire

Vinicius de Carvalho Araújo

RIHGMT, 77

Revista Tricentenário Especial: Gervásio Leite, Luis-Philippe Pereira Leite e Ubaldo Monteiro da Silva

© Copyright @ 2014 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT
A responsabilidade intelectual dos artigos cabe aos autores

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 77. Cuiabá, 2016
155p.: 16 cm.
Semestral
Inclui bibliografia, índice e ilustração
CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão: **Conselho Editorial**

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert



IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro)

Cuiabá-MT – 78050-500

Acesse o Arquivo da Casa Barão de Melgaço: [www//casabarao.com.br](http://www/casabarao.com.br)

Índice

EDITORIAL	7
ARTIGOS	

GERVÁSIO LEITE

- O olhar de Gervásio Leite: ponte de afeto	11
<i>Marília Beatriz de Figueiredo Leite</i>	
- Gervásio Agarrativo: Um homem transfluvial	17
<i>Eduardo Mahon</i>	
- Gervásio Leite: poética e política cultural em Mato Grosso	20
<i>Olga Maria Castrillon-Mendes</i>	
- Gervásio Leite: O Educador Visionário	29
<i>Adélia Maria Badre Mendonça de Deus</i>	
- Centenários de Gervásio Leite e Luís-Philippe Pereira Leite	35
<i>Benedito Pedro Dorileo</i>	

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

- Luis-Philippe Pereira Leite	38
<i>Paulo Pitaluga</i>	
- O Doutor Luis-Philippe	43
<i>Dom Bonifácio Piccinini</i>	
- Centenário de Luis-Philippe Pereira Leite	45
<i>Benedito Pedro Dorileo</i>	
- Produção e insígnias de Luis-Philippe Pereira Leite	52
<i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	
- Luis-Philippe Pereira Leite, Oráculo Cuiabano	65
<i>Ubiratã Nascentes Alves</i>	
- Luis-Philippe Pereira Leite: Memória Centenária em Trilogia Cacerense	84
<i>Olga Maria Castrillon-Mendes</i>	

UBALDO MONTEIRO DA SILVA

- **Os Cem Anos de Ubaldo Monteiro da Silva: Breve reflexão sobre o Quilombo Capão do Negro** 92
Suíse Monteiro Leon Bordest

- **Ubaldo Monteiro da Silva à luz do seu acervo (produção intelectual)** 100
Elizabeth Madureira Siqueira

- **O olhar do poeta centenário, Ubaldo Monteiro da Silva sobre “A Polícia de Mato Grosso” (1835 -1985)** 110
Nileide Souza Dourado

- **Percorrendo as Trilhas de Várzea Grande (MT) na obra de Ubaldo Monteiro** 131
Sônia Regina Romancini

- **Ubaldo Monteiro da Silva** 149
Benedito Pedro Dorileo

- **Entrevista com Ubaldo Monteiro da Silva** 151
Martha Arruda

- NORMAS DA REVISTA** 161

EDITORIAL

Homenageando o centenário de três importantes sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a presente Revista, n. 77, procurou traçar o percurso pessoal e profissional das citadas personalidades. A ordenação sequencial dos artigos respeitou a ordem alfabética.

Iniciando os artigos sobre **Gervásio Leite**, *O Olhar de Gervásio Leite: Ponte de Afeto*, de autoria de sua filha, a intelectual Marília Beatriz de Figueiredo Leite, traça, de maneira ímpar e muito afetuosa, a convivência que a mesma usufruiu ao longo de anos de convivência paterna, tomando os ensinamentos e o comportamento do pai enquanto modelares. No segundo artigo, *Gervásio Agarrativo: Um homem transfluvial*, Eduardo Mahon projeta Gervásio Leite para além das fronteiras de Mato Grosso que, na sua concepção, “o faria agarrativo em memórias e desgarrado em vanguarda”. A doutora em Literatura, Olga Maria Castrillon-Mendes, privilegiou duas principais facetas de Gervásio: a patriótica e a do civismo, compreendido sem fronteiras regionais, mas com contorno nacional, tão marcantes em suas obras. Isso levou Gervásio e outros intelectuais a se engajarem no movimento Modernista nacional, tendo sido responsáveis por sua realização no cenário regional. Adélia Maria Badre Mendonça de Deus, em *Gervásio Leite - O Educador Visionário*, trabalhou três produções do homenageado: *Um século de Instrução Pública*, *O ensino rural*, finalizando com uma peça literária inédita, *O destino sul-americano da Universidade Federal de Mato Grosso e a importante contribuição de Gervásio Leite na seara educacional*. A parte final das homenagens a Leite foi encerrada com o artigo de autoria de Benedito Pedro Dorileo, *Centenários de Gervásio Leite e Luis-Philippe Pereira Leite*, no qual sobreleva a importância da memória enquanto mecanismo capaz de tornar sempre vivos aqueles que tanto colaboraram para a evolução da cultura mato-grossense.

As homenagens a **Luis-Philippe Pereira Leite** tem início com um dos maiores estudiosos dessa personalidade, Paulo Pitaluga Costa e Silva, que, em *Luis-Philippe Pereira Leite* relembra os vínculos dessa personalidade com sua família, recordando também o cotidiano de estudos e pesquisas desenvolvidos em conjunto e sob múltipla inspiração. A forte ligação de Luis-Philippe Pereira Leite com a Igreja Católica, espaço onde se formou e contraiu muitas amizades, ensejou o artigo do Arcebispo Emérito de Cuiabá, D. Bonifácio Piccinini, sob o título de *O Dr. Luis-Philippe Pereira Leite*. Em *Centenário de Luis-Philippe Pereira Leite*, Benedito Pedro Dorileo oferece uma análise

vigorosa tendo por base três monografias do homenageado, inseridas no livro *Três Sorocabanos no Arraial: O Guarda-Mor, O Lavrador-Mor, e O Orago-Mor*, finalizando com breves dados de Pereira Leite. Em *Produção e Insígnias de Luis-Philippe Pereira Leite*, Elizabeth Madureira Siqueira discorre sobre a produção intelectual dessa personalidade e o reconhecimento social que recebeu, demonstrados pelas insígnias de que foi merecedor. Ubiratã Nascentes Alves analisou Luis-Philippe, no artigo de fechamento, *Luis-Philippe Pereira Leite, Oráculo Cuiabano*, no qual discorre sobre a trajetória do homenageado, sua descendência, vida profissional, produção intelectual e insígnias, tomando por base a portentosa obra de Paulo Pitaluga Costa e Silva, *As Philippeanas*, publicada em 1999. No artigo, Alves reedita uma entrevista, oferecida pelo homenageado ao historiador Costa e Silva, na qual Luis-Philippe discorre sobre sua infância, estudos e universo de sociabilidade, em primoroso depoimento. Com *Luis-Philippe Pereira Leite: Memória Centenária em Trilogia Cacerense*, Olga Maria Castrillon-Mendes abre o artigo com uma interessantíssima fotografia, datada de 1978, momento que marcou as comemorações do bicentenário de Vila Maria, hoje Cáceres. Nela, Luis-Philippe Pereira Leite está posicionado em frente ao Marco do Jauru, ao lado de diversas personalidades locais. Olga sobreleva a estreita relação de Luis-Philippe com a região de Cáceres, tendo por base aquilo que se convencionou denominar *Trilogia Cacerense*, a saber, *O engenho da Estrada Real* (1976); *Vila Maria dos meus maiores* (1978) e *O médico da Jacobina* (1978), de autoria de Luis-Philippe.

Ubaldo Monteiro da Silva mereceu um primeiro artigo, de autoria de sua filha e geógrafa Suíse Monteiro Leon Bordest, intitulado *Os Cem Anos de Ubaldo Monteiro da Silva: Breve reflexão sobre o Quilombo Capão do Negro*, no qual tece, inicialmente, uma breve biografia do pai, sobrelevando a temática das terras quilombolas, conhecidas na época por Capão do Negro. Foi o mesmo originário de terras da família do homenageado, e que constituiu, mais tarde, o Bairro Cristo Rei, em Várzea Grande. Além de discorrer sobre esse território, Bordest faz publicar a letra do Hino de Várzea Grande, de autoria do pai, peça muito pouco divulgada. A Curadora do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, Elizabeth Madureira Siqueira, em *Ubaldo Monteiro da Silva à luz de seu acervo*, louva a doação dos papéis e da biblioteca de Ubaldo por membros da Família, e apresenta o titular tomando por base o que eles revelam ao pesquisador, sobrelevando, no campo da produção intelectual, os artigos publicados por Ubaldo em

diversos jornais mato-grossenses. Em *O olhar do poeta centenário, Ubaldo Monteiro da Silva, sobre “A Polícia de Mato Grosso” (1835 -1985)*, Nleide Souza Dourado, tomando por base uma das principais obras de Monteiro da Silva, *A Polícia de Mato Grosso*, analisa e amplia seu conteúdo, incorporando e dialogando com outros autores que trabalharam o cenário conjuntural onde a polícia militar atuou em Mato Grosso desde os tempos coloniais. *Percorrendo as Trilhas de Várzea Grande (MT) na obra de Ubaldo Monteiro*, de autoria de Sônia Regina Romancini, sobreleva as contribuições de Ubaldo para a recuperação da trajetória de Várzea Grande, visto ter sido ele o pioneiro nas investigações sobre esse município. Para isso, tomou por mote duas de suas obras: *No Portal da Amazônia e Várzea Grande: passado e presente confrontos*, Romancini faz reeditar dois importantes mapas dessa cidade, além de traçar as potencialidades sociais e culturais várzea-grandenses, não deixando de colocar em relevância o contributo das comunidades ao seu entorno na fixação da identidade regional. Em seguida, um artigo de Benedito Pedro Dorileo, intitulado *Ubaldo Monteiro da Silva*, ocasião em que o autor relembra os militares de antanho e sobreleva a carreira e produção intelectual do mesmo. As homenagens a Ubaldo Monteiro da Silva finalizam com sua própria voz, ao ser entrevistado, na década de 1980, pela jornalista Martha Arruda, um presente para o leitor.

Com as Normas, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, para 2016/2. Cujas temáticas serão *Sesquicentenário de Rondon*, se encerra o número 77, externando os agradecimentos institucionais a todos que ofereceram sua contribuição e tendo certeza de que são suficientes para materializar as homenagens que o IHGMT presta a três de seus mais eméritos sócios: Gervásio Leite, Luis-Philippe Pereira Leite e Ubaldo Monteiro da Silva, ausentes fisicamente, mas presentes por suas produções intelectuais, contributo eterno e inapagável.

GERVÁSIO LEITE

1916-2016



O OLHAR DE GERVÁSIO LEITE: PONTE DE AFETO

Marília Beatriz de Figueiredo Leite
(Advogada, Teatróloga e Literata. mb.fl@bol.com.br)

Para minha irmã Moema e à outra Adélia, para a batalhadora amiga e acadêmica Cristina e para todos os amigos da AML

Talvez a exacerbada convivência com GERVÁSIO LEITE, meu pai, pode em algum quadrante ter atrapalhado a visão que tenho dele e, por mais que tente distanciar os meus sentimentos e pensamentos, ainda fico aprisionada pela séria conjuntura de ser filha de um homem que foi responsável pela forma como penso a vida, pelos meus gostos e pelo jeito libertário que busco para compreender o ser humano.

A visão de Gervásio Leite, as grandes preocupações que meu pai e o seu estar no mundo conservavam incrustadas em sua mente e coração: o indivíduo, o meio e o Direito.

Para ele, o que tomava forma, o que de fato contava não era tanto o modo como a coisa era feita, fosse ela uma teoria, uma matéria concreta, uma relação entre os seres, uma letra, um poema ou a política. O que importava é o que poderia sustentar o humano por um tempo maior, por uma época de plena construção, onde o olhar do homem fluía além do horizonte.

Muitas vezes, percebia seu olhar perdido na calçada da Rua de Baixo (Rua Galdino Pimentel) e pensava o que é que ele está buscando, açambarcando ou simplesmente mirando neste local de tanta gente conhecida e com um comércio ainda incipiente naquele tempo?

Outras vezes, andava com ele pela Avenida Getúlio Vargas e atentava também para uma visada mais atenta ou para a Praça da República ou para a Praça Alencastro e um jeito manso de olhar para o que hoje é o Cine Teatro. Notava que naqueles olhares nasciam memórias que avançavam e mostravam, em seu silêncio, o quanto de bom e de encantamento encontrava por esses espaços. Da catedral, é evidente que lembrava o casamento com minha mãe e a mirada era de doçura.

Tinha vontade de perguntar: “*O que significam tais olhares?*” E não ousava perguntar, pois o olhar era como o espelho de seus pensamentos, das suas estruturas representativas. Muitas vezes, eu era envolvida também por aquele modo de visão. Passavam por mim umas sonoridades. O olhar dele era o modo de amar que lançava

para A TERRA NATAL. Eis que saia de seus olhos algo como música e, como ela não tem modo de representar a realidade aparente, era muito complicado que eu alcançasse a verdade daqueles variados olhares. Também devo deixar marcado que tinha certeza, como já anotei acima, que ele não apreciava a aparência, o que ele insistia em rastrear e em retratar era o comportamento revelador, a maneira emocional da variedade dos sentimentos humanos.

Quando ele expressou em seu poema “PRIMEIRO POEMA PARA AS MULHERES QUE AMEI UM DIA”:

- *MULHERES QUE AMEI UM DIA*

MULHERES DE OLHOS ESQUISITOS...’ apreendo que, em certo sentido, o modo como Gervásio Leite apreciava o feminino tinha tudo a ver com a estética da arte e do amor. As mulheres, para ele, eram fruto da profundidade histórica que ele tinha em sua vida e isso surgiu quando, discursando na abertura de um ano letivo declarou:

As mulheres mandam em minha vida e o olhar que lanço para elas é de muito afeto 1º minha mãe Isabel, depois minhas irmãs Elza e Ana Terezinha, em seguida minha mulher Nilce e agora minhas filhas Marília e Moema. Creio mesmo que é por elas que cheguei até aqui e que vou continuar olhando para frente com o entusiasmo de quem vê as coisas desenvolvendo e ninguém mais adequado para tal tarefa do que as senhoras. Elas ensinam a construir a VIDA e ultrapassar os obstáculos além de permitir que em nossas estradas a oportunidade de amar não escape. Assim acho que a Universidade Federal de MT deve ter extremada atenção com o grupo docente e discente feminino da nossa instituição . As mulheres fazem de um modo firme e com categoria a educação e a cultura de nossa gente.

Importa ressaltar o cunho de verdade histórica que a visão gervasiana tinha sobre o mundo e o profundo abraço memorialista que ele traz para seus textos. Escrevendo sobre Rondon, sobre a Guerra, sobre o assassinato de Garcia Lorca, enfim, acompanhando como verdadeiro jornalista, ele informava os episódios e observava os homens às forças vivas e de ruptura que emergiam, olhando com jeito rastreador e seletivo. O que ele queria era diminuir os limites de insensatez como o ser se apropria do mundo. O homem no seu fazer e/ou no seu falar pode ter maior abertura no seu campo de visão. Ele prelecionava que a verdade não era solução de tudo, mas ajudaria a ultrapassar os erros e lançava mais longe o entendimento sobre o HUMANO. Isso era em termos do pensar o que mais importava: não cristalizar as soluções.

Gervásio Leite era um homem singular, pois amava a Verdade, porém, a polêmica fazia parte da cena. A cena que estava em preparação no futuro. A contradição entrava pela porta da frente de seu viver.

Presente e futuro não eram trilhas de um andar vagaroso e exploratório, quanto mais o olhar buscava o passado encontrava um caminhar vigoroso e que, mirando para frente, sabia que lá estava o alcance do homem, construtor da civilização que ele ansiava ver edificada e na qual ele trabalharia com afinco.

O lance de voltar os olhos para o passado era muito mais um modo de acreditar que o conhecimento construído ao longo do tempo pode ser mais estruturante do que aquele construído sem a amplidão, sem a voragem que lança o ser para o futuro tendo em vista o que já foi visto, o que já foi sentido e/ou alcançado. Esse era o olhar de quem, em seu discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras, afirmou e, em certo sentido, vaticinou: “Em países como o nosso, as associações culturais devem ainda EXERCER LARGA AÇÃO SOCIAL, participando vivamente do processo referente à elevação do nível cultural das massas, na missão educativa que faz dos grupos seletos fatores ativos de cultura”. Aqui, vamos já entrando no âmbito do ser que vê o HOMEM como um ente em eterna construção e que por isso mesmo precisa ter ao seu alcance órgãos interessados em elevar, em desenvolver e retirar o homem de sua precariedade para encaminhar as suas possíveis ações para o que, conforme disse Bataille: “Entretanto, é possível procurar a coesão do espírito humano, cujas possibilidades vão da santa ao sensual.”

Gervásio Leite tinha um modo particular de ajustar os seus sensores para, por exemplo, alertar: “A glória das letras está nessa missão, está em que elas se encontram ativas e alertas em todas as frentes do mundo, na palavra e nos livros dos líderes do pensamento contemporâneo”. A contemporaneidade para ele tinha esse sentido de enfrentamento com muita paciência, não para agarrar, mas sim para trazer, tomar e doar afeto. Afetar o outro com ideias novas, com atitudes inusitadas e que carregam criações e criaturas que podem alimentar os homens. A inteligência precisava de algo sensual para voar mais alto e também a transcendência ocupava lugar de destaque. Tinha como vetor que o anseio pode direcionar o sujeito ao alcance das estrelas ou jogar em poços profundos. As letras, ele entendia que podiam salvar da balburdia que estava e continua dominando o mundo para execução de um plano em que o combate deveria ser contra o império da mediocridade. Sempre afirmou que não existe nada pior do que formação de Grupelhos “donos da verdade”. O seu visor aponta algo que declarou ao tempo em que entrou na Academia Mato-Grossense de Letras e continua valendo: “O Homem como que numa época em que a técnica atingiu um dos planos mais altos da perfeição e da eficiência se compraz em destruir todas as suas criações exponenciais.” Tal preocupação

com a função das letras estava marcada pela aguda questão da belicosidade daqueles tempos. Certamente que seu espírito inquieto ambicionava a PAZ, estabelecida em conformidade com uma literatura que trouxesse para a mesa intelectual presentes que afinassem a visão para um mundo de harmonia, em que as palavras e as melodias não estourassem cabeças e nem trucidassem corações.

A paixão que carregava pelas coisas mais simples, até as mais complexas, provocava a maneira do olhar com brilho, com profundidade e com desejo mesmo de descobrir, de saber para levar tal descoberta até à comunidade. Cada canto era visitado, fosse numa escola, numa igreja, num museu ou mesmo num simples casebre, e em tudo ele via um detalhe, encontrava magia e percebia mistérios. Creio que é um traço de sua personalidade a generosidade em conhecer e distribuir o saber. Provavelmente, por conta de que ele não foi favorável àquilo que ALDOUS HUXLEY denominou de admirável e ele de “espantoso mundo novo”. Explica que há um descompasso entre as ciências e as técnicas que voam enquanto no campo das ciências sociais e culturais: “avançam na morosidade da progressão aritmética”. Assim, isso não agrada porque, para ele, tudo deve ter o mesmo patamar de evolução e revolução e proclama: “Alargasse, assim, cada vez mais, o fosso que separa as ciências do fazer das ciências do agir e,...” Esse pensar faz surgir mais uma frente para as batalhas em que ele trabalhava. Suas tarefas nesses campos eram travadas tanto em seu próprio escritório de advocacia, na face jornalística, na Universidade Federal de Mato Grosso ou na Academia Mato-Grossense de Letras e, por fim, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. E essa fala sobre tal desarranjo científico começou já quando ele era deputado (1947/1950).

Ele tinha plena consciência de que não podia reclamar de que o espaço e o tempo lhe faltaram, porque, caso pensasse desse modo, é que tinha sido ele que faltou ao mundo.

Dentro da esfera individual preconizava que todo ser humano tem o Direito e o Dever de uma educação sólida, condizente com a realidade e que estruturasse um cidadão cômico de suas responsabilidades, o que, para ele, afastaria a miséria material ou moral. Disse, como deputado, algo que deve ser destacado: “Em Mato Grosso todas as iniciativas que resultarem em alargamento e difusão da cultura em toda sua plenitude e intensidade, devem merecer a simpatia e o incentivo do poder público eis que somente assim, pelo aprimoramento de qualidades intelectuais é que poderemos preparar gerações dignas e aptas às realizações que importam no engrandecimento do Estado.”

(23 de julho de 1947) e, na verdade, continuamos MAIS QUE NUNCA PRECISANDO DESSE APOIO.

Entendia que o meio precisa estar cercado de todos os cuidados, a começar no âmbito familiar, local reservado para o respeito com alegria. Foi nesse espaço que ensinou o gosto por dançar, por ouvir boa música popular, *jazz* e clássicas. Estimulava divertimentos que encantavam minha irmã Moema e eu, como assistir os Festivais de Tom & Jerry, almoços divertidos nos restaurantes cariocas, brincadeiras no saudoso Sayonara, com Nazi Bucair e Cia. O meio, para ele, significava o lugar, a cidade em que tinha nascido e para ela afirmava o seu incontido e desmesurado amor, descrito em seu livro *Terra Agarrativa e Linda*. Ele tinha como certo que não faltam estrelas, nem jardins, nem pedras/seixos redondos nas águas dos rios. O meio ambiente nascia em casa, no meio familiar, e depois atravessava os campos, cuidando dos verdes e do correr das águas. Ao defender os municípios, tocou em pontos cruciais e os colegas tiveram que tomar conhecimento da riqueza que Mato Grosso carregava com relação ao tema.

Cuidava do espaço público tanto quanto cuidava do espaço privado!

Caminhamos agora para a visão que ele tinha sobre a carreira de advogado. Sobre o seu amor pela Justiça. Toda vez que vi e ouvi meu pai, Gervásio Leite, falando sobre o Direito e a Justiça é como se tocasse o AMOR no coração. Tais temas eram por demais estudados, sobre eles, já tinha variados escritos. Transparecia o Amor e tinha certeza que com ele podia transbordar, pois tal sentimento não é presente a receber. É, sim, o tempo de dar Amor. Em Direito ou na Justiça, a ocasião de amar não escapa. Ouvi dele esta frase, uma vez: “Em Direito, em ocupação advocatícia só melhora, só aumenta aquilo que transformamos em ações corretas”. O Direito é semente e como semente todo dia tem que ser cuidado. Um signo a mais no tribunal dos Justos; e como disse Rui Barbosa: “Fostes instituídos para guarda dos direitos individuais, especialmente contra os abusos políticos; porque é pelos abusos políticos que esses direitos costumam perecer”.

Pois bem, foi com ele que aprendi desde cedo a preservar os ensinamentos jurídicos. Proclamava que só não defendia os ladrões. No mais, foi SEMPRE um batalhador da Justiça, pugnando pelos mais fracos e ao lado dos necessitados.

Creio mesmo que Gervásio Leite foi uma figura que em tudo que fez, nas práticas que trabalhou, nas lutas que manteve ao longo da vida foi o que minha mãe Nilce disse: “Um exemplo a ser seguido como uma LUZ: O Amor verdadeiro não se consome”. O afeto que ele espargiu mais permaneceu. E se bebemos à fonte verdadeira,

quanto mais bebemos mais generosa ela é. Assim, vivi e saboreei meu pai Gervásio
Leite: Ponte de Afeto!

GERVÁSIO AGARRATIVO UM HOMEM TRANSFLUVIAL¹

Eduardo Mahon

(Advogado, Literato e ex-Presidente da AML. eduardomahon@eduardomahon.com.br)

*“Nesse universo todo de brilhos e bolhas
Muitos beijinhos, muitas rolhas
Disparadas nos pescoços das Chandon
Não cabe um terço de meu berço de menino
Você se chama grã-fino e eu afino
Tanto quanto desafino do seu tom
Pois francamente meu amor
Meu ambiente é o que se instaura de repente
Onde quer que chegue, só por eu chegar
Como pessoa soberana nesse mundo
Eu vou fundo na existência
E para nossa convivência
Você também tem que saber se inventar
Pois todo toque do que você faz e diz
Só faz fazer de Nova Iorque
algo assim como Paris
Enquanto eu invento e desinvento moda
Minha roupa, minha roda
Brinco entre o que deve e o que não deve ser
E pulo sobre as bolhas da champanhe que você bebe
E bailo pelo alto de sua montanha de neve
Eu sou primeiro, eu sou mais leve, eu sou mais eu
Do mesmo modo como é verdadeiro
O diamante que você me deu”.*

Gervásio Leite, esse homem alto, delgado, moreno, é uma alma transfluvial. Enquanto a província pastava na mesmice, assuntando a vida do parapeito das janelas, aboiando o rio piscoso que vai para algum abatedouro marítimo, ele queria dar braçadas para além dessas águas. Pertenceu a um seletto grupo intelectual impressado entre o passado e o futuro, em plena transformação urbana que o faria *agarrativo* em memórias e desgarrado em vanguarda.

Para transcender a gravidade cuiabana, estudou fora e de fora trouxe uma cabeça renovada, cheia de ideias para enxergar a própria cidade além do buraco da fechadura.

¹ Discurso proferido por ocasião da abertura das comemorações do Centenário de Nascimento de Gervásio Leite, aos 19 de junho de 2015.

Dizia ele a António de Arruda, seu futuro colega de letras desta Academia: *“não mudei meu lema ou brasão d’armas: ou vai ou racha! Dele não sairei por motivo algum. Aos 22 anos, o que posso ser? Ou covarde ou revolucionário. Não há outra escolha. Vou para Cuiabá como D. Quixote, pois sei perfeitamente que ainda há moinhos de vento na idade da máquina. Nada de progresso a conta-gotas. Tem que ser furacão. E quem for fraco que fique pela estrada”*.

O homem transfluvial se amoldou às circunstâncias: fez muito do pouco e do muito, o máximo. Formou-se em Direito, litigou nos tribunais do júri como tribuno criativo e temível orador e somou experiência à cúria do desembargo, transitando entre duas togas, duas óticas, duas vidas. Assumiu a Corregedoria Geral de Justiça e presidiu o sodalício, sobrevoando os planaltos por onde transitava. Da cátedra da escola estadual, dos grupos escolares, chegou à presidência da Academia Mato-Grossense de Letras, num tempo de produção intelectual pré-universitária: difícil, onerosa, sacrificante. Quando se consolidou o método científico, mais uma vez Gervásio ultrapassou o comodismo cotidiano e começou a ensinar na universidade. Aprender e ensinar, fluxo e refluxo do homem de letras.

Gervásio prezava a vanguarda. Todo ele era futuro. Nas citadas correspondências com o colega desembargador António Arruda do qual tenho a honra de suceder nesta Casa, provocava: *“as escolas literárias foram, são e serão apenas duas: romântica e parnasiana. A primeira é a história dos chorões, a segunda dos meticulosos. Na primeira, escrevem-se besteiras, erradamente; na segunda, não se diz nada de forma impecável”*. Isso era o homem: um provocador nato, sem censura. Ele mesmo dizia que *“o indiferentismo é crime”*, exigindo posição da nata intelectual da época. Os padrões estéticos convencionais eram duramente criticados por nosso homenageado, fazendo-nos rever o conceito de pós-modernidade em Mato Grosso que, para falar francamente, já está superado a considerar um Silva Freire, um Wladimir Dias-Pino, um Rubens de Mendonça, o próprio Gervásio Leite.

Atualmente, a tão propalada transversalidade já era natural nas décadas de Gervásio: fazer dialogar os vários saberes entre si e formar uma opinião consistente para a sociedade. Poeta, jurista, jornalista, político, cronista, nosso homenageado é plural e inclassificável. A sensibilidade dele, esse traço magnífico de personalidade *“à margem”* da época, conduziu o interesse pela poesia enxuta, talento superlativo em meio a profissionais que se apegavam a discursos barrocos e grandiloquentes. Incorporando o

espírito modernista, compôs uma métrica diversa daquela consagrada por essas plagas – simples, provocativo, contemporâneo.

Cosmopolizou-se e exorcizou o provincianismo. Agarrou-se e desgarrou-se de Cuiabá. Sobre o tema, é essencial a percepção do grande poeta Aclyse de Mattos sobre a dualidade de quem fica e de quem vai: “*Cuiabá/ não sei se sou/ pau-fincado/ que rodou/ pau-rodado/ que fincou/ tanto andei/ enchi, voltei/ nestas águas/ me agarrei*” (do livro *Festa*, pág. 20). Dividido entre a saudade do passado e a esperança pelo futuro, Gervásio desabafou: “*lá adianta-se o lugar onde dormem, no sono eterno, os nossos antepassados. Dali mesmo podereis ver o futuro no fundo do claro horizonte que se levanta no bairro do Lavapés. Os indomáveis cavalos no tempo da doida corrida arrastando os dias, as semanas, os meses, os séculos. Mas a cidade ficará*” (*Terra Agarrativa e Linda*, 1969). Cabia perfeitamente nas cores, cheiros e sabores da terra, transbordando cuiabania no humor cáustico, irreverência desbocada que lhe valeu o respeito e admiração dos contemporâneos e dos pósteros.

Talvez conhecendo melhor o nosso centenário Gervásio possamos ir a fundo nas raízes desse povo admirável, realista e poético ao mesmo tempo. Como todo cuiabano que se prezasse, criticava o atraso local, mas inadmitia a crítica alienígena; debochava dos maneirismos, mas censurava o escárnio alheio. Era uma bússola livre em Cuiabá e, ao mesmo tempo, um norte cuiabano no mundo. Pensando nele, a letra de Caetano Veloso poderia ser adaptada: pois todo toque do que você faz e diz/só vai fazer de Cuiabá algo assim como Paris. Esse tipo *sui generis* amava a terra, sem ser bairrista e acreditava no mérito porque ele mesmo venceu pela força dos concursos que prestou e foi aprovado. Talvez tenha querido lançar uma importante mensagem: o nome não deve pesar nem para o próprio dono.

Gervásio Leite tinha um *ethos*, mas não um *locus*. Não cabia num só lugar, muito menos num só tempo. Era um homem que queria saber de tudo, estar a par das novidades, frequentar todos os lugares, os salões, os botequins, os tribunais, flanando como pé-de-valsa do Lavapés a Copacabana, do Coxipó a Buenos Aires, do Baú a Paris. Os 100 anos do nascimento desse singular intelectual serão comemorados por aqueles que têm olhos de luneta. Que orgulho teria o pai ao ver as filhas aqui conosco, olhando o passado com lentes de futuro... Anunciamos ao povo do rio acima e do rio abaixo: em forma de furacão, eis o nosso homem longilíneo de sorriso largo. É Gervásio transfluvial, agarrativo e lindo que, enfim, amansou os doidos cavalos do tempo nos cochós da eternidade.

GERVÁSIO LEITE: POÉTICA E POLÍTICA CULTURAL EM MATO GROSSO

Olga Maria Castrillon-Mendes²

Gervásio Leite (Cuiabá, 1916; Rio de Janeiro, 1991) compôs parte da minha memória de leitura sobre Mato Grosso, mas não tinha tido a oportunidade, que me é dada aqui, de buscar a sua produção literária. Nelson Ferreira Mendes, advogado em Cáceres, falava dele com o mesmo entusiasmo que o colega Benedito Pereira do Nascimento: um grande jurista, um filósofo do Direito que tinha o “esmero de um fino artesão e era vigilante na tessitura da prova, alicerce das portentosas defesas e sustentações de suas teses com a beleza de encantadora oratória”³.

Com semelhante ligação afetiva e intelectual, Natalino Ferreira Mendes referia-se as suas peças jurídicas e artigos veiculados na Revista do IHGMT e da Academia de Letras. Muito mais tarde, contatos com a Acadêmica Marília Beatriz Figueiredo Leite, filha do escritor, conduziu-me às pesquisas nas Revistas, mas foi no *Terra agarrativa e linda*, o lugar em que se deu o meu encontro com a escrita histórico-literária de Gervásio Leite, e este ano centenário reavivou-me o desejo de penetrar seus escritos. Descobri um polígrafo contumaz. Da variedade temática desenvolvida nos textos das Revistas, um aspecto me chamou atenção: o estilo de forte acento conceitual. As contundentes reflexões sobre a cultura e o povo mato-grossense, encontram-se sintetizadas nas crônicas, como se verá.

O tom patriótico eloquente e de exaltação aos ilustres da terra marcava as comemorações da Academia Mato-Grossense de Letras e dava visibilidade às ideias ali desenvolvidas. Uma delas foi fundamental para a época de Gervásio: a “participação silenciosa, mas eficiente e indispensável da mulher brasileira” e o povo em geral para “uma pátria livre de homens livres”. Foi por isso, um vigilante do ideário cívico, da conservação do sentido de nação, preservação das crenças comuns e manutenção do modo simples de viver.

² Professora de Literatura da Unemat/Cáceres. Dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL e do Mestrado Profissional em Letras/Profletras. Do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e da Academia Mato-Grossense de Letras.

³ Cf. Ac. Benedito Pereira do Nascimento. “Gervásio Leite: jurista e mestre”. Revista da AML (comemorativa dos 90 anos), 2012, p. 51-55.

Seguindo preceitos do filósofo Ernst Renan (1823-1892), para quem o sentido de nação é resumido em “princípio espiritual”, valores, costumes e educação, “transmitidos” hereditariamente, Gervásio Leite professou a fé nos brasileiros tidos por ele como “soldados a serviço das grandes causas nacionais”. Como Renan influenciou a maioria dos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, o conceito de sentimento nacional era compreendido pela atuação dos “grandes homens” que congregaram uma nação⁴. O Império brasileiro utilizou-se desse ideário de alicerce espiritual com o qual se construíram os princípios sociais e políticos, principalmente nas regiões mais afastadas do país. Nessa linha de raciocínio, Gervásio propõe um “pacto cívico” que envolva os bens materiais, culturais e espirituais que formam uma nação justa e soberana⁵.

Coerente com tais princípios, discursando em nome do IHGMT, durante o centenário de nascimento do Patrono da Cadeira 21, José Barnabé de Mesquita (Sênior), coloca a vida do homenageado como um símbolo de dever e virtude e torna-se o arauto de uma juventude que o ouviria ainda hoje:

É que nesta época batida pelo tufão do mais rude materialismo as gerações presentes e futuras devem se voltar para o passado para encontrar na história a certeza de que as obras perenes são aquelas que foram construídas pela inteligência e pelo coração⁶.

Não se vê nos argumentos o conflito passado/presente, mas compromisso social que visa à articulação e releitura das diversas temporalidades. Mesmo quando trata dos sentimentos telúricos, é com a necessidade de colocar os vários saberes em diálogo para formar uma opinião consistente para a sociedade, como fala o Ac. Eduardo Mahon⁷.

Em artigo sobre D. Aquino, examina a influência da paisagem, dos homens e das coisas da terra na obra do poeta. Diz que não é uma influência escravizadora, tampouco um regionalismo convencional, episódico ou impressionista, ou fuga, mas é ampliado

⁴ Discuto os desdobramentos das ideias renanianas em *Taunay viajante: construção imagética* de Mato Grosso (2013).

⁵ Discurso durante a sessão solene de encerramento das comemorações da Semana da Pátria, como orador oficial da AML. Cf. Revista do IHGMT, 1955-1976. Tomos 63-106. Anos 27-48, p. 11-13.

⁶ Cf. Discurso de Gervásio Leite pelo Centenário de José Barnabé de Mesquita. Revista da AML (1954-1955). Tomos 43-46. Anos 22-23. Cuiabá, 1955.

⁷ Cf. o Artigo “Gervásio *agarrativo*: um homem transfluvial”. In: Revista da AML, 2015.

pela noção universalizada, pois está “acima de qualquer influência”. No entanto, não foge à realidade que o envolve. Por isso, na sua perspectiva, D. Aquino foi um encantado pelas coisas, paisagens e figuras históricas, denotando forte acento de pertencimento⁸.

Entre o passado enraizado e o presente renovado por ideias trazidas do Rio de Janeiro, Gervásio Leite foi considerado figura ímpar no cenário brasileiro, destacando-se como jurista, com verticalizada participação em vários setores da vida pública no seu Estado e fora dele. Como reforça o confrade Benedito Pereira do Nascimento, “nasceu predestinado à verticalidade”. Fez escola, plasmou gerações. “com o esmero de um fino artesão, era vigilante na tessitura da prova, alicerce das portentosas defesas e sustentações de suas teses com a beleza de encantadora oratória” (p. 52)⁹.

A inserção na vida pública levou-o a ser conhecido como político, professor e ativista cultural. Esteve à frente dos movimentos de atualização das letras mato-grossenses. Fundou e dirigiu, com Rubens de Mendonça e Martins de Melo, a revista “*Pindorama*”, onde veiculou grande número de textos, e colaborou em vários jornais e revistas de Mato Grosso e do país¹⁰. No Movimento Graça Aranha participou, com o cacerense Euricles Mota, do encadeamento de ações inovadoras que sopraram novos ares na poesia do Estado. O Manifesto fazia coro às propostas de *Pindorama* de tornar visível as manifestações artísticas locais a partir da crença nas coisas do espírito: “queremos transmitir à inteligência mato-grossense esse dinamismo criador que sacode todo o país na hora decisiva em que vivemos” (ALMEIDA, 2012, p. 80).

A mensagem preconizada funcionaria como um libelo em favor dos movimentos locais. No 50º aniversário da Semana de Arte Moderna, Gervásio redigiu comentários ao Caderno número 07 de Silva Freire, dizendo: “a poesia e seu poeta estão causando espanto e assombro na máquina do mundo” (p. 45)¹¹. Portanto, na travessia entre dois mundos, construiu uma forma singular de inserção social e de produção artístico-

⁸ Cf. artigo de Gervásio Leite, “D. Aquino e a tradição”. In: Revista da AML. Ano 24. Tomos 47-48. Cuiabá, 1956.

⁹ Cf. artigo de Benedito Pereira Nascimento, aqui citado.

¹⁰ Cf. artigo de Elizabeth Madureira Siqueira na Revista do IHGMT, 1999, p. 277-279.

¹¹ Cf. Revista comemorativa do Jubileu de Diamante da AML, número especial, personalizado ao confrade Natalino Ferreira Mendes. Cuiabá, 1996.

cultural. Em um tempo muito anterior, usou da pena para *transver* o seu próprio mundo, da forma como faz o poeta Manoel de Barros.

O fato de percorrer outras searas da produção levou-o para além dos ensaios jurídicos. Ligou-se a estudos relacionados à história, às figuras eminentes e ao ensino primário de Mato Grosso. Sobre o tema da educação, há muito a ser dito e descoberto ao percorrer o conjunto de sua obra, como por exemplo, as ideias desenvolvidas em *Aspecto mato-grossense do ensino rural*, cujo teor continua atual¹².

Pertenceu à Academia Mato-Grossense de Letras (cadeira n. 2), hoje ocupada pela filha Marília Beatriz. Um desejo seu, confidenciado ao confrade Benedito Pereira, considero de sumo interesse para a sociedade: “fundar, com sua valiosa e invejável biblioteca, o Instituto Gervásio Leite destinado a servir de núcleo de estudos filosóficos e jurídicos para estudantes de Direito”¹³. Se ampliadas com o acervo deixado por Nelson Ferreira Mendes, hoje depositado na Biblioteca Natalino Ferreira Mendes, em Cáceres, tais títulos construiriam um arquivo jurídico único de inestimável valor sobre a ciência do Direito. Um desejo passível de realização?!

As crônicas e a síntese

Aventurando-me pelo universo intelectual de Gervásio, nas Revistas do IHGMT e da AML, vejo que os conceitos presentes nos artigos são retomados, genericamente, na coletânea de crônicas *Terra agarrativa e linda*.

Publicado nos 250 anos de fundação da cidade de Cuiabá, o livro, como diz o autor, é uma *aventura*, justificada pela necessidade de iluminar o resultado de 30 anos de pesquisa com os quais plasmou sua compreensão de/sobre Mato Grosso. É também o desabrochar de dois motivos expressos: do coração e da razão. O primeiro tem base telúrica, levado pela emoção da homenagem à cidade natal; o outro se liga ao compromisso cidadão, uma espécie de curiosidade pela ingente recepção da obra, instigado que foi pelo amigo-das-lettras, Rubens de Mendonça, com o qual compunha o coro de intelectuais empenhados no papel modernizador das letras mato-grossenses.

São textos raros, merecedores de reedição comentada, não só pelo que traz da lúcida utilização vernácula, mas, principalmente, pela reatualização temática, pois como cronista revela-se um observador atento e analista da história cultural. Daí, talvez, uma das chaves das suas ideias basilares.

¹² Cf. artigo de Elizabeth Madureira aqui citado (p. 279).

¹³ Cf. artigo de Benedito Pereira do Nascimento aqui citado, p. 54.

As crônicas tratam, basicamente, da histórica formação de Mato Grosso centralizada na cidade de Cuiabá que surgiu como célula *mater* de todas as outras. Traz, também, noções da cultura interior baseada na germinadora ideia desta cultura surgir “à luz de Deus e à luz do ouro”, religiosidade e riqueza, como se constituiu o processo de formação colonial brasileiro. Os núcleos populacionais se incorporavam na arquitetura móvel, improvisada, “esparramada pela nova *urbs*”, encharcando-se nas “águas frescas e límpidas da poesia” (p. 20) sem, contudo, silenciar a história, como comenta em *Rapsódia da terra do berço*:

Plantada em meio da virgem mataria cheia de índios ferozes ela [Cuiabá] suportou dias de terríveis misérias quando a ronda das pestes, a cegueira das guerras e a violência das revoluções povoaram as suas ruas de angústia, dor e morte. Ela vem resistindo há mais de dois séculos [...] reproduzindo o milagre da vida [...] (p. 22).

O canto heroico (res)guarda o valoroso espírito de resistência da cidade que cria mitos e gera memória gloriosa. É a aventura rapsódica dos *aedos* gregos, portanto, elemento criativo de uma poética recheada de fragmentos da história gerada pelos cantos e contos, como os muitos relatos registrados pelo olhar dos cronistas e viajantes naturalistas, cujos textos são fartamente utilizados pelo escritor.

Seguindo a linha épica, apesar do singelo número de páginas, o livro é intrinsecamente denso nas ideias que defende. Daí a minha proposta em destrançá-las neste breve comentário.

O ano de publicação é 1969 e a Gráfica Cinco de Março, do vizinho estado de Goiás, constituía o veículo pelo qual os textos vinham à luz. São 67 páginas de narrativas enxutas, vazadas pela pena escorreita de um homem afeito às letras. Abraça a cidade, desde a Vila Real, passando pela criação da capitania de Mato Grosso, pelo traçado da saga dos desbravadores dos sertões e caminhos monçoeiros, para desembocar no que chama de “*folk-dance*” cuiabano. São páginas coroadas pela saudação final à cidade homenageada, proferida na Casa Barão de Melgaço, de cujo quadro fez parte, tanto como “mortal” elemento da diretoria, quanto como “imortal” acadêmico.

Nesse sentido, alguns fundamentos das ideias são oriundos do esgarçamento cronológico com que sutura os fios da memória cultural. Para isso, sintetizo alguns aspectos que seguem reinterpretados a partir das expressões-chave por ele utilizadas.

1. **Sobre o povoamento de Cuiabá** “no coração da América Latina”: se deve mais aos desbravadores que fundavam e erigiam as vilas do que às iniciativas oficiais.

Uma terra que se constrói pela saga do povo. Comenta que para a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, vieram “mais de 3 mil pessoas entre brancos e negros, em um comboio de 308 canoas” (p. 9-10) para um “povoado de garimpeiros de poucos recursos que não podia alimentar e agasalhar tanta gente (p. 12). E continua: A cidade é resultado da “mágica do ouro, metal precioso que viajou para Londres via Lisboa, alterando uma concepção econômica, criando um novo tipo social e influenciando decisivamente na história da Europa pelo poderio que a Inglaterra adquiriu a custa do ouro brasileiro” (*Saga da minha cidade*, p. 17).

2. **Sobre a ideia de Cuiabá como símbolo e célula-mater de outras cidades.** É a cidade-monumento, cuja imagem está solidificada pelas crônicas históricas. Essas características, diz, parecem as de uma “velhinha nos seus 222 anos, quando escassos dois séculos são apenas o período da adolescência na vida das cidades. Cidade-moça, gárrula, festiva, sempre viva, sempre verde. Cidade-moça, mas cidade-mater, mãe de todas as outras cidades mato-grossenses” (*idem*, p. 18).
3. **Sobre o surgimento das cidades coloniais.** Estas são fruto da tempestade humana, portanto, movimento humano transformador do espaço: “Aberta a lavoura, levantada a capela, as duas necessidades mais urgentes dos bandeirantes – à luz de Deus e à luz do ouro – logo o núcleo se incorporou sobre a terra nova, na arquitetura infantil da sua rancharia e sob a sisudez caturra do Estado português [...]. Desde cedo, entretanto, ela se encharcou nas águas frescas e límpidas da poesia” (*Rapsódia da terra do berço*, p. 20). Assim, sob o signo do ouro, Cuiabá se recria nas narrativas mítico/místicas: “É a força da lenda que marcheta de ouro todos os longos anos de nossa história” (*idem*, p. 52).
4. **Sobre Mato Grosso como ponto de encontro de fronteiras móveis,** é a larga visão histórica do escritor que está para além da geografia citadina. Dá-lhe dimensão do sentido de fronteira estratégica, pela posse das colônias, diplomacia portuguesa, administradores coloniais de tirocínio, numa geopolítica de encontro de biomas diversos, de sistemas hidrográficos que permitiram o deslocamento humano (*Criação da Capitania de Mato Grosso*, p. 25-30). Está no *entre-lugar* do passado e da vanguarda, construindo uma história plural, cujo discurso traça o sentido do Brasil a partir do seu interior, criando imagens, muitas vezes

estereotipadas¹⁴. Como pensado por Silviano Santiago, o entre-lugar do discurso “de margem” em interação (diálogo) e não submissão. Discurso da inclusão, da valorização do diferente, elegendo o seu essencial valor estético.

5. **Sobre o espaço (poético) entre a fronteira e o Pantanal**, constrói-se o perfil de uma gente destemida, afeita a rasgar caminhos, marcar pontos pelas bandeiras das águas (monções). Escrevem com hidroletras os sertões brutos “desde Ararituaba (Porto Feliz) até aos diferentes portos de parada do rio Cuiabá ou, no Coxipó, aproveitando sempre os rios que servem de afluentes ao Paraná e ao Paraguai” (*Caminhos das monções*, p. 37).
6. **Sobre a gente cuiabana e a ideia de enraizamento cultural**, saída da verve de desbravadores nômades essa gente necessitou de rapsodos que construíram a “identificação emocional com a cidade, dessa identificação do cantor com a musa, daquela identificação que está no Genesis: *et erunt uno en carne dua*”. Dessa busca identitária nasceu o bairrismo, “essa forma ingênua e primeira de amar a terra, semente pequenina, frágil do patriotismo, esse amor absorvente e terno do filho amando sua mãe [...] essa floração interior que é o orgulho da terra em que nascemos, essa identificação cheia de vida tocada pela luz, transfigurada pela poesia, que é a dedicação do cuiabano por sua terra” (p. 21). Não é, portanto, sentimento xenófobo, mas posição intermediária entre as experiências sensíveis e inteligíveis. Como se viu pelo processo de formação literária, a intensificação do bairrismo criará falsas imagens, como a de “paus rodados” atribuídas aos que chegavam sem estarem ligados às raízes nativas:

O padre José Manuel de Siqueira acha que seu nome [Cuiabá] vem de Cuuyavá que significa “gente caída”. Nesse apelido por certo, pôs o bom padre colonial toda a sua malícia e ironia, como nestes dois séculos vem fazendo os ‘paus rodados’ que por aqui aportam. [...] Se caímos não caímos de todo, ficando alguma coisa para a redenção depois da queda e, que, tinha razão quem disse que caindo aprende-se a levantar (p. 21).

7. **Sobre cultura e poesia**, Cuiabá aprendeu a viver “dentro de uma dureza espartana” (p. 65). Mesmo considerando a imensidão geográfica de Mato Grosso, Gervásio tem a consciência histórica de que o povo se constituiu de

¹⁴ Cf. nossa análise sobre cartas e instruções dos administradores coloniais (dissertação de mestrado. Unicamp, 1998).

“férrea determinação”, vocação patriótica, de apego à terra que lhe serviu de berço e que povoou os anos da infância, da imaginação, das paisagens e da memória. Esses são os elementos que, na visão do Barão de Melgaço, mereceram o epíteto de “terra agarrativa e linda” (p. 67), expressão acatada nos argumentos de Gervásio Leite.

Mesmo compreendendo o forte apelo regional, necessário naquele momento em que se acreditava na unidade nacional através do apego à cultura local, Gervásio Leite professa a abertura para o novo, ou seja, concebe a tradição como um marco do passado plantado na memória do tempo (p. 22). Eduardo Mahon, escrevendo sobre o seu caráter “transfluvial”, diz que “imprensado entre o passado e o futuro [...] é *agarrativo* em memórias e desgarrado em vanguarda”¹⁵, como se viu nos fragmentos acima.

Nesse sentido, analisa o “povo cuiabano”: destemido e forte, cultivador dos costumes de origem ibérica e da pacífica convivência de estilos e classes sociais. As festas religiosas e profanas conviviam em todos os ambientes, mesmo aqueles que envergavam pianos de primeira qualidade (p. 45). Na crônica “*Folk-dance cuiabano*”, rememora a tourada, a marujada e a cavalhada de traços ibéricos, acentuando a influência negra de larga repercussão na formação do povo, como na dança do cururu considerada “monótona” pelo lusitano Ferreira Moutinho.

Portanto, as ideias basilares lançadas nas publicações periódicas culminaram nas contundentes argumentações de *Terra agarrativa e linda*. Convocam, assim, à reflexão sobre o que está cristalizado, entendendo que, para afirmar ou negar qualquer postulado é preciso compreendê-lo, tanto no espaço político de representação, quanto no da subordinação (ou da subversão).

Nesse sentido, Gervásio Leite tateou terrenos movediços, consciente da dupla função do intelectual: expor as feridas e traduzi-las para além da sacralização original.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marinei. **Revistas e jornais**: um estudo do Modernismo em Mato Grosso. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2012.

¹⁵ Cf. Artigo de Eduardo Mahon, “Gervásio *agarrativo*: um homem transfluvial”. In: Revista da AML, 2015.

CARVALHO, S. Carlos Gomes de. **Panorama da literatura e da cultura em Mato Grosso**. Vol. 1 e 2. Cuiabá: VerdePantanal, 2004.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso de constituição da fronteira. Dissertação (Mestrado em Letras) – IEL/UNICAMP, 1998.

_____. **Taunay viajante**: construção imagética de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso**. Cuiabá: CCS, 1992.

LEITE, Gervásio. Discurso do Acadêmico Gervásio Leite pelo IHGMT. **Revista da AML** 1954-1955. Tomos 43-46. Anos 22-23. Cuiabá, 1955.

_____. D. Aquino e a tradição. **Revista da AML**. Ano 24. Tomos 47-48. Cuiabá: Livraria e Papelaria União Carvalho, 1956. Edição consagrada à memória do Arcebispo D. Aquino Corrêa.

_____. Discurso proferido a 7/9/1976, sessão solene de encerramento das comemorações da Semana da Pátria, pelo orador oficial Gervásio Leite, Presidente da AML. **Revista do IHGMT**, 1955-1976. Tomos 63-106. Anos 27-48, p. 11-15.

_____. **Terra agarrativa e linda**. Homenagem a Cuiabá na passagem do 250º aniversário de sua fundação. Goiânia/GO: Cinco de Março, 1969.

_____. Revista comemorativa ao Jubileu de Diamanta da AML. Número Especial, personalizado ao Acadêmico Natalino Ferreira Mendes. Cuiabá, 1996.

MAHON, Eduardo. Gervásio agarrativo: um homem transfluvial. **Revista da AML**. Cuiabá, 2015.

MENDONÇA, Rubens. **Dicionário biográfico mato-grossense**. Goiânia/GO: Rio Bonito, 1971.

NASCIMENTO, Benedito Pereira do. Gervásio Leite: jurista e mestre. In: FREIRE, N. Q. & SIQUEIRA, E. M. (Orgs.). **Revista da AML**. Comemorativa dos 90 anos. Cuiabá, 2012, p. 51-55.

PÓVOAS, Lenine Campos. **História da cultura mato-grossense**. Cuiabá, 1982.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. Gervásio Leite. **Revista do IHGMT**. Comemorativa dos seus 80 anos de fundação. Tomo 47. Ano 71. Cuiabá, 1999, p. 277-279.

GERVÁSIO LEITE- O EDUCADOR VISIONÁRIO

Adélia Maria Badre Mendonça de Deus

(Bacharel em Direito, pela UFMT, e servidora aposentada da mesma [Instituição][PE1].
adeliambmendoncadedeus@hotmail.com)

Gervásio Leite, nasceu em Cuiabá, aos 19 de junho de 1916, tendo falecido no Rio de Janeiro em 9 de abril de 1988. Foi ele jurista, literato, jornalista, magistrado, historiador e educador. Pertenceu ainda à Academia Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Classifico-o como um homem multitalentoso.

Possuidor de um alma irrequieta, vivia à cata de algo para consertar. E como educador, na mais pura acepção que a palavra possa traduzir, nasceu com a vocação, o dom de preparar massa crítica, preocupou-se com a qualidade de ensino e com a capacitação dos docentes. Podemos dizer que, em sua ânsia de colaborar com a educação do nosso Estado de Mato Grosso, registrou e nos legou, os seus livros “UM SÉCULO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA” e “ASPECTO MATOGROSSENSE DO ENSINO RURAL”. A primeira obra foi escrita em 1940 e publicada em 1971, e a outra em 1942, ambas demonstrando, cristalinamente, a sua preocupação com a melhoria do ensino público de seu Estado natal.

UM SÉCULO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA - História do Ensino Primário em Mato Grosso. Com esse trabalho, percebemos que, além de educador ele foi um visionário. Não se contentou em apenas fazer o registro da História. Isso, ele o fez e, com perfeição. Buscou trazer ao nosso conhecimento os problemas enfrentados na educação básica desde o tempo do Brasil colônia até o início do século XX. Portanto, conforme ele mesmo nos esclarece, a sua pesquisa histórica abrange um pouco mais de um século. Nesses estudos, ele constatou que o enfrentamento dessa questão pelo poder público, não era tratado com o respeito que merecia. E, em trecho de seus registros históricos, ele nos trás notícias que, durante todo o período colonial, não há registro de nenhuma escola pública, em Mato Grosso. Esse fato foi também, registrado pelo historiador Rubens de Mendonça, em seu livro *Evolução do Ensino em Mato Grosso* (1971). “Os

filhos da capitania eram instruídos em outros lugares e, talvez até no seio da família, à boa moda colonial”, registra o autor Gervásio Leite.

O que fez o nosso educador visionário? Relatou tais fatos desde os tempos provincianos até a República. Situou-nos no tempo e diagnosticou que, na verdade, prioriza-se mais a construção suntuosa de prédios do que em bem remunerar e qualificar quem iria dinamizá-los. Não tem nenhum pudor em dizer que a instrução pública, neste país, não passa de questão eleitoral. Listou ainda que o desinteresse dos nossos legisladores e administradores contribui, sobremaneira, para o fraco desempenho de nossa educação. Trata desde a Lei Provincial nº 8, editada pela ação de Pimenta Bueno quando à frente do seu governo na Província de Mato Grosso, passando pela melhoria do ensino que timidamente, ocorrida nos governo de Leverger, nas reformas feitas por Miranda Reis, com a colaboração do Padre Ernesto Camilo Barreto, do Barão de Maracaju, de Souza Bandeira, entre outros, todos do tempo do Império e que, apesar das várias tentativas, legaram à República um trabalho mal começado. Entretanto, reconhece que o fracasso do ensino estava no fato de ter sido Mato Grosso esquecido no fim do Brasil, sem braços e sem dinheiro, e seus filhos fadados à ignorância.

Com o advento da República, que nas palavras do autor:

[...] trouxe a presunção de uma democracia num país em que o povo era figura retórica, aquele povo bestializado da expressão de Aristides Lôbo, que não tinha consciência de si mesmo. A República que igualou a todos, impedindo o preconceito de cor e da riqueza, criando a igualdade “perante a lei”, devia, antes de tudo, para não ser contrassenso, operar intensa e rápida educação das massas, ou melhor, democratizá-las para que a República fosse uma realidade social e nacional. (LEITE, 1971)

Assim, ele nos notícia que o primeiro regulamento do ensino no Estado foi baixado pelo Decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, sendo presidente de Mato Grosso, o Dr. Manoel José Murтинho. Esse regulamento, registra o autor, foi denominado “Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso”, o qual tratou de dois aspectos: ensino primário e secundário. Mas, pelas razões que até hoje conhecemos não foi implementado, porque os poucos recursos orçamentários do Estado não permitiram que a sua implantação prosperasse. E foi substituído por outro, pela Lei nº 152, de 16 de abril de 1896. Com o governo de Antônio Corrêa da Costa, político de grande prestígio, este tratou de alterar e melhorar todos os aspectos administrativos do Estado, especialmente, na área da educação, fazendo entrar em vigor, em 1896, o “Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso”, voltado para o

ensino primário e da instrução secundária, instrução esta “à custa dos cofres públicos estaduais a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de classes e nem origem” (LEITE, 1971). As escolas primárias foram classificadas em 2º graus: elementares, ou do 1º grau, e complementares, do 2º grau. Na primeira, a frequência era obrigatória às crianças de sete a dez anos, prevendo-se uma escola para cada sexo, nas cidades, vilas, freguesias e povoados, com a obrigatoriedade dos pais mandar seus filhos às escolas ou declinar os motivos pelos quais estes não seriam matriculados.

Os anos caminharam e a triste constatação de que, apesar de todos os esforços, a situação geral era péssima. Nos séculos XVIII e XIX, foram marcados por profundas reformas nas ideias correntes sobre educação. “Rousseau, no Emile, falava em educação de acordo com a natureza. Com Pestalozzi, Herbart e Froebel, em conciliação entre “educação do esforço” e “educação do interesse”, e aparece a tendência psicológica na educação. Pestalozzi rasgou perspectivas maiores e mais felizes para a causa da educação no mundo.” Em 1860, aparece o “Educação Moral e Física” de Spencer. Predominou, a partir daí o indutivo e acentuou a preocupação do estudo das ciências”. Falava-se em uma educação liberal, contendo o melhor material de cultura da vida”. – Paul Monroe – Brief Cours in thte History of Education. (LEITE, 1971)

E o nosso Brasil? Sentia-se a necessidade de uma reforma mais profunda. Aparece, então, o “Parecer sobre o Ensino Primário”, de Rui Barbosa que, ao estudar a situação do país concluiu que “somos um povo de analfabetos”, “que a instrução popular na Corte, como na província, não passa de um *desideratum*”. Buscou-se, então, estabelecer uma nova orientação tendente a estabelecer a liberdade de ensino e instrução pública para servir exclusivamente aos interesses da instrução no país. Não houve, entretanto, nenhum ou quase nenhum interesse nas ideias de Rui.

Em 1884, o Barão de Batovi, presidente da província, depois de realizar um diagnóstico da nossa educação pública, propôs o ensino obrigatório mas, reconhecendo a impossibilidade de pô-lo em prática, por causa do “obstáculo da falta de recurso no orçamento provincial, lançou a ideia da criação de um fundo escolar, visando ao melhoramento do padrão escolar da província. Nada, absolutamente, nada prosperava. O que levou o nosso educador Gervásio Leite a concluir que o ensino publico, no Brasil, estava todo errado: “do prédio ao método”. E sempre caminhou aos trombolhões, entregue ao acaso, como sempre fazemos, seguros de que nada nos acontecerá porque Deus é brasileiro. (LEITE, 1971)

Hoje, em pleno século XXI, é penoso constatar que o nosso educador visionário nunca esteve tão pleno de razão. Apesar de todos os avanços implementados, não há dúvida que, quantitativamente, evoluímos. Entretanto, falta-nos a tão almejada qualidade de ensino, a melhoria na remuneração de nossos docentes. Aos governos, federal, estadual, municipal, e só a eles, porque detém a chave dos cofres públicos, compete promover a valorização e o respeito que os nossos abnegados professores, merecem. Afinal, o direito à educação está consagrado em nossa Carta Magna. Entretanto, o povo continua aguardando, de nossos governantes, a sua libertação, via educação. Eu concluo, com muita tristeza, que o nosso educador Gervásio Leite recebeu o livramento de não ter que constatar, conforme nos noticia a imprensa, os muitos desmando que vivemos e que refletem diretamente na educação, ou melhor dizendo, na falta dela, dada a incontida corrupção existente neste Brasil, amado pelos que o respeitam e vilipendiado pelos oportunistas achacados pelo poder.

O ENSINO RURAL - Em 1942, Gervásio Leite publicou o opúsculo denominado Aspectos Matogrossenses do Ensino Rural, com o objetivo de promover a reforma do nosso ensino rural. Tinha como assertiva que a “instrução primária na zona rural necessita de ser, primordialmente, fator de valorização do homem em função do meio em que vive, fazendo do Jeca Tatu, essa indiferença acocorada, um elemento enérgico, ativo no enriquecimento nacional.” Para tanto, propôs um conjunto de medidas que possam valorizar a escola no campo, que é o habitat natural da comunidade. Elenca os três pontos capitais do problema e, igualmente, propõe solução. São eles: 1) A valorização do professor; 2) Solução definitiva para o problema de inspeção escolar e o 3) a necessidade do ensino rural ser, efetivamente, voltado para a zona rural de forma que se tornasse útil à população do campo. Considerava a valorização do docente a medida mais importante, por entender que a grandeza do Brasil dependia da eficiência que ele daria ao ensino sob sua responsabilidade. E, considerava que os professores rurais não deviam ser, apenas professor mas, também o consultor agrícola, o contabilista, o enfermeiro, o conselheiro e, sobretudo, ser vistos pelos pais de seus alunos como um conhecedor dos problemas e capaz de minorar seus sofrimentos. Em segundo lugar, ele considerou a situação de Mato Grosso mais grave, em função da grandeza territorial e da evasão escolar, quase que se fazendo necessário, a cada unidade de ensino, um inspetor. E, em terceiro lugar, pensava que o ensino rural deveria ter condições de ser eminentemente útil à população do campo. Afirmava ,

ainda, que as reformas e as propostas que o Estado propunha para o meio rural passavam a largo dos verdadeiros problemas rurais: tais como colonização, transporte, educação, fixação etc. e, não vingavam porque estas eram preconizadas em gabinetes, longe da trágica realidade, não respondendo as prementes realidades do meio. Dessa forma, ele nos informa que,

[...] por estar entregue ao teorismo vão dos preconizadores de reformas por amor à reforma, o ensino rural ficou muito tempo entregue às medidas superficiais, à indiferença do professor e a um método de programa de ensino eminentemente urbanos, levando à zona rural a indiferença e o desinteresse pelos problemas fundamentais do meio ao qual a escola servia”. (LEITE, 1942)

Em conclusão, entendia o autor que é urgente, premente e inadiável a solução do problema do ensino rural, capaz de ser, pela multiplicidade de seus objetivos, um dos fatores primeiros da grandeza do Brasil.

O DESTINO SUL-AMERICANO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Na década de 1970, Gervásio Leite, então Coordenador do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Mato Grosso, escreveu um artigo denominado “O DESTINO SUL AMERICANO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.” Começa considerando o espaço geopolítico que a nossa Universidade ocupa no coração da América Latina, situada, como está, no centro da considerável porção do continente americano e, em razão de sua posição, suscita várias observações. Tinha ele não só a consciência da importância que o seu Estado natal como de sua Cuiabá, instalada no Centro Geodésico da América do Sul, cumprisse a sua missão. Por isso, já recomendava uma forma mais contundente de intercâmbio com os nossos países vizinhos. Não bastaria, apenas, a nossa integração econômica, mas, de suma importância, a cultural. Sugeria maior aproximação dos povos, buscando, através de seus líderes, o desaparecimento dos desníveis econômicos e possíveis conflitos ideológicos, afastando pretensões xenófobas, buscando um mundo novo, com novos horizontes, através do diálogo. Tinha nessa concepção a necessidade, de tal prática se tornar política nacional, buscando estabelecer intenso intercâmbio de universitários em toda a América Latina, pois entendia ele que esses laços de amizade seriam indissolúveis e propiciariam trocas fecundas de experiências em todos os campos – humanístico, educacional, cultural, social e econômico. Se entre nós estivesse o nosso homenageado, ele mesmo constataria que, além de educador, de fato, era um visionário, posto que, com o advento do MERCOSUL, do qual o Brasil é

signatário desde a sua criação, em março de 1991, estabelecemos acordos com diversos países fronteiriços, promovendo o intercâmbio educacional tão almejado por ele. Entretanto, urge que o Governo do Estado de Mato Grosso, via Universidade Estadual de Mato Grosso e a nossa quase cinquentenária Universidade Federal de Mato Grosso, busquem encaminhamentos eficazes para a solução do reconhecimento dos cursos que em nossos países vizinhos – Bolívia, Paraguai e Argentina - são realizados e, que, não são reconhecidos em nossas Universidades.

Como vimos, Gervásio Leite, o educador visionário, abraçou a causa da educação, num primeiro momento, em seu Estado natal. Ao proclamar o Destino Sul-Americano da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, rompeu barreiras buscando, promover a inserção da nossa educação no âmbito internacional. Resta-nos saber se as suas ideias e ideais vingarão.

Referências

LEITE, Gervásio. *Um Século de Instrução Pública* (História do Ensino Primário em Mato Grosso). Goiana/GO: Rio Bonito, 1971.

LEITE, Gervásio. *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural* – Comunicação ao VIII Congresso Nacional de Educação – Cuiabá: 42 – Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

LEITE, Gervásio. *O Destino Sul-Americano da Universidade Federal de Mato Grosso. Década de 1970*. Mimeo.

MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: s/ed., 1971

CENTENÁRIOS DE GERVÁSIO LEITE E LUÍS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Benedito Pedro Dorileo

(Reitor da UFMT, Associado do IHGMT e da AML, cadeira n. 26. Patrono:
Joaquim Duarte Murtinho. pdorileo10@gmail.com)

De quando em quando é aberto o álbum de memória mato-grossense e, de maneira evocativa, buscamos a doçura suave da recordação de personalidades que plasmaram as suas vidas na história e nas letras, sendo agora reverdecidas. Se em julho fecha-se a memorização do centenário de Rubens de Mendonça, outras pétalas vão-se abrindo para Gervásio Leite e Luís-Philippe Pereira Leite.

Aprendemos na segunda metade do século XX, para compor a equipe de implantação da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, com apoio da família universitária, que nenhum conhecimento pode encerrar em si mesmo; que a sua produção deve imediatamente ser compartilhada: pesquisar, ensinar e estender. A extensão vai muito além do processo educativo, cultural e científico, pois une o ensino e a pesquisa, e viabiliza a transformação da comunidade e da sociedade. Transferir conhecimento – eis a questão.

Se hoje, a pesquisa translacional, científica por excelência, contribui para descobertas a partir da ciência básica – útil para o bem-estar imediato da vida humana – focada na solução de problemas que acometem a população brasileira; da mesma forma, a extensão complementa insumos imediatos e dosados para a alimentação intelectual ou prática do povo. Nem universidades, centros ou faculdades, bem como instituições de cultura podem guardar intramuros os conhecimentos auferidos ao longo do tempo. O povo tem direito de saber, bem como o de receber informações pedagogicamente organizadas. Assim também fazem as instituições culturais: da história, das letras, da geografia, da antropologia etc.

Pensamos que a ancianidade não fecunde em ranço os nossos conhecimentos, pois rejuvenescer é essencial como obra do espírito. Que o rancido e a veterance estiolem-se em favor do pubescer dos novos tempos. Nada implica esteja a face enrugada ou nevados os cabelos a murcharem a beleza, ou haja apoio em cajado, importa que a mente se recrie e se renove.

Augusto Rodin, o escultor da idade do bronze, no século XIX, em L'Art, prelecionou: *respeito à tradição, saber distinguir o que ela contém de eterno e fecundo: o amor à natureza e à sinceridade – estas são árduas e fortes paixões dos gênios*. É bom atentar que a civilização mais facilmente está preocupada em apurar os vícios do que aperfeiçoar as virtudes.

Sem atrelamento a ideologias, mas no cultivo axiológico é fundamental lembrar os numes tutelares que exornam o caráter da nossa cultura. Dessa forma, vêm a lume nestes anos de 2015 e 2016 os nomes de Gervásio Leite e de Luís-Philippe Pereira Leite para realce dos seus centenários de nascimento.

Gervásio, jurista e historiador, poeta e jornalista, magistrado e do magistério – foi associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e ainda presidente da Academia Mato-Grossense de Letras e do Tribunal de Justiça do Estado. Luís-Philippe, jurista e historiador, foi Procurador-Geral de Justiça. Ambos foram políticos como deputados constituintes do Estado, em 1947. Foi Luís-Philippe presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e associado da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foram escritores. Nasceram os dois eminentes cuiabanos no mesmo ano de 1916. O primeiro, em 19 de junho e o segundo, em 12 de dezembro. Gervásio rendeu o seu espírito ao Pai em 10 de abril de 1990, no Rio de Janeiro; e Luís-Philippe descansou no Senhor, em 4 de fevereiro de 1999, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A Casa Barão de Melgaço, cumprindo a tarefa da extensão cultural, no próximo dia 19 deste mês de junho, inicia a celebração do centenário de Gervásio Leite, e o de Luís-Philippe no decorrer do próximo ano de 2016, quando as solenidades se enlaçarão.

Assim segue a vida, do verdor dos anos e plenitude da mocidade até o desflorescer das idades e o crepúsculo da existência. Jubilados do viver passam a evocados na memória dos seus conterrâneos como flamas da nossa cultura. Cada corola na relva, cada pétala desprendida compõem o florilégio da nossa saudade, em infinita fruição das nossas vidas.

LUIS-PHILIPPE
PEREIRA LEITE



1916-2016

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Paulo Pitaluga (Historiador, membro do IHGMT,
autor de inúmeras obras referentes à História de Mato
Grosso. ppitalug@terra.com.br)

Eu me sinto perfeitamente à vontade e, porque assim não dizer, na obrigação de escrever sobre Luis-Philippe Pereira Leite, já que foi grande e intensa a nossa amizade pessoal, certamente calcada na aproximação quase secular entre nossas famílias. Como ele mesmo dizia, *a minha amizade com o Paulo tem mais de um século, pois o avô dele, seu Jaime Pitaluga, era amigo íntimo de meu pai*. E essa amizade, cultivada por anos de atenção e afeição mútuas, paulatinamente foi sendo transformada em laços quase que filiais, num relacionamento de pai para filho, com certeza. Visitas quotidianas, telefonemas atenciosos, preocupações de toda ordem, o amor pela história e pelo Instituto Histórico, são ainda hoje as tônicas mais visíveis desse relacionamento. O meu primeiro livro foi por ele prefaciado ainda em 1977; eu o sucedi na presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1996; tive a ousadia de prefaciar um de seus trabalhos mais recentes. Quantos trabalhos seus, livros e artigos, já tive o ensejo de ajudar no ordenamento final, acompanhar a revisão, diagramação e a impressão. A sua conversa, as suas histórias, os seus registros sempre me atraíram, não só por contar as coisas da terra cuiabana, mas por interessar-me sobremaneira enquanto vindas de uma pessoa que vivenciou uma boa parte dos fatos e da gente que relatou. E quanta coisa já me transmitiu e que eu já pude aprender. Um grande mestre e amigo que me iniciou pacientemente na história de Mato Grosso e, anos a fio, conscientemente, preparou-me para presidir o Instituto Histórico em sua sucessão.

E os anos de vivência me fizeram admirá-lo, não só como emérito historiador e homem de letras, mas como pessoa humana das mais sensíveis, atenciosas e preocupadas que jamais conheci. Como poucos, soube conservar, por décadas, as amizades de infância, de juventude, de universidade. Preocupava-se com os aniversários de seus antigos amigos, com seus os natais, a saúde dos mesmos. Sempre um telefonema inesperado busca aquele que há muito não tem contato, confortando, parabenizando, consolando, desejando graças.

Homem sábio, homem que expressa em seu viver, no seu dia-a-dia, a sua bondade, a sua espiritualidade e impõe a sua dignidade e respeitabilidade por esse Mato Grosso e Brasil afora. Num primeiro momento, o que se poderia imaginar desse senhor, em seus últimos anos de vida, já nos seus oitenta e poucos anos, sentado placidamente numa antiga cadeira de balanço na sala de sua casa. Mal se podia imaginar que ali estava um monumento vivo e pensante. Absorto em suas longínquas divagações, aparentando um afastamento total das coisas materiais que o cercavam, Luis-Philippe apenas pensava. Relembra os fatos, rememorava episódios, comparava datas, buscava personagens, construía as suas histórias, arquivava os seus trabalhos. Minúcias eram ali rapidamente trabalhadas por seu cérebro incansável, e inseridas e ordenadas em seus respectivos lugares na história. Não havia solidão, como se poderia interpretar, mas havia sim um intenso trabalho cerebral, captando sensivelmente nomes, fatos e datas do passado, para transformar essa massa heterogênea de produto investigativo e de informes variados, em indelével registro posterior, para que a poeira do tempo não os cobrisse para a eternidade. E um homem desse porte, com essa estrutura moral e intelectual, trabalhou tanto, pesquisou tanto, escreveu tanto, apesar de faltar-lhe por completo o sentido da visão. Assim, veio salvando do esquecimento uma boa parte da história mato-grossense e cuiabana, em particular a mais recente e por ele pessoalmente vivenciada. São 82 os títulos publicados (por mim encontrados), seja em livros ou em artigos inseridos em revistas especializadas. Além de dezenas de artigos publicados em jornais cuiabanos.

Bem merece o seu lugar destacado no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso como seu Presidente de Honra Perpétuo, na Academia Mato-Grossense de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e num sem número de entidades culturais deste país, que somente se sentem honradas com a sua convivência e participação.

Luis-Philippe foi a memória cuiabana viva e presente.

Por mãos do venerável Dom Francisco de Aquino Corrêa, em 1946 foi chamado para a Academia Mato-Grossense de Letras, entidade cultural das mais prestigiadas em Mato Grosso. Tornou-se acadêmico imortal ocupando a cadeira de Corsino Peixoto do Amarante. Era o intelectual que começava a dar os seus primeiros passos na seara cultural, confirmando a sua veia inata de literato e estudioso. O homem intelectual se lançava ao alto, iniciava a sua ascensão no mundo literário.

Por outro lado, vemos um homem sempre preocupado com as coisas espirituais. Um intelectual católico, temente a Deus, religioso, interlocutor de primeira grandeza com o clero mato-grossense.

Não um carola, não um beato, como ele próprio fazia questão de se reconhecer. Longe disso. Mas um homem com sólidas ideias e convicções, com postura religiosa de primeira grandeza. Fazia as suas orações, pedindo principalmente pela saúde de seus parentes e amigos, orando por esta humanidade tão sofrida, rezando por esta sua Cuiabá. Ora nos momentos precisos, pede a Deus nas horas certas.

E o interessante dessa faceta, seguiu o seu trilho de religiosidade *esponte propria*, já adulto, quando estudante de Direito no Rio de Janeiro. Não foi impelido pela formação religiosa de família, pelo beatismo de tias velhas. Tanto que, homem feito, no Rio de Janeiro, veio a fazer a sua primeira comunhão e a se crismar, tendo Dom Aquino como seu padrinho. Apenas uma conversa com Dom Aquino. Sem qualquer estudo prévio de catecismo. Somente a sua vontade manifesta, e entendida pelo prelado cuiabano, de se tornar católico praticante.

Procurou aproximar-se dos jesuítas do Colégio Santo Inácio, recomendado pelo próprio Dom Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá. Teve contato com os mais eminentes religiosos dessa ordem no Rio. No Centro Dom Vital, penetrou pelo mundo da filosofia religiosa e em seus contatos com filósofos católicos, como Tristão de Ataíde, que o enveredou pelo mundo austero de Jacques Maritain ¹⁶, conseguiu aprimorar a sua cultura, voltando-se para as doutrinas e dogmas da religião e do catolicismo. E esse estudo doutrinário pautou para sempre a sua vida dentro dos mais rígidos princípios morais e sempre próximo da Igreja Católica.

Jesuítas e dominicanos ajudaram-no muito, influenciando na sua formação religiosa e espiritual. Tornou-se um católico comedido, o suficiente, o necessário. Um católico respeitoso moldado em sólidas bases filosóficas e religiosas.

De retorno a Cuiabá, grande foi o seu contato com os arcebispos que por essa Arquidiocese passaram: Dom Aquino, que o introduziu na própria Academia Mato-Grossense de Letras; Dom Antonio Campelo de Aragão, Dom Orlando Chaves e Dom Bonifácio Piccinini, com todos tendo amizade e sendo ouvido nos momentos mais delicados.

¹⁶ - Um dos livros que mais impressionou o biografado foi *Noite de Agonia em França*, de Jacques Maritain, traduzida para o português por Tristão de Ataíde.

Foram seus amigos os vigários gerais de Cuiabá, os diretores e professores do Colégio Salesiano São Gonçalo, os párocos de diversas igrejas de Cuiabá e do interior mato-grossense, irmãos leigos, dirigentes do patronato Santo Antônio, as freiras da Santa Casa.

Intensa ainda foi a sua amizade muito pessoal com religiosos, como o frei Alexandre Trebaure, o frei Quirino, o padre Pedro Cometti, o frei Salvador Rouquette, o padre Firmo Duarte e ainda o padre Wanir Delfino César, alguns, seus confrades do Instituto Histórico e da Academia Mato-Grossense de Letras. E sobre três deles escreveu interessantes biografias, registrando-os assim, indelevelmente, na historiografia mato-grossense.

Mesmo fora do clero cuiabano conseguiu granjear grandes amizades, como a do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves, padre Viotti, padre Coelho de Souza, ex- Reitor do Colégio São Luís em São Paulo, e outros da mesma envergadura. Aproximava-se sempre dos bons, dos cultos, dos religiosos dos estudiosos. Neles, o seu paradigma, neles, o exemplo de ser humano digno e consciente.

No clero de seu estado natal praticamente formou sólida amizade e em sua obra vê-se claramente o destaque dado às biografias de religiosos que por aqui passaram e viveram, bem como à ação dos salesianos em Mato Grosso.

Luís-Philippe, o historiador, o homem apegado às coisas espirituais, sempre teve o seu destaque não só no mundo religioso, mas no meio político e social sempre foram reconhecidas também as suas qualidades. As homenagens que se lhe fizeram, através de comendas, diplomas, medalhas, títulos honoríficos são inúmeras e atestam sem dúvida o reconhecimento de autoridades e instituições a sua pessoa.

Sempre as altas autoridades do Estado de Mato Grosso lhe reconheceram méritos, não por ser político carreador de votos, mas justamente pelas suas qualidades intelectuais e morais, de homem digno e probo. Governadores, Senadores, Deputados, Desembargadores, homens de diversos escalões de mando, curvaram-se perante a sua simplicidade de intelectual escoreito.

O homem literato, dotado de grande espiritualidade, qualificou-se moralmente, por décadas, para se apresentar e se colocar no local onde hoje se destaca.

Por certo, está deixando atrás de si, não somente um rastro cultural e intelectual da mais refinada preocupação e verve, mas toda uma herança literária, toda uma brilhante demonstração de amor à terra natal. E o mais importante, deixou, principalmente, um exemplo dignificante de homem e escritor, de moral e brio, de ensinamento e perseverança, de estoicismo e dignidade. Longe de abatê-lo, a falta de visão antes dos quarenta anos de idade, deu-lhe forças para amearhar conhecimentos, deu-lhe a vontade férrea de escrever e deixar um registro importante de suas ideias, suas vivências, suas pesquisas e de suas amizades. Tudo anotado com a sua pena de literato atento ao registro de fatos e biografias.

Homens como Luís-Philippe, poucos apareceram nestes quase três séculos de Cuiabá.

O DOUTOR LUÍS-PHILIPPE

Dom Bonifácio Piccinini
(Arcebispo Emérito de Cuiabá)

“Façamos o elogio dos homens ilustres. Foram de grande virtude, dotados de prudência”. (ECLO, 44, 1.3b)

Conheci o doutor Luís-Philippe Pereira Leite em outubro de 1975, por ocasião de minha chegada a Cuiabá. Veio cumprimentar-me com a sua habitual fineza, invocando a proteção de Deus sobre o meu ministério episcopal.

Estudante no Rio de Janeiro, teve inclinação pela vida militar sem sucesso pelo lado do exame físico, mas se firmou no Direito, em Niterói. No Rio, aproxima-se de Dom Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, começando um grande relacionamento. Apresentado aos padres jesuítas, principalmente ao filósofo padre Leonel Franca, ficou impregnado de espiritualidade. Despertava fortemente em seu coração a vida espiritual no catolicismo, recebendo a Eucaristia em 12 de dezembro de 1935; depois o sacramento do crisma, tendo por padrinho o arcebispo cuiabano.

Com o vigor da inteligência e abertura para as letras jurídicas e a história, torna-se, em 1946, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; e, no mesmo ano, a sua posse na Academia Mato-Grossense de Letras, em 8 de abril, recebido pelo criador das duas instituições culturais, Dom Aquino Corrêa. Em 1976, é eleito presidente do IHGMT. Seguiria os passos de Virgílio Alves Corrêa, empossando-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1988, no Rio de Janeiro.

Na década de 1960, assume com Dom Orlando Chaves, compor a comissão que estudou as condições da Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá com a sua estrutura comprometida e que, diante dos pareceres técnicos de engenheiros com relatório votado, decidiu-se pela demolição; quando ainda houve participação dos fiéis em concurso livre na decisão para a construção da nova Catedral Basílica. Tarefa bem-sucedida, mas não sem deixar opositores e certa aversão histórica.

Em 1947, ano da reconstitucionalização do país, integrando o Partido Social Democrata, é eleito deputado constituinte. A missão era restrita, votada a Constituição

de Mato Grosso, promulgada em 11 de julho desse ano, a Assembleia Constituinte fora logo dissolvida. É nomeado Procurador Geral do Estado em outubro de 1947, com assento no Tribunal de Justiça do Estado. Essa Procuradoria fazia as vezes da atual Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público.

Com a aposentadoria do seu pai João Pereira Leite do cargo de tabelião do Cartório do 2º Ofício, o doutor Luís Philippe é nomeado o seu sucessor, deixando a Procuradoria, em 1951. A senhora sua mãe foi dona Jovita Valadares Pereira Leite. De serviço público, em 1998, já somava 62 anos, enfrentando a deficiência visual até a sua perda total. Reagiu com fé e coragem. Revelou sempre uma personalidade decidida no empenho responsável e perseverante na própria formação moral e intelectual como escritor fértil. Poderia ter-se enveredado para a produção literária de ficção com romances e fábulas que o dispensariam da precisão histórica. Não lhe faltavam engenho e arte. Assumiu o caminho árduo e difícil da pesquisa de historiador.

Neste ano de 2016, aceitei falar sobre o doutor Luís-Philippe, em seu centenário de nascimento em 12 de dezembro de 1916, como fanal e grande vencedor.

CENTENÁRIO DE LUÍS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Benedito Pedro Dorileo

(Reitor da UFMT, Associado do IHGMT e da AML, Cadeira n. 26. Patrono:
Joaquim Duarte Murtinho. pdorileo10@gmail.com)

Verbera o adágio peripatético atribuído a Descartes: “a natureza tem horror ao vácuo”. Naturalmente ao vazio, à esterilidade – e, no humanismo, à ausência de valores. Minguam passo a passo nos anais os vultos insignes que levantaram com brío a nossa cultura – o obituário contemporâneo testemunha a assertiva. O espaço está sendo usurpado em nosso país pelo apoderamento do romance picaresco, cujos atores, os pícaros são ardilosos, espertos que obtêm lucros e vantagens na lama capitalista. São os que burlam os projetos sociais em andamento e chafurdam-se na corrupção.

A descrença se aprofunda e provoca apatia, a iniquidade assola e desafia. Não está fácil salientar a consciência e a honra dos homens que viveram e legaram honestidade.

Num esforço intelectual, abramos o discreto álbum de memória de Mato Grosso à procura do bálsamo de recordação de figuras que plasmaram a nossa história, as nossas letras. Aprendemos nos intensos anos da incomparável empreitada de implantação da pioneira Universidade Federal de Mato Grosso – a agência maior que tornou possível a divisão do nosso Estado –, que nenhum conhecimento pode encerrar-se em si mesmo, que a sua produção deve imediatamente ser compartilhada – a necessária extensão, tão bem cuidada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a partir de 1968. Entendeu-se que nenhum polo de ciência ou de cultura goza de hermetismo, que os conhecimentos devem exercitar o salto para o seio do povo. Assim deve ser para os órgãos de ensino, de pesquisa, de produção cultural, também válido para institutos ou academias.

Em adesão ao assunto, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, fundado em 1919, caminha para o seu centenário ao lado de Cuiabá em seu tricentenário, em 2019 – já tão próximo. Pouco depois virá a coirmã a Academia Mato-Grossense de Letras, instituída em 1921. Nasceram por reação da angústia sofrida no

deserdado Centro-Oeste brasileiro. A relevância foi congregar cérebros devotados para garantir a sobrevivência de um povo.

O historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva, em sua apreciável obra *Philippeanas*, resguarda a memória de Luís-Philippe Pereira Leite, acentuando a importância do IHGMT. Como pesquisador revela fato do período inicial da década de 1970, com queda de sua produção: “a revista há muito paralisada, o prédio abandonado, biblioteca saqueada, apatia e desolação”. Sobre o passageiro declínio, o autor destaca a figura de Pereira Leite, associado desde 1946, possuidor de elevada cultura e intelectualidade, para reerguer o venerando Instituto. “Deu rumo austero, encetou diretrizes, investiu recursos próprios e reabriu as portas da Casa Barão de Melgaço, durante os 20 anos de sua gestão.”

Nos 80 anos de vida de Luís-Philippe Pereira Leite, chamei-o de *oráculo cuiabano*, quando reli e analisei as suas 3 monografias substantivadas da forma composta e sincopada de maior: O Guarda-Mor, O Lavrador-Mor, e O Orago-Mor, encerradas em seu livro de mais de 500 páginas, intitulado Três Sorocabanos no Arraial, editado em 1985. Costa e Silva, ao final, oferece o catálogo bibliográfico referenciando os títulos editados.

Certo é que a obra de Pereira Leite encerra passagens romanescas, feitos e episódios curiosos outros, que dão motivo para pesquisa relevante, como o Forte de Coimbra, personalidades, festas e folclore.

Homem íntegro, o carvalho da madeira nobre da nossa cultura. Com ele convivi, aprendendo sempre. Neste ano de 2016 temos o dever de celebrar o seu centenário de nascimento, em 12 de dezembro de 1916. Repito o que outrora dissera: homenagem a Luís-Philippe Pereira Leite suscita o epíteto de oráculo cuiabano – que, por definição léxica em sentido figurado, oráculo é a pessoa cuja palavra representa muito peso ou inspira confiança absoluta.

O oráculo cuiabano

Releio, anotando, as três monografias substantivadas todas elas da forma composta e sincopada de maior: O Guarda-Mor, O Lavrador-Mor e o Orago-Mor encerradas no livro de mais de quinhentas páginas, sob o título de Três Sorocabanos no

Arraial, editado em 1985. É deveras muito propício o momento, dado que a história e a fé estreitam-se em abraço fecundo nesta obra. Pois, no ano de 1996, a Igreja cuiabana celebrava os 250 anos de criação da Prelazia, em 1746; e o autor o seu octogenário de vida, no mesmo mês, dias 6 e 12 de dezembro, respectivamente.

Passo a passo nas linhas de miúdas letras, encontro pepitas reluzentes de raríssima preciosidade, garimpadas pelo memorialista com aguda sensibilidade de espírito.

Inicialmente, relembrando bandeiras e monções que aportaram o centro-geodésico da América do Sul, no século XVIII, encontramos a aclamação de Pascoal Moreira Cabral Leme como o guarda-mor das fabulosas minas do Arraial de Forquilha, às margens do Coxipó do Ouro, o arraial-mater, sob a invocação de nossa Senhora da Penha de França, em 8 de abril de 1719.

Pouco tempo e a ganância do ouro, principalmente para suprir a Coroa Portuguesa, expande a exploração para atingir o ribeirão Prainha, com novo arraial das minas, descobertas por Miguel Sutil de Oliveira.

O capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes logo, em 1722, edifica uma capela de palha, em louvor ao Senhor Bom Jesus. Bandeirantismo e religião escreviam as páginas primevas da história cuiabana, envolvida com sacrifícios dos brancos e índios, cuja odisseia, em meio aos inóspitos e ingentes sofrimentos, era sustentada pela fé.

As lavras de Sutil, o lavrador-mor, cresciam e a fama aurífera de generosos mananciais começou a povoar a região assumindo, em 1727, os foros de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, com o simbolismo das armas e levantamento de pelourinho. Por interesse fiscalizador a Vila Real tornava-se sede provisória da Capitania de São Paulo.

Faltava a imagem. Evidentemente não se adora estátua, mas a venera como símbolo, representação do sagrado, a inspirar o culto devido ao Senhor.

Comoventemente é a reprodução da crônica narrativa da confecção, transporte e chegada da Imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1729, oficialmente adotada por decisão do Senado da Câmara da então Vila Real. O Orago-Mor assoma o altar.

Completa-se a tríade comentada no livro de Luís-Philippe Pereira Leite, como os Três Sorocabanos no Arraial, pois fundadores e imagem procederam da cidade-madrinha de Sorocaba, em São Paulo.

Deve ser anotado que o autor registra atas, versões que, propositadamente, às vezes se conflitam, em autêntico tear histórico para que o leitor assuma a sua crítica. O âmago, porém, é preservado e respeitado.

A imagem taumaturga foi abrigada na Capela que logo tem paredes de barro e depois taipa socada, ruindo por vezes, reconstruída em 1740 pelo vigário padre João Caetano Leite César de Azevedo. Somente em 1771, sendo vigário padre José Pereira Duarte, recebeu sua primeira torre com forma de pirâmide.

De Prelazia para Diocese em 1826, dom José Antônio dos Reis, o primeiro bispo, assumindo em 1832, durante o seu rico apostolado, construiu as sacristas laterais, modificou a torre dando-lhe a forma ogival que permaneceu até o início do século XX. Pois em 1928, o presidente do Estado, Mário Corrêa da Costa, modificou a fachada, edificando a segunda torre, com alteração da primeira. O corpo permanecia de paredes de barro socado. E assim ficou, com ligeiros reforços, até a demolição final, em 1968.

Não é fácil tentar condensar a generosa oferta de dados e detalhes, verdadeiras filigranas, da obra de Luís-Philippe, que não se fecha em si, mas se abre em ideias documentadas e diversificadas de pesquisadores.

É assinalado o ano de 1958 como o marco de tomada de decisão quanto à estrutura física da Catedral, que ameaçava ruir por inteiro, fissurada gravemente, com exceção do frontispício. É criada a Comissão de Reconstrução, pouco tempo após haver dom Orlando Chaves assumido o sôlio arquiépiscopal. “ O tombamento junto ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fora recusado, face à perda do estilo colonial, com a modificação da única torre abobadada, do lado do Palácio da Instrução, pela dupla em agulha”..., repete o Autor esta passagem na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (Tomo CXXXIX-CXL, p.60, publicada em 1993).

Perda de autoridade histórica, reparação duvidosa com risco de fatal desabamento, ‘a Comunidade rezava, refletia, atenta aos detalhes e pareceres, e afinal decidiu: 70% pela demolição e reconstrução 30%’ ..., quando, ainda, se preparava para os 250 anos de Cuiabá, em 1969.

A relíquia colonial, infelizmente, não tinha sustentação. *Se se tratasse de uma sólida e duradoura construção aí seria imperdoável deitar abaixo o monumento histórico...os muros de taipa... desfazendo-se aqui e acolá...somente a faixada possuía reforço sustentável.*

O relato mostra que na década de 1960, a Imprensa estava dividida, ora apoiava a construção cabal de um novo Templo, ora criticava de maneira acerba, principalmente quando se usou dinamite na demolição. Sucede, porém, que tais petardos usados tão-somente na parte frontal, onde havia concreto armado da reforma de 1928, orientada por

um engenheiro militar, já aludida, pois o restante cedia naturalmente, com estruturas sacudidas pelo tempo, ademais com o trepidar dos veículos motorizados em sua volta, em horas hodiernas. As ruas centrais estavam calçadas de paralelepípedos. Não houve decisão monocrática da Cúria Metropolitana, mas o povo, principalmente a comunidade católica participou, votou livremente e assumiu a decisão de renovar a edificação da Catedral para assumir o foro de Basílica.

Acrescente-se que deve ser lembrado de ter o cuiabano decidido atualizar, arquitetonicamente, a partir da década de 1950, o seu centro urbano, lançando por terra os antigos Palácio Alencastro, Prefeitura Municipal e mais prédios públicos e particulares, na área que incluía a Catedral. Foi direito de opção exercitado pela maioria, e como tal deve ser respeitado.

O tempo passa e tudo refeito já propicia novas promessas históricas *ad futurum*. Em 1998, foram celebrados os 25 anos da nova Catedral. Em 2018, os 45 anos da Basílica.

Foram quinze anos de trabalho, o advogado Luís-Philippe coordenava a Comissão, ao lado do vigário padre Firmo Pinto Duarte Filho, acólitos de primeira linha do arcebispo metropolitano dom Orlando Chaves, o cantor, o apóstolo das vocações, o administrador.

São longas as páginas que contam as campanhas de doações, movimentos dos fiéis e da sociedade com participação do governo do Estado.

Mais uma vez o processo democrático: os projetos do célebre arquiteto em arte sacra Benedito Calixto de Jesus Neto, autor da Basílica Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, foram discutidos e postos em votação, e lê-se o resultado de 5.450, mais de 3.000 votos optaram pelo estilo clássico, com ligeiros retoques, que proporcionou a realidade da nova Catedral do Senhor Bom Jesus.

Finalmente, em 24 de maio de 1973, Dia de Maria Auxiliadora, comemorando o Jubileu de Prata da sagração episcopal de dom Orlando Chaves, era definitivamente inaugurada a Catedral reconstruída, com a presença de altos prelados brasileiros e personalidades de governos, clero, fiéis e povo.

Na sequência, o coroamento da conquista. Sua Santidade o Papa Paulo VI, em 15 de novembro de 1974, atendendo ao pedido do venerando metropolitano cuiabano concede a elevação da Catedral à categoria de Basílica Menor. Chamámo-la, portanto, de Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Cívico, religioso, histórico é tudo quanto diz respeito à transladação, em 1975, de Sorocaba para Cuiabá das cinzas de Miguel Sutil de Oliveira, que, hoje, na cripta repousa ao lado de Pascoal Moreira Cabral e de todos os prelados da Prelazia, Diocese e Arquidiocese de Cuiabá até dom Aquino Corrêa. Nos dias que correm, o construtor arcebispo dom Orlando Chaves tem o seu corpo, também, repousando na mesma cripta, falecido no dia da Assunção de Nossa Senhora, 15 de agosto de 1981, após celebrar 81 anos de vida em 17 de fevereiro desse ano.

A obra de Luís-Philippe encerra passagens romanescas, feitos e episódios curiosos outros, que dão margem para uma pesquisa do mais relevante quilate histórico, como o Forte de Coimbra e sua Protetora e sua relação com Cuiabá, festas e folclore, reprodução de documentos raríssimos e muitos depoimentos e mais.

Conduzindo a linha para encontrar o ponto inicial destas parcas letras, destacamos duas efemérides: os 250 anos da Prelazia de Cuiabá, criada pela Bula ‘Candor Lucis Aeternae’, do Papa Bento XIV, em 6 de dezembro de 1746, cuja contribuição de Luís-Philippe foi valiosa em suas diligências para favorecer a Mitra Arquidiocesana com os documentos pertinentes. Foi razão para homenagear Sua Excelência o senhor Arcebispo metropolitano Dom Bonifácio Piccinini, o bispo dos pequeninos: *Bonum Facere Parvulis*. E não poderia esquecer-nos do nosso mestre padre conselheiro Pedro Cometti, do tempo de vida salesiana, vigário-geral. A sucessão já ocorrera, com Dom Milton Antônio Santos que, em 17 de agosto de 2003, assumiu como arcebispo coadjutor e, no ano seguinte, torna-se o quinto arcebispo metropolitano de Cuiabá. Dom Bonifácio vive belamente entre os cuiabanos como arcebispo emérito.

Voltamo-nos, agora, para o doutor Luís-Philippe Pereira Leite, que sempre dispensoulouvaminhas, mas acreditamos que, neste enredo, sente-se mais honrado em sua intocável dignidade de homem virtuoso, na vida pública, como advogado, notário, ou na assembleia constituinte do Estado como deputado em 1947, no Ministério Público como procurador geral de Justiça, procurador regional eleitoral, procurador fiscal do Estado e partícipe de muitas outras funções públicas. Tantas são as honrarias e comendas que possui, como a de comendador da Pontifícia Ordem de São Gregório Magno.

Homem de singular inteligência, espírito percuciente e de nobreza de caráter, vai encerrando uma geração de maiores nomes que Mato Grosso já produziu, persentida pelos pósteros.

O seu octogenário, em 12 de dezembro de 1996, não viera como evento solitário, mas se aliou a outros, solenizando a celebração. Tudo é coincidente num jardim de múltiplas rosas. Ou providencial, como ele próprio lembra dom Aquino: *são elegâncias da Providência*. Porquanto nesse ano também comemorou: 175 anos de Cartório do 2º Ofício; 50 anos de posse na Academia Mato-Grossense de Letras; 10 anos de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; 50 anos de eleição para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; 20 anos de presidente deste Instituto e 60 anos de serviço público.

É bem de pensar com Henry Logfellow, em *The Ladder of St. Augustine: As culminâncias conseguidas pelos grandes homens não foram alcançadas com um rápido voo; durante a noite, enquanto seus companheiros dormiam, eles foram abrindo caminhos para cima.*

Homenagem a Luís-Philippe Pereira Leite.

Por definição léxica, oráculo, em sentido figurado, é a pessoa cuja palavra representa muito peso ou inspira confiança absoluta. Cremos que a sociedade, portanto, oferta-lhe o epíteto de O Oráculo Cuiabano.

Centenário

Post Scriptum: Luís-Philippe Pereira Leite nasceu em Cuiabá, em 12 de dezembro de 1916. Portanto, temos o seu centenário em 2016. Falecido em 4 de fevereiro de 1999, em São José do Rio Preto, hospitalizado que estava no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. O seu corpo descansa no Cemitério da Piedade, em Cuiabá, capital de Mato Grosso. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a Academia Mato-Grossense de Letras, as Instituições culturais e jurídicas celebram a sua memória, após 100 anos do seu nascimento.

PRODUÇÃO E INSÍGNIAS DE LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Elizabeth Madureira Siqueira

(Historiadora, Membro efetivo do IHGMT e da AML, Curadora do Arquivo da Casa Barão de Melgaço. bethmsiqueira@gmail.com)

Luis-Philippe Pereira Leite em sua residência, década de 1990



Foto: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Philippeanas*, p. 11

Dados biográficos

Luis-Philippe Pereira Leite nasceu em Cuiabá-MT, no dia 12 de dezembro de 1916. Filho de João Pereira Leite e de Jovita Valladares Pereira Leite, descendeu de família de estirpe, com raízes na região de Cáceres, visto que seu avô fora proprietário da Fazenda Jacobina, berço de grandes personalidades da História de Mato Grosso. Seus irmãos foram Hermínia e José Venâncio, este último formado em Medicina no Rio de Janeiro e, mais tarde, professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-SP. À ele, Luis-Philippe dedicou um livro, rememorando o percurso e as atividades do irmão na área da saúde.

Jovem Luis-Philippe Pereira Leite



Fonte: Arquivo da Casa Barão de Melgaço

Depois dos estudos primário e secundário realizados em sua terra natal, seguiu para o Rio de Janeiro, onde pretendia cursar a Escola Militar. Deixou Cuiabá aos 4 de julho de 1934, descendo o rio Cuiabá, de lancha, até Corumbá, de onde embarcou para Bauru-SP sob os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. De lá, reembarcou para São Paulo, ainda sob os trilhos da ferrovia Companhia Paulista, chegando ao Rio de em 1934. Foi residir no bairro de Botafogo, em residência da família de Mário Motta, amigo de seu pai e que lhe acompanhara durante toda a viagem.

Depois de algum tempo, resolveu mudar para um pensionato, também em Botafogo, de propriedade de Naly Amarante Peixoto de Azevedo, filha de Corsino Amarante Peixoto de Azevedo, onde residiu até final do ano de 1935. Depois, mudou-se para uma pensão famosa na época, Pensão Zurich, também em Botafogo, onde permaneceu até 1937. No ano de 1938 até 1941, hospedou-se no Hotel Bahia, de onde saiu, no último citado ano, para voltar a Cuiabá. O sonho de se tornar militar foi aos poucos sendo abandonado, optando para cursar Direito na Faculdade de Niterói, onde permaneceu por 5 longos anos. Enquanto estudava, resolveu trabalhar no Ministério da Justiça como extranumerário mensalista, nomeação que se deveu a Filinto Müller, então Chefe de Polícia na capital federal, o Rio de Janeiro. Seu grande pendor religioso foi sedimentado na convivência fraterna com o primeiro Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, que o aproximou dos jesuítas, com quem passou a conviver, ainda no Rio de Janeiro.

Em seu retorno a Cuiabá, em março de 1941, foi nomeado, a 27 de março, Oficial de Gabinete do Secretário Geral do Governo Júlio Müller, João Ponce de Arruda, tendo também ocupado o cargo de Procurador Fiscal do Estado, em substituição ao Dr. José Barros do Vale. Sua inscrição na Seccional da OAB-MT ocorreu no ano de sua chegada a Cuiabá, tendo obtido o nº 105. Sua aproximação com a entidade se deveu, fundamentalmente, à estreita convivência que mantinha com Mário Corrêa da Costa, Frederico Vaz de Figueiredo, Generoso Ponce de Arruda, todos integrantes do Conselho da OAB naquele período. Integrou o Conselho Seccional da OAB-MT durante as gestões de 1941-1943, junto à Comissão de Sindicância; entre 1943 e 1991, ocupou o cargo de Tesoureiro.

Seu antigo sonho de integrar o Exército foi-lhe proporcionado no ano 1942, quando ingressou nas fileiras do 16º Batalhão de Caçadores (hoje 44º BIM), esperançoso de poder servir as fileiras brasileiras na 2ª Guerra Mundial. Chegou a 2º Tenente em 1944, estágio em que permaneceu até o ano seguinte, quando cursou o NPOR, em seguida.

Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, foi recepcionado por D. Francisco de Aquino Corrêa. Sócio e Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, instituição que presidiu por vinte anos.

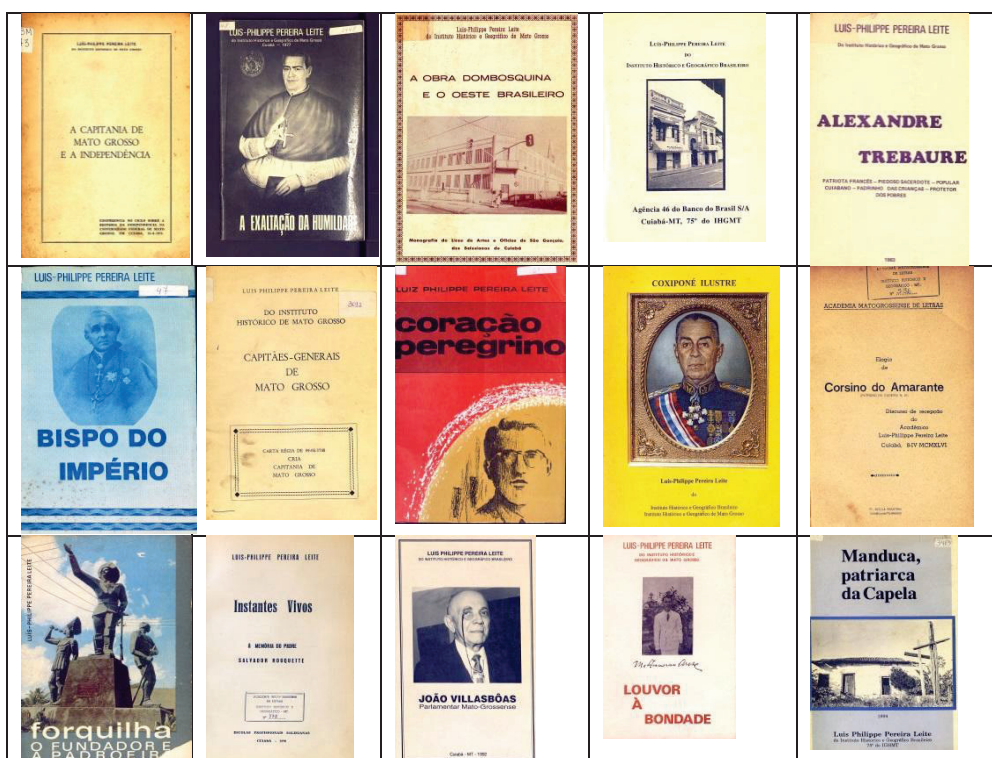
Em 1945, foi nomeado pelo Interventor Júlio Müller, ao lado de Benedito Vaz de Figueiredo, Estevão Corrêa e António de Arruda, para elaborar um projeto de Constituição para o Estado de Mato Grosso. Após este trabalho, Luis-Philippe foi convidado a assumir a Secretaria de Justiça, no lugar do Dr. Amarílio Novis. Declinou do honroso convite para se manter nas funções de Procurador Fiscal.

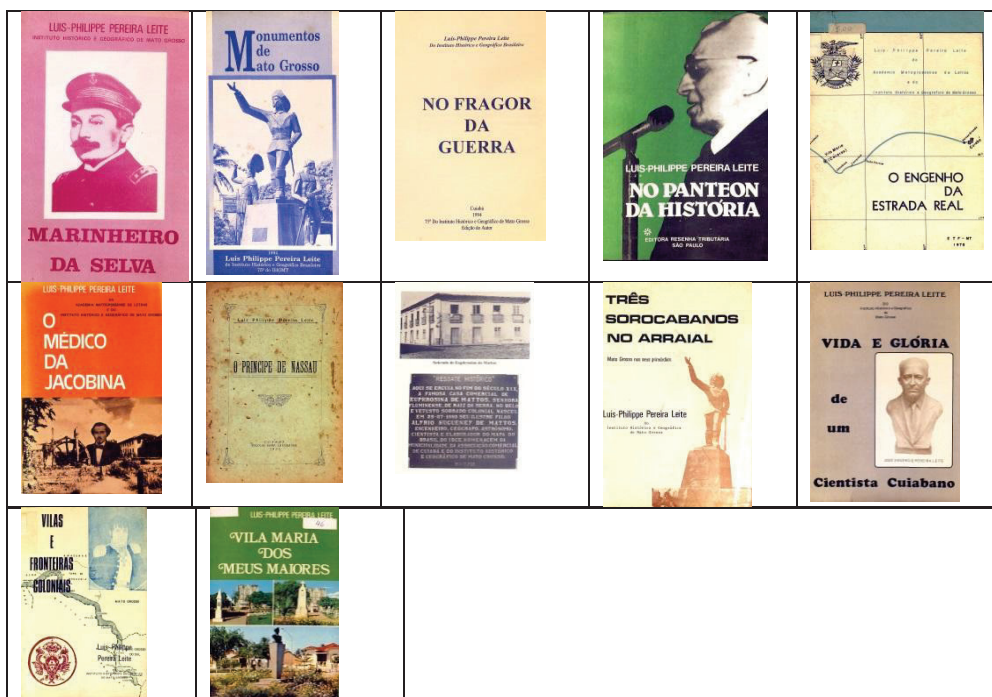
Deputado Constituinte, em 1946, colaborou de forma inequívoca na elaboração da Carta Constitucional de Mato Grosso de 1947, ao lado de José Manuel Fontalillas Fragelli, Sebastião de Oliveira, Lenine de Campos Póvoas, Valdir dos Santos Pereira, Itálvio Coelho, Penn de Moraes Gomes e outros expressivos nomes.

Foi nomeado, em outubro de 1947, para o cargo de Procurador Geral do Estado, no governo Arnaldo Estevão de Figueiredo, tomando assento no Tribunal de Justiça estadual. Na década de 1950, sua visão sofreu avaria e ele ficou cego, o que o fez afastar lentamente dos cargos que ocupava. Assumiu o Cartório do 2º Ofício, que pertencera a seu pai, falecido em 1959.

Mesmo com problema na visão, Luis-Philippe conduziu, com rigor e maestria, o Cartório do 2º Ofício, onde permanecia o dia todo, assinando papéis e determinando o andamento daquele organismo.

Reservou parte do seu tempo para escrever textos que foram publicados em livro: *O Príncipe de Nassau* (1937), *Elogio de Corsino do Amarante* (1946), *Instantes Vivos: à memória do Padre Salvador Rouquete* (1970), *A Capitania de Mato-Grosso e a Independência* (1972), *Capitães Gerais de Mato Grosso* (1973), *Coração Peregrino* (1975), *O Engenho da Estrada Real* (1976), *A exaltação da humildade* (1977), *Bispo do Império* (1977), *Vila Maria dos Meus Maiores* (1978), *O Médico de Jacobina* (1978), *Marinheiro da Selva* (1979), *A Obra Dom-bosquina* (1983), *Vida e Glória de um Cientista Honorário: José Venâncio Pereira Leite* (1983), *Alexandre Trebaure* (1983), *Educador de Escol* (1992), *João Villasbôas: Parlamentar Mato-grossense* (1992), *No Frigor da Guerra* (1994), *Os Valores da Raiz da Serra* (1994), *Manduca, Patriarca da Capela* (1994), *Monumentos de Mato Grosso* (1994), *Coxipone Ilustre* (1994), *Agência 46 do Banco do Brasil* (1996), dentre outros.





Faleceu em Ribeirão Preto-SP, no dia 4 de fevereiro de 1999. Seu corpo transladado para Cuiabá, onde foi enterrado com todas as honras. Seu nome foi dado para uma rua do Bairro Alvorada, em Cuiabá.

Insígnias outorgadas a Luis-Philippe Pereira Leite

Durante sua trajetória, Luis-Philippe, pela sua competência intelectual, prestígio social e extremada bondade de coração, foi agraciado com inúmeras insígnias:

Luis-Philippe Pereira Leite em frente à estante de suas insígnias



Foto: Arquivo da Casa Barão de Melgaço

Relação das Insígnias recebidas por Luis-Philippe Pereira Leite

ACBM/LPPL – 10

Medalha comemorativa dos 200 anos de fundação de Cuiabá, contendo as inscrições “de abril de 1719” e “Lembrança de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil”.

Cuiabá, 8 de abril de 1919

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 12

Medalha do Mérito Militar, outorgada pelo Ministério da Guerra. Estampa, de um lado, um trevo de quatro folhas presas a um círculo verde, tendo ao cento, em dourado, a inscrição “Mérito Militar”, e do outro lado “República Federativa do Brasil, 1934.

Rio de Janeiro, 1934

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 38

Diploma sócio da Congregação de Nossa Senhora das Victorias do Externato Santo Ignácio. Emoldurado com vidro.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1937

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 36

Diploma de sócio efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras. Emoldurado em quadro.

Cuiabá, 7 de setembro de 1954

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 39

Diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Emoldurado com vidro.

Cuiabá, 1956

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 35

Diploma da Pia União dos Cooperadores Salesianos, oferecida pela mesma Ordem Religiosa. Emoldurado em quadro.

Cuiabá, 29 de julho de 1957

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 4

Medalha da Marinha, em homenagem ao Almirante Tamandaré.

Medalha de material metálico de um lado o símbolo da Marinha e, no verso, o busto do Almirante Tamandaré. Acompanha uma réplica em tamanho pequeno, sob a forma de boton, acompanhado de fita verde amarela.

Rio de Janeiro, 1957

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 40

Medalha do Cinquentenário do Gabinete Fotocartográfico.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1959

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 37

Medalha Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, oferecida pela Sociedade Geográfica Brasileira.

São Paulo, 8 de junho de 1960

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 5

Medalha comemorativa dos 250 anos de fundação de Cuiabá, estampando o busto do seu fundador, o bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral. Acompanha réplica, em tamanho pequeno, e sob o formato de boton.

Cuiabá, 1969

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 2

Medalha alusiva à inauguração do edifício atual da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Presidente Nelson Ramos.

Medalha de bronze estampando o símbolo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá, 15 de agosto de 1972

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 13

Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil, estampando, de um lado, outorgada pela UFMT. Estampa a inscrição “Sesquicentenário da Independência do Brasil” e também o nome da UFMT e de seu Reitor, Gabriel Novis Neves.

Cuiabá, setembro de 1972

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 45

Diploma comemorativo da Independência do Brasil, oferecida pela Sociedade Brasileira de Geografia. Emoldurado, com vidro.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1973

Péssimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 19

Placa oferecida ao titular pelos amigos do 27º Quarteirão.

Cuiabá, 7 de dezembro de 1975

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 18

Placa alusiva aos 70 anos do titular..

Cuiabá, 12 de dezembro de 1976

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 31

Placa oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, comemorativa dos 50 anos do titular como sócio efetivo.

Cuiabá, 18 de julho de 1976

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 32

Placa oferecida pelos funcionários do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, por ocasião das comemorações dos 50 anos, do titular, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Cuiabá, 18 de julho de 1976

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 25

Placa oferecida pelos “Irmãos de Cuiabá”.

Cuiabá, 12 de dezembro de 1977

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 23

Placa oferecida pelos “Irmãos de Cuiabá”.

Cuiabá, outubro de 1978

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 3

Medalha comemorativa do centenário de nascimento de Carlos Chagas, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.
Medalha de bronze estampando o busto de Carlos Chagas e do Engenho Bom Retiro.
Engenho do Bom Retiro (MG), 1979
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 27
Placa alusiva à inauguração da Galeria dos ex-Comandantes do 44º BIMTz (Batalhão de Infantaria Motorizada).
Cuiabá, 23 de janeiro de 1979
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 30
Placa alusiva ao aniversário do titular, oferecida pelo Prefeito de Cuiabá, Gustavo Arruda.
Cuiabá, 12 de dezembro de 1980
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 28
Placa “Antônio João Ribeiro”, oferecida pelos moradores de Poconé, por ocasião das homenagens prestadas ao herói da Guerra do Paraguai.
Poconé, 21 de janeiro de 1981
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 24
Placa oferecida ao titular pela Fundação Cultural de Mato Grosso, pelos relevantes serviços prestados à cultura mato-grossense..
Cuiabá, 18 de novembro de 1983
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 6
Medalha comemorativa dos 25 anos de fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, estampando o brasão alusivo da mesma instituição.
Cuiabá, dezembro de 1985
Ótimo estado de conservação
Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 21

Placa alusiva ao ingresso do titular como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1986

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 17

Medalha comemorativa dos 70 anos do Banco do Brasil, outorgada pela mesma Instituição, por ter sido o titular o correntista mais antigo.

Cuiabá, 16 de março de 1992

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 29

Placa oferecida por ocasião das comemorações do 29º aniversário da Embratel, oferecida pela mesma empresa.

Cuiabá, 16 de setembro de 1994

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 26

Placa alusiva aos 80 anos do titular.

Cuiabá, 12 de dezembro de 1996

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 34

Placa oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso alusiva aos 20 anos do titular à frente da Presidência da mesma Instituição (1976-1996)

Cuiabá, 1996

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 20

Placa comemorativa dos 50 anos do titular como sócio da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, outorgada pela administração da mesma Instituição.

Cuiabá, 26 de janeiro de 1997

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 43

Pintura a óleo sobre tela estampando o rosto de Luis-Philippe Pereira Leite, de autoria de Victor Hugo.

Cuiabá, 1998

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 11

Medalha e Título de Benemérito da Cultura, outorgado pela Casa da Memória “Arnaldo Estevão de Figueiredo, em convênio com o Ministério da Cultura e alusiva também às comemorações dos 250 anos de criação da capitania de Mato Grosso, dos 100 anos de Campo Grande (MS) e dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Campo Grande, 1998

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 46

Armário (2) de madeira, com 4 prateleiras e com porta de vidro, mandado confeccionar pela viúva, D. Neusa Figueiredo Pereira Leite, para serem colocadas as medalhas do seu finado esposo, Dr. Luis-Philippe Pereira Leite.

Cuiabá, 1999

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

Sem data precisa

ACBM/LPPL – 14

Medalha de Pacificador “Duque de Caxias”, outorgada pelo Ministério da Guerra.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 15

Medalha Mérito Mato Grosso, outorgada pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Contém as inscrições “*Virtude Plusquam Auro*”. Acompanha réplica em miniatura, em forma de boton.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 16

Comenda Júlio Müller, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Acompanha uma réplica, em miniatura, sob o formato de boton.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 22

Placa comemorativa dos 50 anos de atuação do titular na vida pública.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 41

Placa oferecida pelos funcionários do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 42

Fotografia de Luis-Philippe Pereira Leite entre os sócios da Sociedade Amigos da Marinha.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 44

Fotografia de Luis-Philippe Pereira Leite, de meio corpo.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 1

Medalha do Mérito Imperador Pedro II – Ordem do Mérito da Cultura e Cavalheiresca de Santo Amaro, estampando, em ambos os lados, a efigie do Imperador Pedro II.

Medalha confeccionada em material metálico, de tamanho pequeno e adornada com uma fita verde amarela.

São Paulo, s/data

Ótimo estado de conservação.

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

Observação: colocada numa caixa de papelão de cor azul, com bordas brancas. Na tampa, está escrito “Santo Amaro”.

ACBM/LPPL – 8

Medalha Benemérito da Educação, outorgada pelo Instituto Nacional de Expansão Cultural. Num dos lados consta a inscrição “Personalidade Bandeirante do Brasil Presente”.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 9

Medalha Amigo da Marinha, outorgada pela Sociedade Amigos da Marinha.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

ACBM/LPPL – 7

Medalha Mérito José de Mesquita, estampando de um lado os dizeres citados e do outro a inscrição “Tribunal de Justiça de Mato Grosso”.

Cuiabá, s/data

Ótimo estado de conservação

Doação da viúva, D. Neuza Figueiredo Pereira Leite.

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE, ORÁCULO CUIABANO

Ubiratã Nascentes Alves

(Membro Efetivo da AML, Procurador do Estado, Advogado, Administrador)

As pessoas incomuns merecem ser lembradas e por tal razão, conhecedor das raras qualidades que revestiam o singular confrade, não poderia deixar passar em branco a lembrança do seu Centenário. Tarefa laboriosa envolvendo uma complexa responsabilidade, busquei evitar lacunas de toda natureza, desta personalidade marcante, que ainda poderá se tornar uma lenda em nossa cultura regional.

Passava o tempo na morna, pacata urbe das minas faiscantes e após sofrer total declínio, sem que o gentio notasse, brotou desta feita uma joia de pessoa em 12 de dezembro de 1916, era Luis-Philippe Pereira Leite. Seus pais João Pereira Leite e Jovita Valadares Pereira Leite, eram pessoas humildes, moravam de início em uma casa na esquina da Rua Barão de Melgaço com a Travessa 12 de Outubro, local onde bem pouco ficaram e onde nasceu a primogênita Hermínia, em fevereiro de 1914. Logo a família se mudou para nova residência, na mesma Barão de Melgaço esquina com Avenida Murtinho, antigo nome da atual Getúlio Vargas, onde nasceu Luis-Philippe, e seu irmão caçula José Venâncio, em 11 de março de 1920. Quanto ao nome que nos remete a indagações, esclarece o próprio, ... *"O meu nome, Luis-Philippe, era uma consideração de meu pai por Luis-Philippe Saldanha da Gama, almirante, que morreu numa revolução em 1893. Não tem nada a ver com o meu tio-avô Luiz Benedito ou com o Rei de França"* (PEREIRA LEITE. In: SILVA, 1999, p. 54)

Oportuno registrar que irei me socorrer na fonte segura e beber d'água pura, *"Philippeanas"*, biografia trazida a lume em trabalho de longas pesquisas e dedicação filial do ilustre Paulo Pitaluga Costa e Silva, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que assim se manifestou : *"Com muito envolvimento, o Dr. Luis-Philippe acompanhou de perto a redação dos vários capítulos do presente trabalho. Ouviu-o linha por linha, corrigindo datas, acertando fatos, explicando melhor, enfim, dando o seu acerto pessoal e deixando o trabalho o mais perto possível do real e do correto. Chegou a reclamar com minha mãe da minha demora em terminá-lo.* (SILVA, 1999, p. 17)

Desta forma, podem confiar na autenticidade das informações, eis que conferidas pelo próprio biografado em vida, eu apenas me apresentei para republicar artigo de minha lavra por ocasião do óbito de Luis-Phillipe, que depois foi transformado no registro do seu centenário para a Revista da AML. Desta forma ganhei imenso compromisso, honra de efetivar mais justa homenagem a um ícone da reserva moral, humildade franciscana que dedicou inúmeras obras registrando a biografia de eméritos personagens da historiografia regional, que jamais poderia ser esquecido em sua hora.

ANCESTRAIS MEMORÁVEIS

Seu pai representava as famílias dos Pereira Leite, a genitora os Figueiredo, Valadares e os Hugueney que no decorrer de séculos, vieram se destacar neste solo como administradores, militares, estudiosos e políticos. Interessante registrar sua ancestralidade mais remota, que bem demonstra a pura linhagem de uma estirpe pioneira de lutadores incansáveis. A seguir ...

Leonardo Soares de Souza, lusitano de Setúbal seu primeiro ancestral, veio junto com seu genitor, Jerônimo Soares de Souza, chegando em Cuiabá no ano 1769. Logo depois em 1772, assenhora-se de vasta área na serra das Araras, de pronto requerendo Carta de Sesmaria para regularizar estas promissoras terras ao capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Neste local surgiu a grandiosa Fazenda Jacobina, dedicando-se na administração da mesma e dividindo tempo com a povoação de Vila Maria, chegando até a colaborar na sua defesa militar. Merece destacar que, em 6 de outubro de 1778, assinou a Ata de Fundação da noviça Vila Maria do Paraguai, no leito da estrada que levava até Vila Bela. Sendo graduado Capitão de Milícias, defendeu o Forte de Coimbra em 1801 dos ataques espanhóis, que lhe valeu receber em 1804, o Hábito de São Tiago, uma das mais importantes comendas de Portugal. Mais tarde em 4 de julho de 1813, por ato de D. João VI, foi reformado no posto de Coronel de Milícias. Casou-se com D. Ana Maria da Silva, em data próxima de 1798, deixando filha única, Maria Josefã de Jesus. Leonardo Soares de Souza veio a falecer na Jacobina, por volta de 1814, a maior fazenda da Capitania e Província.

João Pereira Leite, nasceu em Santa Maria do Outeiro, próximo de Setúbal, em Portugal, no ano de 1770. Filho de José Pereira Leite, permeou uma brilhante carreira militar, inicia em 23 de outubro de 1778 nas milícias do reino, transferido para Mato Grosso em 1796 e servindo em Vila Bela como Porta Estandarte. Recebeu nova promoção em 1810 para alferes de dragões, em seguida no mesmo ano, a

Capitão. Casou-se com Maria Josefa de Jesus, por volta de 1813, gerando uma extensa prole de 10 filhos. Mais tarde, com a morte do sogro ele herdou a Fazenda Jacobina. Foi promovido a Tenente-Coronel em 5 de julho de 1818 e a Coronel no dia 17 de julho de 1828. Com a deposição do Capitão General Magessi, no ano de 1821, e formação das juntas governativas de Vila Bela e Cuiabá, sua postura foi decisiva, mesmo sofrendo ameaças daquela, permaneceu no apoio a de Cuiabá. Recebendo os louros por seu árduo e leal trabalho prestado, recebeu em 17 de novembro de 1830, no grau de Comendador a Ordem de São Bento de Aviz. Foi reformado em março de 1830, morreu na Jacobina no dia 6 de setembro de 1833.

Maria Josefa de Jesus Pereira Leite, conhecida como "Nhanhá da Jacobina", nasceu na Fazenda Jacobina no ano de 1799 ou 1800, não sendo possível precisar, filha do pioneiro Leonardo Soares de Souza e Ana Maria da Silva, sua infância alternava entre Jacobina, Vila Maria e Cuiabá. Casou possivelmente aos 14 anos de idade em 1813, com João Pereira Leite, que já possuía uma certa idade, mas de qualquer forma geraram 10 filhos. Falecendo o marido em 1833, exerceu forte e rígida gerência da Jacobina, tocando um matriarcado pleno, estando tudo sob seu controle e administração. Contraiu novas núpcias, aos 34 anos, com José Alves Ribeiro, gerando um filho de nome Generoso. Foi abandonada pelo marido, talvez por sua vontade imperiosa e faleceu aos 3 de novembro de 1888, em Cáceres aos 88 anos.

João Carlos Pereira Leite, foi, possivelmente, o grande expoente de sua família. Nasceu na Fazenda Jacobina no dia 4 de novembro de 1816. Foi seu padrinho o capitão-general João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravenberg, denotando um belo começo, caso a Jacobina não lhe bastasse. Era o segundo filho de "Nhanhá da Jacobina", sendo seu irmão mais velho excepcional. Órfão ainda aos 16 anos, passou a gerenciar a propriedade junto com a sua mãe. Apesar de nunca ter se casado, teve 4 filhos, sendo todos eles reconhecidos: Rosa, Maria da Glória, Luiz Philippe e Ana Maria. Depois adulto, ingressou na política junto ao Partido Conservador, na época o de maior força no Estado. Possuía grande firmeza de caráter e personalidade marcante, como se pode notar em muitas ocasiões, por exemplo, na questão do revolucionário Sabino. O cabeça da Revolução Sabinada, que chegou mesmo a proclamar em 7 de novembro de 1837, a República Baiana, mas depois vencido, ficou preso em Vila Bela. Escapando, refugiou-se na Jacobina, sob a proteção do titular. Nem mesmo as tropas que pretendiam recapturá-lo ousaram entrar na fazenda. Francisco Sabino da Rocha Vieira, que era médico, permaneceu exercendo sua

profissão atendendo as pessoas até sua morte, em 25 de dezembro de 1846. Exerceu serviços de espionagem em Corumbá, durante a Guerra do Paraguai, havendo criado, por sua conta, um batalhão composto de soldados, armas e munições. Ainda mais, na retomada de Corumbá, levou reforços para consolidar a vitória, por seu empenho na guerra, recebeu a Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro, em 22 de junho de 1862, e a Medalha de Campanha do Paraguai, em 2 de junho de 1871. Finda a Guerra do Paraguai, uma epidemia de varíola veio assolar Cuiabá. Assim, montou uma barreira para quarentena, onde os viajantes oriundos da capital ficavam sob observação durante o período de incubação da doença. Desta forma, evitou a propagação do mal em Vila Maria, e Oeste do Estado. Jacobina e Vila Maria se confundiam, experimentando a fazenda os dias de maior esplendor. Destacou-se igualmente como administrador público, além das atividades antes referidas, construiu o cemitério São João Batista, depois doado para a cidade. Veio a falecer em Cáceres, no dia 3 de outubro de 1880. Depois, a Jacobina entrou em declínio, agravada com abolição dos escravos em 1888.

Maria da Glória Pereira Leite Gomes da Silva foi a nona filha de João Pereira Leite e Maria Josefa Pereira Leite. Nasceu em 22 de abril de 1831, sendo batizada na capela da própria fazenda pelo Bispo de Cuiabá, frei José Maria de Maccerrata. Fez os seus estudos também na Jacobina. Iniciou namoro, quando devia ter 13 ou 14, com seu primo de segundo grau, José Joaquim Gomes da Silva, mascate viajante, durante suas visitas à fazenda. Não sendo consentido o matrimônio, fugiram e, dessa forma, vieram a se casar em 29 de janeiro de 1847, enlace realizado na capela da fazenda, coisa de novela ! Geraram dois filhos: Joaquim José Gomes da Silva, em 16 de janeiro de 1848, e Eugênio Joaquim Gomes da Silva. Estes Gomes da Silva originaram famílias tradicionais em Cáceres, Poconé, Corumbá, Pantanal e Nhecolândia. O pai, saindo de Corumbá, vencendo pantanais a cavalo e longa distância, levou até a corte a notícia sobre a invasão da província de Mato Grosso. Finda a guerra, recebeu do Imperador Pedro II, o título de Barão de Vila Maria. Ele veio a falecer embarcado no navio "Madeira", no dia 4 de abril de 1876, em Montevideu, quando retornava de uma viagem comercial ao Rio de Janeiro. A Baronesa, mulher culta, legou-nos uma evocação: "*A extinta Província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se Estado?*", obra publicada no Rio de Janeiro, em junho de 1890. Depois, mudou-se para Corumbá, faleceu em 22 de setembro de 1903. Foi uma grande alma, possuía inúmeras virtudes.

Luís Benedito Pereira Leite nasceu na Fazenda Jacobina, em 21 de janeiro de 1830, iniciando seus estudos em Vila Maria, para mais tarde seguir para o

Rio de Janeiro, em 1846, com o intuito de matricular-se na Escola Militar. Após as promoções usuais da carreira, atingiu para reforma o posto de Capitão no ano de 1862. Vindo posteriormente a se dedicar ao comércio e à política, através Alvará de 30 de junho de 1856, recebeu o título honorário de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e, pela Carta Imperial de 19 de abril de 1858, a Ordem da Rosa. Proclamada a República, estando filiado ao Partido Nacional, foi eleito Vice-Presidente de Mato Grosso, chegando a exercer interinamente a sua Presidência, sendo deposto por Generoso Ponce durante a contrarrevolução de 1892. Depois se dedicou ao comércio em Cáceres, falecendo em 15 de janeiro de 1910. Ana Jacinta Sampaio Leite, a primeira esposa, lhe deu 6 filhos, e das núpcias com Maria Catarina Pereira Leite, nenhuma descendência.

Pedro Nolasco Pereira Leite era o filho mais novo de João Pereira Leite e Maria Josefa - "Nhanhá Jacobina", nascido em 19 de janeiro de 1833. Estudioso, tinha vocação tanto para as artes como para a medicina. Deixando a Jacobina, em 1º de fevereiro de 1846, concluiu sua matrícula no Imperial Colégio Pedro II, bacharelado-se em Belas Artes. Vindo rever familiares e passar as férias em Mato Grosso, retornou em setembro de 1854, quando registrou, em interessante opúsculo, o seu caminho de volta, percorrendo por via terrestre os estados de Goiás e Minas Gerais. Conforme o escritor Firmo Rodrigues, ainda jovem recebeu honrarias, "*Muito moço ainda, foi o Dr. Pedro Nolasco agraciado com o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial*". Usufruindo dessa condição, em 31 de agosto de 1859 requereu, à Sua Majestade D. Pedro II, autorização para contrair núpcias com a senhorita Maria Amélia de Mattos Araújo, concedida em 9 de setembro. Apresentou sua tese de bacharelado: "*Ciências Cirúrgicas - Patologia Externa e Patologia Geral*", em 31 de março de 1860, sendo então considerado Bacharel em medicina, tornando-se o primeiro médico mato-grossense. Sentindo-se doente, retornou, por via marítima e fluvial, até Corumbá, onde faleceu aos 27 de junho de 1860, findando, assim, a precoce carreira que se mostrava auspiciosa, pois desde 1850 ele escreveu e ilustrou com gravuras suas, uma série de apostilas de ciências naturais, e lá se foi o talento científico que sinalizava.

João Carlos Pereira Leite nasceu em Cuiabá, em 12 de julho de 1861. Era filho de Luís Benedito Pereira Leite e, cumprindo a tradição Jacobina, foi batizado em Cáceres, aos 19 de março de 1862. Fez em Cuiabá seus estudos preliminares, até os seus 17 anos, seguindo depois para São Paulo. Sendo aprovado para a Faculdade de Direito, se formou Bacharel em Direito, no ano de 1887. Depois, retornou para Cuiabá, onde, após vivenciar curto período na advocacia, ingressou nos

quadros da magistratura, exercendo o cargo de Juiz de Direito por longo tempo, chegando a Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça. Aposentado nesse cargo, ingressou na vida política, devido a grande amizade com Pedro Celestino Corrêa da Costa, sendo eleito pela Aliança Liberal a Deputado Federal. Assinou um acordo entre partidos políticos, em 11 de outubro de 1917, que elegeria Dom Aquino Corrêa futuro presidente do Estado. Encerrou seu último mandato em dezembro de 1923, aceitando o convite do governador de Santa Catarina para assumir o cargo de Secretário Geral do Governo, permaneceu até 1928. Depois, regressou para Cuiabá, afastando-se da vida pública e das atividades sociais, até seu falecimento em 1933. Contraiu núpcias com Amélia de Cerqueira Caldas, filha do Barão de Diamantino, que lhe deu 14 filhos.

Euphrosina Hugueney de Mattos nasceu e Raiz da Serra, no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1871, sendo filha de Carlos Teodoro José Hugueney e Maria Francisca de Bulhões Valadares. Chegou a Cuiabá ainda muito criança, em 24 de dezembro de 1874, na companhia do seu genitor, que veio ocupar a meticulosa função de diretor da Fábrica de Pólvora do Coxipó. Realizou seus estudos primários na capital, não os prosseguindo em face de seu casamento, aos 16 anos, realizado na Catedral de Cuiabá, aos 29 de junho de 1888, com Joaquim Francisco de Mattos, este um abastado comerciante português. Dois dias antes do casamento, foi expedido, pela Intendência Municipal, um Alvará criando a "Casa Euphrosina", que logo seria administrada de forma competente e dedicada pela proprietária, um conceituado baluarte da moda. Localizava em imponente casarão de dois andares, na esquina da antiga Travessa da Assembleia com o Beco do Candeeiro, o comércio no andar térreo e morada do casal na parte superior. Dessa união nasceram três filhos. Ficando viúva, no início de 1900, cuidou sozinha do comércio e dos filhos. Havendo o negócio prosperado, até importando roupas diretamente de praças como Argentina e Uruguai, por sua eminente importância, Euphrosina veio a ser reconhecida como "A Primeira Mulher Comerciante de Cuiabá". Faleceu no ano de 1933, e havendo o casarão desabado em 1972, existe hoje, na convergência da Rua Campo Grande e Rua de Baixo, uma modesta praça que recebeu seu nome "Euphrosina de Matos", com placa em singela homenagem.

Etelvina de Paula Corrêa Valadares era avó de Luis-Philippe Pereira Leite. Nasceu em Cuiabá, a 12 de abril de 1867, e casou-se aos 12 anos com João Luís Bulhões Valadares, em 10 de maio de 1879. Conforme depoimento do ilustre neto, *"ela era uma criatura baixinha, adulta da cabeça até a cintura e anã dos membros inferiores"*. Falecendo o esposo, trabalhou duro para atender necessidades,

fazendo costuras de fardas e casacos da Força Pública. Foi também educadora dos filhos e amante dos netos. Possuía considerável prática como enfermeira, ensinando os netos a aplicar injeções, exercitando em laranjas. Foi mulher de fibra e que soube cativar filhos e netos, havendo se transformado no centro das atrações destes. Dedicava-se a habituais visitas aos enfermos do Hospital São João dos Lázaros. Polivalente, nadava muito bem, montava a cavalo e, nas palavras do neto aqui biografado, “*tirava leite de todas as fêmeas e castrava todos os machos*”. Com muito amor, ela guardou, por diversos anos, os instrumentos de enfermagem em um caixote de madeira velho, que foi o primeiro laboratório do neto cientista, José Venâncio Pereira Leite. Avó Telva, como era seu apelido familiar, faleceu em 15 de setembro 1940.

Alzira Valadares era filha de João Luís Bulhões Valadares e de Etelvina de Paula Corrêa Valadares, nasceu no dia 25 de junho de 1881. Estudou em Cuiabá, fazendo o ginásio no Liceu Cuiabano, tendo sido colega de Eurico Gaspar Dutra, futuro Ministro da Guerra e Presidente da República. Dedicou-se, e com muito zelo, ao magistério, tendo sido uma das professoras que se destacou após a introdução da reforma da instrução pública efetivada por Pedro Celestino. Foi professora de várias gerações de conterrâneos que vieram a se destacar em inúmeras carreiras, como o desembargador António de Arruda, Ernesto Pereira Borges e o famoso historiador Rubens de Mendonça. Foi também excelente pintora de aquarela e a óleo, deixando encantadores quadros. Os que vivenciaram seus tempos retratam-na como pessoa de pequeno porte que irradiava dinamismo, olhar meigo e atento, disciplinada, disciplinadora que proferia aulas magistrais. Faleceu a 18 de setembro de 1965, ainda solteira. Recebeu louvor do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, havendo comemorado solenemente o seu centenário.

João Pereira Leite nasceu na Fazenda Jacobina, em 4 de março de 1884. Era filho de José Venâncio Pereira Leite e Hermínia Alves da Cunha, este era o genitor de Luis-Phillipe Pereira Leite. Como praxe, concluiu, na própria Jacobina, o curso primário. Perdeu a mãe aos 4 anos e o pai aos 12, seguindo para estudar em Cáceres. Ali ficou abandonado até que seu tio e Padrinho, João Carlos Pereira Leite, percebendo boas qualidades no jovem, levou-o para Cuiabá, em 9 de janeiro de 1896, onde continuou os estudos. Fizeram o caminho fluvial descendo o Paraguai, depois subiram o Rio Cuiabá, sendo que naquele mesmo ano veio o adolescente a ser matriculado no Liceu Salesiano São Gonçalo. Findo os estudos elementares, iniciou trabalho na condição de aprendiz, junto à Tipografia de Avelino de Siqueira, onde

recebia elogios e produzia com fina arte. "*A Invasão Paraguaia em Mato Grosso*", de Antonio Fernandes de Souza, editado no ano de 1919, foi um dos trabalhos que ele imprimiu na referida gráfica. Foi nomeado, por João Vilasbôas, advogado provisionado em 1910. Posteriormente, aposentando-se João Nunes, e por intervenção desse mesmo amigo Vilasbôas, João Pereira Leite foi nomeado Tabelião do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, em novembro de 1922. Trabalhou ali durante longos anos, até aposentar-se em 12 de julho 1951, momento em que o filho Luis-Philippe Pereira Leite assumiu o lugar.

Allyrio Hugueney de Mattos nasceu em Cuiabá a 29 de julho de 1889, filho de Joaquim Francisco de Mattos e Euphrosina Hugueney de Mattos. Concluiu os estudos primários em Cuiabá e cursou o ginásio no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, voltando para Cuiabá em razão do falecimento do genitor, onde terminou o ginásio em 1907. Seguiu para Rio de Janeiro em 1908, ingressando na Escola Politécnica, onde se formou engenheiro em 1913. Atuou de pronto como assistente e depois, na condição de livre docente, lecionou "Astronomia de Campo e Geodésia". Em 1917, ingressou, por concurso público, como astrônomo do Observatório Nacional, onde permanece até 1938. Foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Cartografia, havendo deixado notável contribuição de forma técnica no serviço de mapeamento do Brasil, pesquisas publicadas em diversos artigos, livros, teses. O Conselho Nacional de Geografia, em sua homenagem, registrou a base de triangulação de Cuiabá, como "*Base Allyrio de Mattos - n. 2.249, Cuiabá, 1972*". Casou no Rio de Janeiro, a 8 de janeiro de 1916, com Maria de Araújo Mattos, e nessa mesma cidade viveu os últimos dias, falecendo aos 6 de janeiro de 1975.

A INFÂNCIA EM CUIABÁ

Luis-Philippe Pereira Leite nasceu em Cuiabá, aos 12 de dezembro de 1916, filho de João Pereira Leite e Jovita Valadares Pereira Leite. A família habitava um velho casarão, na confluência da Murtinho, hoje Avenida Presidente Vargas, exatamente onde está abrigada a agência central do Banco do Brasil. Veio a ter dois irmãos Hermínia Pereira Leite e José Venâncio Pereira Leite.

Adiante, transcrevo trechos da entrevista do próprio Luis-Philippe ainda em vida:

Meu pai era tipógrafo de Avelino de Siqueira [...]. Residiu inicialmente na casa de frente para a rua Barão de Melgaço esquina com a travessa 12 de Outubro. Nessa casa nasceu a primogênita Hermínia em 7 de fevereiro de 1914. desde pequena muito viva e esperta, alfabetizando-se antes dos seis anos.

Pouco depois, meus pais mudaram-se para a mesma rua Barão de Melgaço esquina com a Avenida Murтинho. [...]

Eu fui muito doentio e estava quase à morte quando, em 25 de fevereiro de 1917, Hermínia e eu fomos levados à pia batismal, cerimônia oficiada por um santo sacerdote franciscano francês, frei Carlos Valetti, um estudioso das plantas medicinais.

Depois de nascido, José Venâncio ficava mais tempo deitado, para que minha mãe pudesse atender minha enfermidade, que consegui vencer depois dos seis anos, à força do leite de cabra. Em brincadeira dizíamos que por ter ficado deitado muito tempo, José Venâncio ficara com a cabeça chata, mas em compensação o cérebro se poupou e ele conseguiu ser o sábio que foi.

Lembro-me certa vez que um súdito inglês de nome Anthony Keating fez barganha com Hermínia, que possuía uma cartolina representando o brasão de armas de Mato Grosso, desejando obtê-lo, o trocou com Hermínia por uma bonita boneca vestida de seda rosa e cor de vinho, numa caixa de papelão de quase um metro de altura. Hermínia ficou encantada com a boneca. [...]

Nas horas vagas, João, filho mais novo do Presidente Pedro Celestino, vinha trocar comigo caramelo por tamarindo [...]

Em 10 de novembro de 1922, falecia o tabelião do 2º. ofício Manoel Nunes de Barros, e papai passou a substituí-lo {...} Vendeu a tipografia, pois desde que deixou a empresa de Avelino de Siqueira passou a trabalhar no ramo por conta própria. Para melhor instalação do cartório, a família passou para a terceira residência, de frente para a rua Campo Grande. [...]

Dessa casa tenho lembranças das travessuras e das chicotadas que levávamos. Eu não gostava quando o José era castigado sozinho por travessura individual, eu tinha pena dele e ficava chorando por ser tão magrinho ia ficar machucado. Mas quando a surra era de roda batida, estava tudo bem. Depois que foi crescendo, o José que fazia muito estardalhaço, vinha a mim e, como quem toca uma viola, me dizia baixinho :

Não doe, não doe, não doe ...

No sobre corredor, José montou o seu laboratório. Papai comprou para nós de um viajante da Jackson, sr. Osório Bittencourt, a coleção Tesouro da Juventude em dezoito volumes. [...] A coleção veio num caixão de madeira e foi nesse caixão que ele transformou em armário para seu laboratório [...] Naquele laboratório ele fazia mil coisas. Havia explosão, havia interceptação de rádio do vizinho, etc. [...]

Nos serões do Banco do Brasil daquele tempo, com luz deficiente, nós ficávamos na agência mantendo as velas de estearina acesas e ajustadas às bocas de garrafas, para que os funcionários pudessem concluir os seus levantamentos para o balanço semestral...

Em outubro de 1923 chegou de Cáceres a família de Mário Motta, muito ligada a papai, com os seus filhos Eurides e Mariozinho. Tivemos outros bons companheiros, desde a noite da sua chegada em que fomos juntos à rua do Meio comprar vela, pois não tínhamos luz elétrica. [...]

Fazíamos teatro com o vizinhos e a representação era animada pela Duse, filha do senador Vilas Boas. As vezes nossa movimentação era tanta que minha mãe ficava zangada e acabava com o teatro antes de iniciar a representação. [...]

Em 1921, assisti o enterro do arcebispo de Cuiabá, D. Carlos Luís d'Amour. Ele morreu no dia 9 de julho, foi embalsamado e foi sepultado dia 12. Eu fui com minha avó ver o féretro. Eu tinha 4 anos e meio. Na hora chegou aquela carreta

carregando o caixão do defunto, parecia um berço de criança, puxada por um cavalo branco. Aquilo me impressionou muito. [...]

Do meu tempo de estudo primário eu tenho duas lembranças fixas de alunos que foram tidos como modelo. Um foi o Moacir Farias Vinagre, que num ano ganhou medalha de ouro, e outro o Wilson Rodrigues da Silva que no outro ano ganhou também a medalha de ouro. Depois acabaram com esse prêmio. [...]

As minhas professoras foram, Tereza Lobo no 1º ano; no 2º ano era para ser a professora Hercília Baraúna, mas em março de 1925 ela se casou com João da Costa Marques e foi embora para o Rio de Janeiro; no 3º ano foi a professora Maria Luzia Pimenta, irmã do desembargador Palmiro Pimenta, e no 4º ano foi novamente a professora Tereza Lobo.

No quarto ano eu me lembro de um colega chamado Deligivani Filho, Ele era gago e usava um calção inteiriço, falava esquisito e era um tanto atrasado. Depois foi ser oficial de justiça em Diamantino e morava justamente na casa onde nasceu Batista das Neves, o almirante. [...]

A professora de um ano, dava à sua classe todas as matérias. Português, aritmética, geografia, história, etc.

Quando terminei o primário eu freqüentei o curso de admissão do professor Isác Póvoas. Era naquele sobradão da rua Pedro Celestino, que tinha aquela descida para a rua dos Bandeirantes. No beco Alto. Era meu colega o Arnaldo Addor, que depois foi embora e estudou Química Industrial. Como ele foi o primeiro colocado da primeira turma, ele foi depois considerado o primeiro químico industrial do Brasil. Fiz o exame de admissão em 1929, e tirei o 2º. lugar. O primeiro colocado foi o Firmino de Moraes Cambará, filho de um chefe da banda do 16 BC. era corumbaense, escurinho muito estudioso.

O ginásio eu fiz no Liceu Cuiabano, que funcionava no Palácio da Instrução. Ficamos aí, mas no terceiro ano mudamos para aquele prédio antigo da Praça Ipiranga. A minha sala era a de trás, que dava para a Prainha.

O professor Cesário Neto dava aula de português e era uma competência sem par. Em história era o Philogonio Corrêa, uma grande capacidade. Com ele fiz uma prova e tirei 9, apesar de ter acertado todas as perguntas. Fui perguntar a ele porque tinha tirado essa nota e ele me disse "Você escreveu cidadões em vez de cidadãos".

O Agostinho Figueiredo dava aula de física e química, e era de um rigor extremo em umas provas, nas outras ele relaxava,

No terceiro ano, o professor de inglês era o Filinto Ribeiro, depois o Pelágio Palma. O professor de latim era Joaquim Marques, exímio latinista. No último ano o professor de latim foi o Luiz Delamônica. O professor de matemática era João Paulo Rodrigues Firmo. [...]

Nós íamos sempre aos finais de semana para os banhados próximos. Antigamente o Ribeirão dava banho gostoso, com sua água limpa e ainda não tinha se transformado em canaleta de detritos. O ribeirão da ponte, ao lado da vila do Coxipó. Íamos também naquele que passa ao lado da Universidade, o Barbado. A gente freqüentava sempre.

Andávamos também na Chácara do Pacheco que ficava mais distante. Ficava na ponte do Jurumirim.

A Prainha naquela época era limpa e tinha até uma certa quantidade razoável de água. E ali no Mundéu a gente ia pegar melão de São Caetano. Pegávamos alguns lambaris, as vezes alguns cascudos, e os limpávamos no quintal de minha avó. Um

dia eu estava na porta da Justiça Federal, onde era a casa e minha avó e vi uma chuva de peixe, que não sei como, foi cair ali no Mundéu. Caíam do céu os lambaris. Como se ivesse alguma onda ou vento batido muito forte e levantou os peixes. [...]

Esse negócio de Papai Noel não existia. Nem Natal nem Ano Novo. Nada disso. No Natal nós saíamos visitando presépios. Corríamos os presépios e só. Eu assisti pela manhã o Dr. Estevão Alves Corrêa tomando posse. Ele estava saindo do Palácio do governo sozinho, à pé, de fraque e cartola.

Ele era alto, com aspecto de imponência. Quando chegou mais ou menos na altura do Hotel Gama ele atravessou a calçada, a polícia estava formada, foi quando ele passou diante da bandeira nacional e levantou a cartola. Eu vi tudo, foi um espetáculo. Até a música que a banda tocou eu guardei na cabeça. Aí ele foi, mas quando voltou vinha com todo o séquito da Assembléia e foi para o Palácio do Governo para a transmissão do cargo. O Pedro Celestino, que ia transmitir o cargo, morava na casa que foi de João Celestino Cardoso, ao lado do Palácio. [...]

Os médicos em Cuiabá eram o Dr. Epaminondas, o Caio Corrêa, pai do Afrânio nosso colega do Instituto, o Joaquim Moraes e os médicos militares, João de Arruda e Humberto Ferrente. Depois teve o Hilton Rocha e o José Otemo de Freitas.

Dentistas tinha o Valter Jeffery, o Filinto Ribeiro e o Pelágio Palma.

O comércio era bem relacionado, bem ativo. Tinha o Antonio Figueiredo, o João Cabral, o Júlio Müller, o Etélio Vini, Cris Figueiredo. Não tinha ainda uma rua fixa, mas tinha um comércio muito forte na rua de Baixo, na do Meio e na de Cima. Na rua 13 de junho tinha a Casa Bom Gosto do Saad. Os turcos ainda não tinham se apoderado do comércio, mas estavam já chegando com disposição. Lá embaixo tinha o Felipinho.

No começo a luz elétrica faltava sempre. Era falha e insuficiente. Aí no governo de Mário Corrêa, com a construção da usina do rio da Casca, é que foi melhorar um pouco.

Eu não frequentava a igreja, nunca fui coroinha e nunca tive arroubos de ser padre. Não tinha esse costume. No Rio de Janeiro é que comecei a frequentar a igreja. Meu pai não se casou no religioso, porque ele era do grupo positivista, mas aquele positivista de fachada, só para contrariar o bispo. Meu pai nunca foi maçom. Esse pessoal todo nunca se casava no religioso, mas quando completava bodas de ouro se reconciliava com a igreja, recebia a suspensão. Dom Aquino é que foi acertando a vida de cada um. (PEREIRA LEITE In: SILVA, 1999, p. 54 ss)

OS ESTUDOS NO RIO DE JANEIRO

Embarcou em 4 de julho de 1934, seguindo em companhia de Mário Motta e família, amigo de seu pai desde tempo da infância em Cáceres. Após a longa viagem, um combinado de lancha e trem, chegou ao Rio de Janeiro em 12 de julho de 1934, começando uma nova e marcante etapa na vida. Inicialmente deslumbrado com a cidade, por pouco tempo ficou alojado com a família Motta, no Bairro de Botafogo, mais precisamente na Rua São Clemente. Mudou-se para uma pensão na Rua Marques, rigorosa na seleção dos estudantes e onde também residia Naly Amarante Peixoto de

Azevedo, filha de Corsino Amarante Peixoto de Azevedo, que seria mais tarde, o patrono de Philippe na Academia. Neste local reside até 1935, depois vai para a renomada Pensão Zurich, na Praia de Botafogo, finalmente no Hotel Bahia, onde fica até retornar a Cuiabá em 1941.

Desistindo da carreira militar, presta vestibular, em 1936, para a Faculdade de Direito de Niterói, onde estuda e dedicou-se durante cinco anos. Entre inúmeros mestres que veio a ter, podemos citar os desembargadores Álvaro Belfort de Oliveira, Aldemar Tavares, Almiro Alonso e Abel Magalhães. Dentre os colegas, haviam vários de Mato Grosso: Aurelino Botelho, Decio de Oliveira Albuquerque, Euricles Motta, Eurípedes Menezes, Hélio Ribeiro, João de Albuquerque, João Gonçalo de Moraes, José Feliciano de Figueiredo, Mário Motta, Rivadávia Albernaz, ainda seu maior amigo, verdadeiro irmão José Carlos Mancini, mas que não era conterrâneo.

Visando ajudar nas despesas, com auxílio de Filinto Müller, então Chefe de Polícia no Distrito Federal, ingressa no Ministério da Justiça, ganhando 350 mil réis/mês, sem comprometer o horário noturno da Faculdade. Durante os fins de semana, fazia exercícios, aprendeu a nadar no Clube de Regatas Guanabara e, na Fortaleza de São João, foi colega de Paulo Dourado Gusmão, grande jurista e desembargador do Estado da Guanabara.

Durante seis anos que residiu no Rio de Janeiro, volta apenas uma só vez para Cuiabá, partindo da capital federal no dia 31 de janeiro de 1940, em razão do grave estado de saúde de sua genitora. Logo após o falecimento desta, ele retorna.

Estando Dom Aquino no Rio de Janeiro, Luis-Philippe que já era seu admirador, foi visitá-lo. Havendo assim, sua apresentação aos célebres padres jesuítas do Colégio Santo Inácio, local onde o arcebispo se hospedava. Este um marco da nova escola espiritual cristã, passando a vivenciar o educandário e conhecer de perto padres e professores de inquestionável valor como os padres Arlindo Vieira, Coelho de Souza, Viotti, grande historiador jesuíta; além de Archotigue, Teheyus, dentre mais outros renomados valores. Importante registrar o Padre Leonel Franca, que foi um dos mais eminentes pensadores brasileiros de todos os tempos, dos notáveis vultos da cruzada pela recristianização da Sociedade Brasileira, mais brilhante filho espiritual de Sto. Inácio de Loyola do Brasil, séc. XX. Doutor em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, foi membro do Conselho Nacional de Educação, e 1º Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Válido lembrar que o franzino José de Anchieta, Apóstolo do Brasil era jesuíta.

Este ambiente de profunda inspiração cristã começa a operar mudança e Luis-Philippe a 12 de setembro de 1935, faz a primeira comunhão no próprio Colégio Santo Inácio, depois crismado por Dom Aquino Corrêa! Logo após, envereda no Instituto Católico de Estudos Superiores e no Centro Dom Vital. Nessas entidades, assiste aulas e conferências de intenso conteúdo moral, religioso, ministradas pelo padre dominicano Sebastião Tauzin, Hamilton Nogueira, Alceu de Amoroso Lima. Nesse ambiente desenvolveu o espírito religioso, aprofundou a filosofia, ética, estudos superiores católicos, aulas essas muitas vezes ministradas em francês, valendo-se do que aprendera nos ensinamentos particulares em Cuiabá, com o professor Jean Joseph Marie Quyl. Neste período, mostrando a que veio, traduziu a obra "*La Société et L'État*".

Foi nesse momento consolidada a figura do "Oráculo Cuiabano", expressão de muitas definições, na faceta religiosa, reportando aos tempos da Grécia antiga, como a manifestação de Deus através da palavra dos seus profetas, ou ainda a pessoa cuja palavra representa muito peso, inspira plena confiança. Esta a imagem de Luis-Philippe, imparcial, filósofo, religioso, ético e moral.

Concomitantemente, despertava nele a sanha do historiador, participa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, toda semana das aulas e conferências, onde complementa sua formação como pesquisador da história. Concluiu a faculdade, gradua-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 17 de dezembro de 1940, estava pronto para voltar e iniciar sua bela carreira, poderia até seguir no emprego, ascender por seus méritos, e ainda o padrinho. Fica no Rio de Janeiro até 15 de março de 1941, e acompanha a instalação no Colégio Santo Inácio das faculdades de Direito e Filosofia da PUC, Gustavo Capanema Ministro da Educação presidiu a cerimônia, presente o Cardeal Leme. Proferiu a aula inaugural um ícone dos jesuítas, Pe. Leonel Franca.

A VIDA PROFISSIONAL

Logo após seu retorno a Cuiabá, em 21 de março, logo no dia 27 de março de 1941, Luis-Philippe veio a ser nomeado para o cargo de Oficial de Gabinete do Secretário-Geral do Governo de Mato Grosso, que era João Ponce de Arruda.

Em agosto de 1941, junto ao Secretário-Geral organiza a visita do Presidente Getúlio Vargas à Cuiabá, oportunidade em que houve a inauguração do 16º Batalhão de Caçadores, lançamento da pedra fundamental do Palácio Arquiepiscopal, audiências, banquetes, dentre mais comemorações. Reza a história que durante uma missa, o Presidente Vargas recebeu a notícia de sua eleição para ocupar uma cadeira na

Academia Brasileira de Letras, graças a uma intervenção de acadêmico Dom Aquino, alterando os estatutos.

Por determinação de uma lei marcial, a 15 de outubro de 1942, foi incorporado como soldado no 16º Batalhão de Caçadores. Depois, em 9 de janeiro de 1943, por força ainda dessa lei é matriculado na 1ª turma do NPOR. Em 3 de maio de 1944 foi declarado Aspirante, e também dado baixa. Ainda em 13 de novembro de 1944 veio a ser chamado para estágio, visando sua promoção a 2º Tenente, período que se estendeu até 13 de fevereiro de 1945.

Foi designado ainda em 1945, pelo Interventor Júlio Müller para participar de uma comissão, cujo objetivo era realizar um projeto de Constituição Estadual, cujo trabalho foi entregue em 20 de outubro desse ano. Entretanto, deixou de prosperar, em razão da Revolução que nessa data derrubou Vargas.

Ingressa na Academia Mato-Grossense de Letras por indicação de Dom Aquino Corrêa e José de Mesquita, sendo a posse ocorrida em 8 de abril de 1946, o aniversário do xará almirante, recepcionou-o Dom Aquino Corrêa. Seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso também não teve obstáculos, foi indicado pelo desembargador José Barnabé de Mesquita, assume em 8 de junho de 1946, conforme tradição não houve solenidade de posse. Durante 30 anos foi tesoureiro conjunto da Academia e do Instituto afastando-se dos cargos em 1976, quando assumiu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Novamente, o nome de Luis-Philippe volta ao quadro de uma Constituinte convocada apenas para este fim, agora eleito no pleito em 19 de janeiro de 1947. Ilustres nomes formaram a bancada constituinte, merecendo destacar: Italívio Coelho, José Manoel Fontanillas Fragelli, Lenine de Campos Póvoas, Penn de Moraes Gomes, Sebastião de Oliveira - pai de Dante Martins de Oliveira, e Valdir dos Santos Pereira. Aprovada a Constituição, o Oráculo afasta-se da vida política.

Neste ano ainda, veio a se casar com Neuza da Silva Pereira, filha de Humberto da Silva Pereira e Mariana Viegas Pereira, não teve filhos.

Foi nomeado para o destacado cargo de Procurador-Geral do Estado, durante o governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo e, assim, veio a ter presença no Tribunal de Justiça, hoje seria a Procuradoria-Geral de Justiça. Nesta condição, produziu notáveis pareceres, como o relativo ao assassinato do Capitão Titi, e da disputada eleição para Presidente do Tribunal de Justiça.

Vindo o Presidente Eurico Gaspar Dutra para Cuiabá, em 1948, foi nomeado Assessor para Assuntos da Casa Civil do Presidente da República, visando atendê-lo irrestritamente no período de sua permanência nesta capital. Momento mais tocante foi a visita do Presidente ao sepulcro de sua genitora. A cidade recebe ainda obras federais, a canalização da Prainha e as casas da Popular.

Durante os anos 50, a doença da visão de Luis-Philippe avança drasticamente, era polioeretinite grave, instabilizando sua vida profissional. Ele acreditava que a doença desenvolvera-se em razão do sol forte a que ficou exposto sua cabeça e a vista durante os exercícios no curso NPOR.

Durante o governo de João Ponce de Arruda, este sempre solicitava que ele fosse visitar em seu nome o general Rondon, que ficava hospedado na casa do velho amigo Odorico Tocantins, onde o militar recebia aos que o procuravam. Sobre o General, registrou ser o visitante oficial uma pessoa interessante, estatura baixa, forte, moreno e apesar de octogenário, estava firme e lúcido. Quando faleceu Rondon em 1958, nosso oráculo enviou pedido ao Ministro da Guerra Teixeira Lott, e solicita que a cidade recebesse o busto de Rondon, a resposta veio em 20 de janeiro de 1959, encontra-se lá na Praça Alencastro.

Transformando-se a Procuradoria-Geral do Estado em Procuradoria-Geral de Justiça, o então governador Fernando Corrêa da Costa incumbiu uma comissão para apresentar uma proposta política a Luis-Philippe. Aposentando-se seu pai do Cartório do 2º Ofício, permanecia o cargo vago, por outro lado, infelizmente, o quadro da visão agravava-se, a cada dia mais. Foi composto ajuste, pediu exoneração da Procuradoria e assume o cartório, tornando-se oficialmente o Tabelião do 2º Ofício em 18 de julho de 1951. A introspecção produziu outros resultados, dedica-se a escrever e historiografar personagens, aproveitando dos ensinamentos colhidos de sua experiência no Rio de Janeiro, culminando a sua obra em 82 publicações e infínitos Títulos !

Seu pai veio a falecer em 1959, fato que decorreu em profunda depressão e ficou realmente abalado, aliando-se à falta já definitiva da visão.

Durante os anos 60, participa de uma Comissão definida pela arquidiocese que estuda a situação da Catedral, que sofria com rachaduras profundas, afundamentos e não poderia ser tombada em razão de certas alterações feitas na torre. Esta Comissão de reconstrução entrega, após árduo trabalho de cinco anos, a atual Catedral e para a nova cripta foram remanejados os despojos de Pascoal Moreira Cabral, assim como o de ilustres membros do clero mato-grossense. Luis-Philippe teve ainda

influência capaz de trazer também, os restos mortais de Miguel Sutil de Oliveira, trasladados da matriz de Sorocaba para a de Cuiabá.

Após falecer seu genitor, em 1959, a irmã Hermínia, em 1973, recebe em 13 de dezembro 1980, a notícia que o irmão, José Venâncio Pereira Leite, sofrera grave derrame cerebral, ao atuar numa banca de doutoramento. Imediatamente, se desloca a São Paulo para acompanhar José Venâncio nesse momento crucial, porém, malgrado seus esforços, ele faleceu a 26 de dezembro 1980.

A total falta da visão, limitou-o profundamente, saía de casa apenas em raras ocasiões, para as reuniões do Instituto Histórico e Academia de Letras, ou para receber alguma homenagem, como a Ordem do Mérito de Mato Grosso, a Ordem do Mérito do Judiciário-MT, ainda o centenário da chegada da Missão Salesiana no Estado. O recolhimento seguiu produzindo outros resultados, nas décadas de 80 e 90, foi o período em que mais trabalhos literários realizou, passando lento seu tempo. Assim o nosso Oráculo seguiu envelhecendo e se aproximando do Ente, até o momento em que foi acometido de um crônico problema respiratório, transferido em aeronave especial para Ribeirão Preto, não retornaria vivo. Finalmente, sucumbiu após longo período de sofrimento nas UTI's, o mártir da historiografia, mecenas do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Mato-Grossense de Letras, em 4 de fevereiro de 1999.

No tocante ao aspecto pessoal, pude estar com ele ao tempo em que residia no Bairro Popular, quando apresentei-o em vida aos meus filhos, acabava de almoçar e fechou com um potinho de furrundu a refeição. Após a despedida, as crianças ficaram indagativas, mas marcaram brilhante tento na vida, e nós fomos ao Choppão.

Finalmente, eu, na condição de Secretário-Geral da Academia Mato-Grossense de Letras à época, fui incumbido de receber o corpo no aeroporto e cumprir as diligências até a funerária Dom Bosco, velório na Casa Barão de Melgaço, Missa de Corpo Presente na Catedral Metropolitana de Cuiabá, e cortejo até as despedidas finais no cemitério da Piedade, onde descansa eternamente sono dos justos.

está escrito “SantAS MEDALHAS, PLACAS E DIPLOMAS RECEBIDOS

1. Medalha do Mérito Imperador Pedro II - Ordem do Mérito da Cultura e Cavaleiresca de Santo Amaro, estampando de efigie do Imperador Pedro II.
2. Medalha alusiva à Inauguração do Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Presidente Nelson Ramos, 1972

3. Medalha comemorativa do Centenário de Nascimento de Carlos Chagas, outorgada pelo Governo de Minas Gerais, 1979
4. Medalha da Marinha, em Homenagem ao Almirante Tamandaré, de um lado o símbolo da Marinha, no verso o Busto do Almirante Tamandaré, 1957
5. Medalha comemorativa dos 250 Anos de Fundação de Cuiabá, estampando o busto de seu fundador, o Bandeirante Pascoal Moreira Cabral, 1969
6. Medalha comemorativa dos 25 Anos de Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, estampando o brasão alusivo à mesma data, 1985
7. Medalha Mérito José de Mesquita, estampando de um lado os estes dizeres e do outro a inscrição, "Tribunal de Justiça de Mato Grosso".
8. Medalha Benemérito da Educação, outorgada pelo Instituto Nacional de Expansão Cultural, inscrito "Personalidade Bandeirante Brasil Presente".
9. Medalha Amigo a Marinha, outorgada pela Sociedade Amigos da Marinha.
10. Medalha comemorativa dos 200 Anos de Fundação de Cuiabá, contendo as inscrições "8 de abril de 1719" e "Lembrança de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil", 8 de abril 1919.
11. Medalha e Título de Benemérito da Cultura, outorgado pela Casa da Memória "Arnaldo Estevão de Figueiredo", em convênio com o Ministério da Cultura e alusiva também aos 250 Anos de criação da Capitania de Mato Grosso, dos 100 Anos de Campo Grande (MS) e dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Campo Grande, 1998.
12. Medalha do Mérito Militar, outorgada pelo Ministério da Guerra. Estampa de um lado, um trevo de quatro folhas presas a um círculo verde, tendo ao centro, a inscrição "Mérito Militar". Rio de Janeiro, 1934
13. Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Estampando de um lado, outorgada pela UFMT. Cuiabá, setembro de 1972.
14. Medalha de Pacificador "Duque de Caxias", outorgada pelo Ministério da Guerra. Cuiabá.
15. Medalha Mérito Mato Grosso, outorgada pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Contém a inscrição "Virtute Plusquam Auro".
16. Comenda Júlio Müller, outorgada pela Assembleia Legislativa de MT.
17. Medalha comemorativa dos 70 Anos do Banco do Brasil, outorgada pela mesma Instituição. Cuiabá, 16 de março 1992.
18. Placa alusiva aos 70 Anos do Titular. Cuiabá, 12 dezembro 1976

19. Placa oferecida ao Titular pelos amigos do 27º Quarteirão, 1975
20. Placa Comemorativa dos 50 Anos do Titular como sócio da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Cuiabá, 26 de janeiro de 1997.
21. Placa alusiva ao ingresso do Titular como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 23 de abril 1986.
22. Placa comemorativa dos 50 Anos de Atuação do Titular na Vida Pública.
23. Placa oferecida pelos "Irmãos de Cuiabá". Outubro, 1978
24. Placa oferecida ao Titular pela Fundação Cultural de MT, por relevantes serviços prestados à Cultura Mato-grossense. Cuiabá, 18 de novembro 1983.
25. Placa oferecida pelos "Irmãos de Cuiabá". Cuiabá, 12 de dezembro de 1977.
26. Placa alusiva aos 80 Anos do Titular. Cuiabá, 12 dezembro 1996.
27. Placa alusiva à inauguração da Galeria dos ex-Comandantes do 44º BIMTz. Cuiabá, 23 de janeiro de 1979.
28. Placa "Antônio João Ribeiro", oferecida pelos moradores de Poconé, por ocasião das homenagens prestadas ao Herói. Poconé, 21 de janeiro de 1981.
29. Placa oferecida por ocasião comemorações 29º Aniversário da Embratel. Cuiabá, 16 de setembro 1994.
30. Placa alusiva ao aniversário do Titular, oferecida pelo Prefeito de Cuiabá, Gustavo de Arruda. 12 de dezembro 1980.
31. Placa oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico de MT, comemorativa aos 50 Anos do Titular como sócio efetivo. Cuiabá, 18 de julho 1976.
32. Placa oferecida pelos funcionários do 2º Ofício de Cuiabá, comemorativa aos 50 Anos do Titular como sócio efetivo do IHGMT. Cuiabá, julho 1976.
33. Placa oferecida pelo IHG de MT, alusiva aos 20 anos do Titular à frente da Presidência da Instituição - 1976 / 1996. Cuiabá, 1996.
34. Diploma de Cooperador Salesiano, oferecido por essa Ordem. Cuiabá, 29 de julho de 1957.
35. Diploma de Sócio Efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras. Cuiabá, 7 de setembro 1954.
36. Medalha Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, oferecida pela Sociedade Geográfica Brasileira. São Paulo, 8 de junho 1960.

37. Diploma de sócio da Congregação de Nossa Senhora das Victorias do Externato Santo Ignácio. Rio de Janeiro, 19 de dezembro 1937.
38. Diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá 1956.
39. Medalha do Cinquentenário do Gabinete Fotocartográfico. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1959.
40. Pintura a óleo sobre tela estampando o rosto de Luis-Philippe Pereira Leite, de autoria de Victor Hugo. Cuiabá, 1998.

REFERÊNCIAS:

SILVA. Paulo Pitaluga Costa e. *Philippeanas*. Cuiabá: Buriti, 1999.

DORILEO, Benedito Pedro. *Oráculo Cuiabano*.

WWW//ACADEMIA DE LETRAS. Portal da Academia Mato-Grossense de Letras

Wikipedia, the free encyclopedia. Acesso em 2016.

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE: MEMÓRIA CENTENÁRIA EM TRILOGIA CACERENSE

Olga Maria Castrillon-Mendes

(Professora do Curso de Letras, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL e do PROFLETRAS - Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Membro da AML e ao IHG Municipal de Cáceres. E-mail: olgmar007@hotmail.com)

Bicentenário da cidade de Cáceres-MT, 1978



Fonte: Acervo Biblioteca Natalino Ferreira Mendes. Cáceres-MT.

A imagem acima é do ano do bicentenário da cidade de Cáceres-MT, cujas comemorações legaram abundantes pesquisas e publicações sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade, dentre as quais, a correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), dirigida ao Secretário de Estado do Reino Martinho de Mello e Castro, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional NDHIR/UFMT (1978), e a obra *Contribuição para uma sociologia da biografia*, por Gilberto Freyre (1978). Uma Exposição foi organizada, tendo o IHGMT ofertado valiosas peças históricas, tais como os retratos dos primeiros

proprietários da Jacobina e do primeiro médico mato-grossense Pedro Nolasco Pereira Leite, hoje depositadas no Museu Histórico Municipal. A placa com os dizeres “À formosa cidade de Cáceres, no glorioso bicentenário da sua fundação, homenagem do IHGC – 1778 – seis de outubro – 1978” representa a fecunda relação entre as cidades, num período político em que se efetivava a divisão do estado, permanecendo Cáceres na porção territorial *tradicional* de Mato Grosso, “de cujo progresso é hoje um dos baluartes mais sólidos”. É nítida a intenção do escritor em conclamar “a inteligência dos seus administradores e dos seus homens públicos” (LEITE, 1978, p. 142-143, grifo meu) para os cuidados com o patrimônio material e imaterial resguardado em seus domínios, face à iminência da nova cartografia regional, advinda do novo cenário político-administrativo e a almejada pavimentação asfáltica da BR 364. Assim, Cáceres se solidificava, dentro dos preceitos da Ata de fundação, como um lugar em que os caminhos se encontram: o rio, a estrada e a povoação.

Ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de 1778, aos seis dias do mês de outubro do dito ano, neste distrito do *rio* Paraguai e margem oriental dele, no lugar onde presentemente se dirige a *estrada* que se seguia a Cuiabá desde Vila Bela [...] para com efeito fundar, erigir e consolidar uma *povoação* civilizada, aonde se congregasse todo o maior número de moradores possíveis [...]; cuja povoação, segundo as ordens do dito governador, se denominará de hoje em diante, em obséquio do real nome de Sua Majestade – Vila Maria do Paraguai, esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao real serviço e comodidade pública (MENDES, 2009, p. 27-29, grifos meus).

Verticalizava-se a sua vocação de cidade fronteiriça, porta de passagem e caminho da navegação fluvial, com alternativas de transporte para o escoamento da produção, o que a levaria a célere desenvolvimento. No entanto, com a mudança da capital de Vila Bela para Cuiabá ficou entregue aos próprios recursos até que outros fatores surgiram, como está atestado no decurso da sua história, sempre buscando lugar de destaque no cenário do Estado.

Retomando a foto, simbólica na tríade preconizada pelo fundador, encontram-se, ao centro, o ex-Prefeito da cidade, José Rodrigues Fontes¹⁷, ladeado pelo Juiz de Menor

¹⁷ José Rodrigues Fontes foi prefeito de Cáceres por três gestões: de 1947 a 1951; de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967 (cf. MENDES, 2009).

Luis dos Santos Garcia (à sua direita)¹⁸ e o historiador mato-grossense Luis-Philippe Pereira Leite (1916-1999), à esquerda, de óculos escuros.

Sempre ligado à cidade, Luis-Philippe esteve em Cáceres por algumas vezes, movido pelo trabalho: em 1950, no desempenho das funções de Procurador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e em 1972, no governo de Luiz Marques Ambrósio (1971-1973), para colocação do busto de Luiz de Albuquerque, na Praça Major João Carlos, em frente ao Hospital São Luiz, atividade planejada para a efeméride. A visita de 1975 legou-lhe resultados mais fecundos, como os que foram impressos nas obras aqui elencadas quando, pela primeira vez, pisou, emocionado, o pátio da Jacobina, lembrando-se de mais de um século atrás quando

precisamente naquele dia, um antepassado ali nascido, o tio bisavô Pedro Nolasco entregava a sua tese de doutoramento à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual possui histórico exemplar, e que foi defendida perante a mesma doutrina congregação em 31 de março de 1860 tornando-o o primeiro mato-grossense a doutorar-se em Medicina. Esta vida gloriosa e efêmera vai merecer de nossa parte um volume especial, como parte integrante das comemorações do bicentenário (LEITE, 1976, p. 60).

A escrita é resultado de um apelo da memória impressa desde a infância, quando ouvia dos pais as histórias da terra natal. Impulso este semelhante ao do Visconde de Taunay ao escrever *A cidade do ouro e das ruínas*, em 1891¹⁹, cuja personagem é o tio, artista da Expedição Langsdorff (1825-1829) que pereceu nas águas revoltas do rio Guaporé. Também ele foi mobilizado pelas lembranças familiares e criou, sem nunca ter estado em Vila Bela, um texto híbrido em que a memória e a história entram na composição narrativa de forma a construir uma imagem que é, ao mesmo tempo, sentimento e tradição reconstruída.

Há, evidentemente, diferenças entre os textos, mas o que nos interessa observar é a forma como o drama individual mostra as diversas nuances do estilo do autor. Ao referir-se às pessoas, criando *cenar* familiares, Luis-Philippe apresenta o campo de composição textual que, como fala Wolfgang Kayser, aproxima o acontecimento do leitor que toma contato com a realidade poética, pois é uma questão de estilo “saber até

¹⁸ Agradeço ao confrade Pedro Paulo Pinto de Arruda Filho, do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres/IHGC, à época, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, a informação sobre a foto.

¹⁹ Em 2001 o IHGMT faz circular o texto numa publicação avulsa (nº. 21), com prefácio de Odilon Nogueira Matos.

que ponto o próprio autor cuidou duma tonalidade comum dentro dos discursos diretos das suas personagens” (KAYSER, 1985, p. 193). Desta forma, o escritor pode desvendar os estratos de significados e valores humanos que lhes são caros.

No momento em que Luis-Philippe aparece na imagem acima colocada, isto é, em 1978, está profundamente tomado pelas ocorrências que impulsionaram suas pesquisas. Por isso, ao participar diretamente das atividades alusivas ao ano bicentenário de Cáceres une as duas pontas da memória histórica da cidade, reconhecendo a força dos elementos que compõem o quadro épico.

A foto, portanto, apresenta o forte motivo que marca este artigo, ou seja, a simbologia das comemorações: do monumento de mármore branco (descrito por Hercules Florence, quando o avistou, pela primeira vez, como uma “pirâmide quadrangular perdida na embocadura do rio Juruá por trás de árvores que a ocultam das vistas”) (FLORENCE, 1977, p. 207) e das comemorações do Centenário de nascimento de Luis-Philippe Pereira Leite, neste ano de 2016.

Meu desejo é revivificar a relação entre os dois “lugares de memória” (NORA, 1984) com a emblemática personagem mato-grossense, marcando a minha homenagem ao intelectual empenhado nas questões histórico-culturais de/sobre Mato Grosso. Além de ter legado um farto material bibliográfico tinha, pela cidade de Cáceres, a mais profunda simpatia. Nela encontrou suas raízes, na Fazenda Jacobina, e o sepulcro dos ancestrais, onde jazem oito deles no Cemitério São João Batista que está a merecer cuidados por parte do Poder Público.

Sobre a Jacobina, deixou vários escritos, muitos deles complementados em longas conversas com o confrade-amigo-cacerense do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, Natalino Ferreira Mendes. Revisitando o conjunto de sua obra, foi possível reler, pelas dedicatórias, o carinho que ambos nutriam pelas mesmas fontes de conhecimento histórico. Lembro-me de tê-lo visitado uma única vez, já aposentado do cartório que mantinha na Travessa João Dias, em Cuiabá, num especial momento das primeiras pesquisas que eu empreendia sobre os escritores mato-grossenses. Uma figura admirável pelo porte e pela cultura. A deficiência visual tornava-o mais sensível e, naquele tempo, já se ressentia do descaso das autoridades para com o patrimônio histórico das cidades mato-grossenses.

As relações de Luis-Philippe com o Marco do Juruá e a Fazenda Jacobina remontam a várias de suas publicações das quais vamos nos ater àquelas por ele mesmo

designadas de “Trilogia Cacerense”²⁰: *O engenho da estrada real* (1976); *Vila Maria dos meus maiores* (1978) e *O médico da Jacobina* (1978). Desconheço, até o momento, outro empenho externo em tamanha pesquisa histórica e cultural sobre a cidade. Somada a outras publicações que compõe o conjunto da obra do escritor, Cáceres é o núcleo germinador de aspectos culturais singulares na abrangente história nacional e internacional.

O Engenho da Estrada Real é a história colonial da Jacobina, célula *mater* do povoado fundado por Albuquerque. Atualiza-se pela genealogia dos fundadores de Vila Maria (Cáceres), particularmente dos Pereira Leite, convocando os leitores ao retorno à tradição, à doação dos arquivos da família e à participação nas comemorações do bicentenário da cidade. Com essa obra, Luis-Philippe abre “uma série de estudos monográficos em que a terra e o homem são estudados para serem compreendidos num grande painel que é o painel histórico do vasto espaço ocidental do nosso Estado”, como prefacia Gervásio Leite (p. 6). Dessa família sairá o primeiro doutor em Medicina, Pedro Nolasco Pereira Leite, sobre o qual Luis-Philippe dedica o terceiro volume da trilogia²¹.

Em *Vila Maria dos meus maiores*, reforça a tese dos Pereira Leite presentes na fundação de Cáceres e na construção da riqueza da Fazenda Jacobina, num esforço de complementação da genealogia a partir de Leonardo Soares de Souza, seu primeiro proprietário. Fazendo intertextos com a narrativa de Hercules Florence, traduzida pelo Visconde de Taunay²², Luis-Philippe traça com maiores detalhes o percurso da fundação de Cáceres como entreposto entre Cuiabá e a primeira capital, Vila Bela. Chama atenção o rico acervo de telas doadas pelo autor ao Museu de Cáceres e dedica capítulo especial à figura de João Carlos Pereira Leite, o neto de Leonardo Soares Souza.

Por último, para os propósitos deste texto, *O médico da Jacobina* coroa os objetivos do pesquisador com a rica biografia daquele que ele considerou uma das mais eminentes figuras da arte e da ciência em Mato Grosso. O décimo filho de João Pereira Leite (genro de Leonardo Souza e Dona Anna) viveu a intensidade dos artistas, pois faleceu muito jovem, aos 27 anos. Como a efêmera vida de Adrien-Taunay (1803-

²⁰ Cf. *Vilas e fronteiras coloniais*, p. 138.

²¹ Cf. Revista do IHGMT, 1926, p. 92 a 121, gentilmente a mim cedida pela confreira da AML, historiadora Elisabeth Madureira Siqueira. Luis-Philippe, com apoio do filho de Mesquita, Gui de Mesquita, faz a atualização dos dados para presentear a cidade de Cáceres no seu bicentenário, em 06/10/1978 (cf. LEITE, 1976, p. 24).

²² Cf. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, 1977.

1828), dedicou-se ao desenho de paisagem e motivos florais a bico de pena, e deixou importante estudo de História Natural. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, sua biografia é fruto de fecundas e demoradas pesquisas do autor entre correspondências e arquivos, toda ela minuciosamente descrita no livro. Com ajuda da UFMT consegue a recuperação dos originais e a datilografia dos três cadernos de pesquisa do médico (cerca de 200 páginas), reconstituindo o que lhe foi possível para compor esta obra. Além das apostilas recuperadas, o livro traz a tese de doutoramento, contendo capítulos sobre ciências cirúrgicas, patologia externa, tétanos traumáticos, etiologia, sintomatologia, anatomia patológica, entre outras. Assim, consegue compor, ao lado da sucinta biografia, o compêndio das apostilas e anotações das aulas de Farmacologia e Terapêutica do insigne mato-grossense.

Vista desta forma, as narrativas de Pereira Leite são descrições simples de complexos momentos históricos e, principalmente, dos resultados da pesquisa sobre aspectos culturais da cidade de Cáceres, na perspectiva da genealogia familiar, portanto, olhar subjetivado pelo papel da memória. Ao tratar das personagens que deram vida à Fazenda Jacobina, a memória é o artifício de ligação entre os fatos e a escrita.

A trilogia, então, é uma síntese do esforço de autoconhecimento e de conhecimento do outro, representado pela tentativa de recuperação da história. Nesses casos, as personagens ligam a memória à questão da identidade social, compreendida aqui com apoio das concepções de Michel Pollack (1992), a partir do pressuposto que, tanto a história, quanto a literatura parecem encontrar um ponto de referência na tessitura do discurso construído sobre uma cidade, cujas origens estão nos Setecentos.

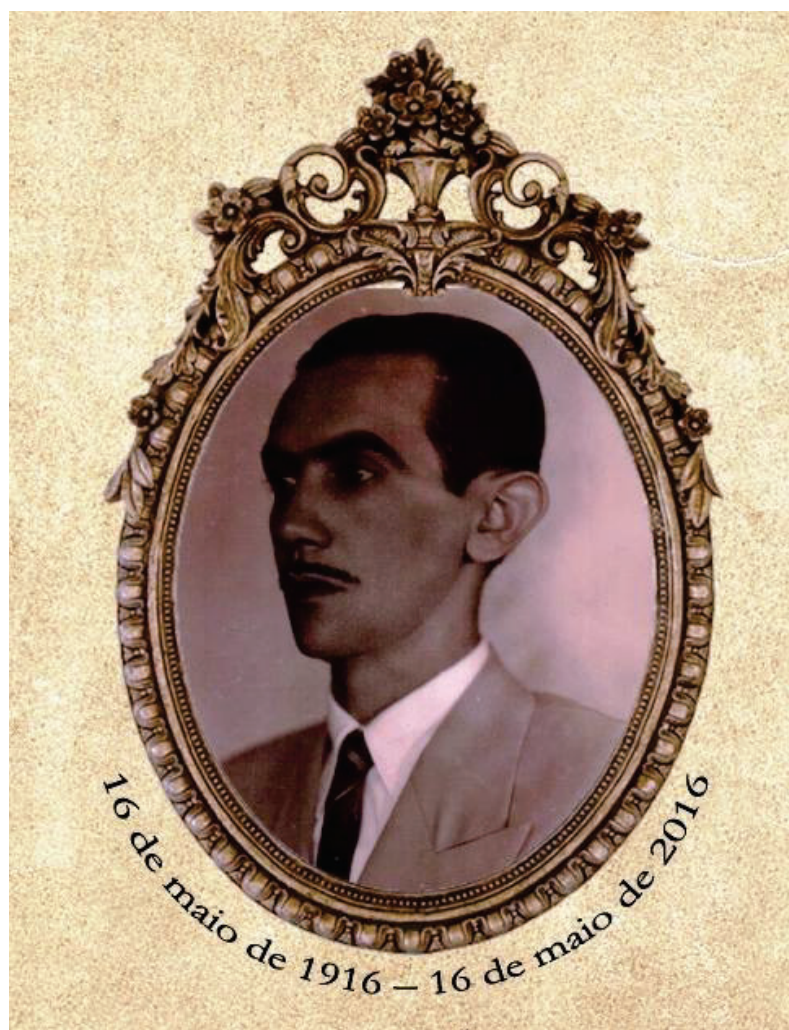
O aparato de composição fica entre o espaço cenográfico e a história contada como fenômenos que contribuem para a construção da narrativa. Ao reinventar os fatos pela perspectiva da memória, imprime olhar individualizado que particulariza um tempo histórico, uma parcela da memória, uma imagem continuamente construída pelas sensações e pelo exercício de olhares: dos biografados e do narrador.

Entre os documentos históricos transcritos e recriados e a descrição, em alguns pontos, poética, recuperam-se aspectos estéticos que historicizam uma fase da história de Mato Grosso. O olhar particularizado constrói sensações e diferenças significativas entre os recursos descritivos e o universo particular maximizado pelas personagens em relevo. O conjunto orgânico assumido pela Trilogia pressupõe o propósito de ligar os elementos da obra num todo que simboliza a forma como Pereira Leite pretendeu pensar uma parte da história cacerense.

Referências

- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS, Ed. Gráfica, 1992.
- FLORENCE, Hercules [1875]. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825-1829*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix/Ed. USP, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Cuiabá: Ed. da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.
- KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária: introdução à ciência da literatura*. 7 ed. Coimbra: Armênio Amado, 1985.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: ETF, 1976.
- _____. *Vila Maria dos meus maiores*. Cuiabá: Ed. do autor, 1978.
- _____. *O médico da Jacobina*. São Paulo: Resenha, 1978.
- _____. *Vilas e fronteiras coloniais*. Cuiabá: Ed. do autor, s/d.
- MENDES, Natalino Ferreira [1973]. *História de Cáceres: administração municipal*. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2009.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire e histoire: la problematique des lieux*. In: G. Lipovestkl. *L'ère du vide*. Garnier. Flammarion, 1984.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, v. 5, n. 10, 1992 (200-212).
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de Taunay). [1891]. *A cidade do ouro e das ruínas*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicação avulsa. N. 21., 2001.
- Universidade Federal de Mato Grosso. *Fundação de Vila Maria: Cáceres*. NDHIR/UFMT, 1978.

UBALDO MONTEIRO DA SILVA

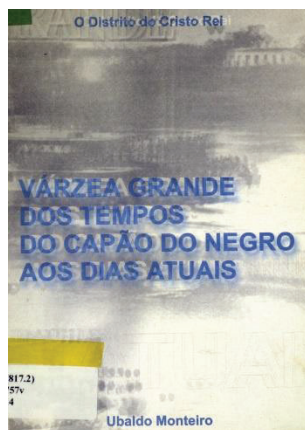


OS CEM ANOS DE UBALDO MONTEIRO DA SILVA

Breve reflexão sobre o Quilombo Capão do Negro

Suíse Monteiro Leon Bordest

(Geógrafa e membro efetivo do IHGMT. bordest@uol.com.br)



Não poderíamos deixar passar despercebida à geração atual e daqueles que com ele conviveu os *Cem Anos de Nascimento de Ubaldo Monteiro da Silva*. Particularmente aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, uma vez que, no transcurso da segunda metade do século XX, participou assiduamente dessas duas Casas.

Ubaldo nasceu em 16 de maio de 1916, na cidade de Várzea Grande-MT, tendo falecido em 29 de maio de 2004, em sua terra natal. Filho primogênito de Alfredo Monteiro da Silva e Ana Emília da Silva, residiu com sua família no bairro do Porto de Cuiabá, nas imediações da Igreja São Gonçalo. Estudou no Grupo Escolar Senador Azeredo e depois no Liceu Cuiabano. Continuou seus estudos no Curso de Formação de Oficial da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1943.



Curso de Formação de Oficial da Polícia do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Família

Casou no ano de 1941, por procuração, com Neuza Ribeiro Monteiro da Silva, jovem que namorou desde os bancos de escola. Daí porque eu, embora pertencesse a família tradicionalmente cuiabana, importa confessar-lhes que nasci na cidade do Rio de Janeiro, na Cidade Maravilhosa, como meus pais costumavam nominá-la.



D. Neuza Ribeiro Monteiro da Silva. Acervo da Família

De volta a Cuiabá, Ubaldo, entre outros cargos que exerceu na corporação, fundou, lecionou e dirigiu a Escola de Oficiais da Polícia Militar de Cuiabá, por seis anos, na década de 1950. Reformou-se como Tenente-coronel. Como Deputado Estadual, assumiu cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso por duas legislaturas (1959-1963; 1964-1966).

Fora da política, teve a oportunidade de ocupar, durante a década de setenta, funções na Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso. Em Várzea Grande, atuou na Secretaria de Obras da Prefeitura, na qualidade de secretário, e presidiu a Casa de Cultura e Arte da mesma cidade, havendo hoje, ali, uma sala em sua homenagem. Trabalhou por vários anos na condição de professor do ensino fundamental e ensino

médio. Foi sócio e presidente do Rotary Clube de Várzea Grande, a propósito do qual deixou importante relato. Foi torcedor do Clube Operário, de futebol.

Profundamente apaixonado pelo povo e por tudo que dizia respeito a essa cidade, coube a meu pai compor a letra do Hino de Várzea Grande. Para sempre, inscreveu seu nome no coração dos várzea-grandenses.

Hino de Várzea Grande – MT (1982)

Salve tu Várzea Grande garrida,
Berço heroico de um povo tenaz
Dessa gente apegada na lida
Na qual forja o progresso e a paz.

Salve o preso, o viril Brigadeiro
E o soldado - oriundo do passado
Forte gente que aqui veio primeiro
E fundou este cantinho abençoado...

Novas luzes se acendem
Novas metas já pretendem
A conquista é magistral...
Depois da jornada bruta,
Um bravo povo foi à luta
E fez a urbe industrial...

Como a flor Várzea Grande crescia,
Uma Igreja pequena surgiu
A de Nossa Senhora da Guia
Tradição que o poder garantiu.

Lá no Trevo do Zero, dois braços
Escreveram o V da vitória
É o asfalto invadindo outros espaços
Rico evento inserido em nossa história.

Novas luzes se acendem
Novas metas já pretendem
A conquista é magistral...
Depois da jornada bruta,
Um bravo povo foi à luta
E fez a urbe industrial...

Salve Terra Querida e bendita,
Onde o céu quase sempre é anil
Salve minha cidade bonita
Várzea Grande
Pedacinho do Brasil... (bis)

Ubaldo tinha o dom da oratória e, por isso, era frequentemente solicitado a discursar em comemorações, como fazia quase sempre a convite da Polícia Militar, no dia de Tiradentes, em homenagem ao seu patrono maior. Sempre gostou de escrever, e a partir dos anos setenta, já aposentado e contando com apoio da família, dos amigos e da mídia jornalística, passou a se dedicar mais intensamente à pesquisa e à literatura de Várzea Grande. Ubaldo foi incansável no registro da história e memória dessa cidade, pela qual nutria inabalável sentimento de afeto. Foi ainda membro da Sociedade Amigos de Rondon, sócio efetivo do IHGMT por quatro décadas, e integrou a Academia Mato-Grossense de Letras, desde 18 de novembro de 1987.

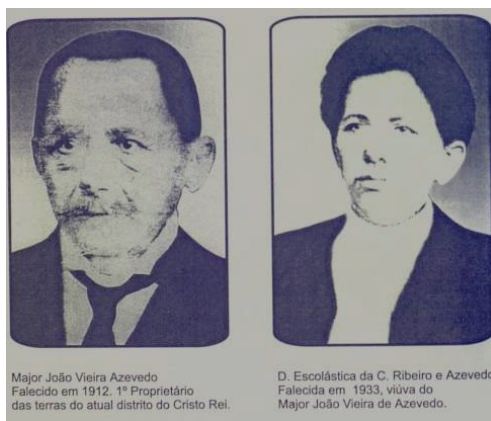


Ubaldo Monteiro da Silva, Deputado Estadual. Acervo da Família

Elegi homenageá-lo, nesta edição da Revista do IHGMT, comemorativa dos centenários de nascimento de três sócios da Casa Barão de Melgaço: Ubaldo Monteiro da Silva, Luis-Philippe Pereira Leite e Gervásio Leite. Nesse intento, retomo um de seus últimos escritos, publicado no formato de livreto, voltado à memória de um tempo que tem que ver com nossa família, com suas experiências e conhecimentos adquiridos no passado, relativamente a esse lugar. Ei-lo, *Várzea Grande: dos tempos do Capão do Negro aos dias atuais*.

Alguns episódios desfilados nesse opúsculo e revividos nesse texto, já eram de meu conhecimento. De um lado, porque na minha infância cheguei a conviver com algumas pessoas desse povoado. Por outro, em razão de ter participado das costumeiras rodas de conversa em família, ao final das tardes, sentada à porta da rua, ou após o jantar, quando os mais velhos em suas cadeiras de balanço, com as crianças em volta, punham-se a conversar sobre fatos do dia-a-dia. Naqueles momentos, meu pai, minha mãe, meus avós maternos, com quem morávamos, costumavam lembrar “causos”, seja exemplo, o dos escravos libertos que conviveram com nossos antepassados. Ubaldo

sempre entremeava a conversa com passagens ou dados históricos significativos do estado de Mato Grosso, onde viveu atuando como delegado de polícia. É de sobressair as cidades de Cáceres, Ponta Porã e Corumbá. Se bem assim, eram principalmente relatos vividos em Várzea Grande, tingidos em cores alegres e vivas. Afinal, Várzea Grande era o coração de sua existência, sua parte mais sensível e palpitante.



Primeiros proprietários da Chácara São João. Acervo da Família

Creio que, por força de sua convivência de longa data com o bairro do Porto, assentada num balaio de lembranças, sua pesquisa tenha se circunscrito à ideia de escrever sobre curiosidades do antigo povoado Capão do Negro. Cuida-se de publicação modesta, escrita com dificuldade, tanto pela idade já avançada como pelo problema da visão. Passo a relatar alguns trechos. Não bastasse a saudade que me evoca, esta matéria se presta para homenagear uma região tão carente de recursos, mas, ao mesmo tempo, tão rica de carinho distribuído a mãos largas por meu saudoso pai.

Dizia ele que, no período do Brasil colonial e imperial, viviam em Cuiabá escravos que, sempre que fugiam de seus domínios, atravessavam o rio e iam se esconder nas matas de um grande capão, em terras de Várzea Grande, vivendo ali como podiam. Quando algumas pessoas precisavam transitar pelo lugar, sentiam medo e o denominavam de Capão do Negro. Assim permaneceu até a data da libertação dos escravos e da proclamação da República.

Naqueles anos, essas terras já pertenciam ao major João Vieira de Azevedo e sua esposa, Escolástica da Costa Ribeiro Azevedo (Nhá Corá). Nela, nada havia que não fosse a tortuosa *Estrada Boiadeira*, que demandava a Nossa Senhora do Livramento.

Essa extensa área, com cerca de uma légua quadrada, passou todo o século XIX inexplorada, tendo como sede a Chácara São João, onde havia um casarão nas proximidades do rio Cuiabá, uma espécie de fortaleza, onde se encastelavam alguns

escravos. Era também conhecida, na época, pelas festas juninas que João Vieira realizava todos os anos no dia de São João, hábito que continuou com seu filho Belinho, nas primeiras décadas do século XX.

Pontua que, em volta da casa se ergueram dois galpões, nos quais se acomodavam alguns de seus escravos, viajantes e cargas que chegavam, quase sempre de Livramento. Os que vinham de carroça soltavam os animais no pasto cercado, onde os viajantes armavam suas redes e pernoitavam, tratavam de negócios e, ao final do dia, retornavam para suas casas.

A chácara São João manteve seus escravos até a década de trinta do século passado. São lembrados os nomes de Querubina e João, seu marido, que foi criação da casa. Entre outros escravos, merecem relevo: Elisa, Catarina, Nhô Du, Ubirajara, Chico Bugre, Trunqué e Serzeredo. Um deles, o Ubirajara, ganhou a liberdade ainda em poder de Abelardo Ribeiro de Azevedo (Belinho), filho mais velho do casal João Vieira e D. Escolástica (Nhá Corá).

Em 1937, Belinho cedeu ao município de Cuiabá a área de terras que incorporava o Córrego de Areia, Rabelo, Capão do Negro, Lagoa dos Patos e Jacaré, a fim de ali ser localizada uma colônia de trabalhadores. Mais tarde, recebeu o nome de *Colônia União*.

Atualmente, o *Capão do Negro* é tido como terras remanescentes de um quilombo urbano, situado no município de Várzea Grande, cuja Certidão está em fase de ser expedida pela Fundação Cultural Palmares e legalizada pelo INCRA.

A partir do final da década de 1930, passaram a residir em terras do Capão do Negro, doadas pela Prefeitura de Cuiabá: Nhoaque, Francisco Ribeiro, João Ribeiro, Bernardo (o Sinimbu), Calixto, João Apólito, D. Cecília, Dormedino, Amaro, Benedito A. Moreira, João Pinto, Francelino, João Barnabé, Sr. Elesbão, Fancolino, Joãozinho de Siá Davina, Aristides, Sr. Carlos e D. Gregória C. de Campos (Nhá Goia).

O jornal *A Gazeta*, de 16 de março de 1996, encartou uma entrevista com minha mãe, Neuza Ribeiro Monteiro da Silva, neta de D. Escolástica, discorrendo sobre o antigo Capão do Negro, hoje bairro Cristo Rei, reforçando a tese de que, em sua origem, teria sido área remanescente quilombo.

Também eu, quando criança, conheci a comunidade Capão do Negro, ainda constituído predominantemente de famílias descendentes de escravos. Aí residia a família do Seu Barnabé e Siá Donária, pais de Noé, Nilce, Nilcina, entre outros filhos e filhas. Eram pessoas simples, honestas e trabalhadeiras, como ocorria no geral, com os

moradores desta comunidade. Nilcina foi minha amiga na infância: brincávamos juntas sob as frondosas mangueiras de nosso quintal.

Conforme Siqueira (2002), em Mato Grosso havia os “escravos domésticos”, ou seja, aqueles que se dedicavam exclusivamente às tarefas da casa dos senhores, aí incluídos as amas de leite, cozinheiras, mucamas - que serviam as mesas -, as pajens, que distraíam as crianças, e os moleques de recado. No interior das residências, os escravos faziam os serviços gerais, eram encanadores, pedreiros carpinteiros e transportadores de água e lixo.

Na antiga comunidade Capão do Negro, após a abolição, vários afrodescendentes continuaram desempenhando essas funções, sempre percebendo baixa remuneração.

Como em muitas outras comunidades da bacia do rio Cuiabá, aquela dos afrodescendentes do Capão do Negro, basicamente, se sustentava da agricultura de subsistência, caça e pesca. Plantava-se milho, mandioca, cana-de-açúcar, banana e plantas medicinais. Até meados do século XX, os homens se dedicavam aos serviços de pedreiro, marceneiro, pescador, verdureiro, leiteiro, carregadores de água e fabricavam produtos toscos em madeira, latão, barro etc. Empurrando carrinhos de mão, conduzindo carroças ou charretes vendiam diretamente nas casas ou na feira do Porto, em Cuiabá. Até aquele período, de modo geral, as mulheres trabalhavam como domésticas, cozinheiras, copeiras, lavadeiras e passadeiras de roupas nas residências das famílias mais abastadas. À época, suas casas, no mais das vezes, eram de barrote e cobertas de sapé, sendo outras de telha de barro ou zinco.

Na segunda metade do século XX, costumes e paisagem foram modificando aquelas paragens. Sensível mudança na urbanização ocorreu a partir do final da década dos anos cinquenta, com o asfaltamento da Avenida da FEB, se intensificando nas décadas seguintes. Vestígios do antigo quilombo *Capão do Negro* foram desaparecendo à medida que foi sendo incorporado ao bairro da cidade de Várzea Grande, denominado *Cristo Rei*. Este, atualmente, engloba o Seminário Cristo Rei, o Univag, o aeroporto Marechal Rondon e o moderno *Shopping Várzea Grande*, entre outros. Assim, o Capão do Negro pode ser considerado a *célula mater* do atual bairro Cristo Rei, no município de Várzea Grande.

Ubaldo, ao denotar que, atualmente, a maioria dos habitantes do bairro Cristo Rei, procedentes de diferentes regiões do país, ali chegados a partir da década de 1960, foram atraídos pelos incentivos fiscais e doações de terrenos pelo governo municipal,

desconhecendo a história da ancestralidade escrava do local, mas resgatada sua memória em livreto.

Nelson de La Corte (1998, p. 210) chama atenção para a importância de conhecer a história e localizá-la. Lembra o autor que a história é feita por todos, apesar de diversificados os papéis de cada um, embora todos compartilhem, sustentem e promovam o movimento. Diz ele que, quando se busca entender o Hoje, há que incomodar com a visão retrospectiva dos precedentes, dos fundamentos, de suas sementes e raízes.

E nesse Ontem ao qual nos referimos Hoje, num tributo justo e oportuno a Ubaldo, queremos saudá-lo reconhecendo em suas pegadas compartilhadas com seus pares, seu esforço e sua sensibilidade ao produzir sentidos de suas experiências de vida, sentidos extraídos do anonimato.

Referências

SILVA, Ubaldo Monteiro. *Várzea Grande dos tempos do Capão do Negro aos dias atuais*. Publicação do autor. 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

LA CORTE, Nelson de. Depoimentos. In: Os 70 anos de Pasquale Petrone. *Bol. Paul. de Geo.* São Paulo, n. 75, AGB, 1998, p. 21-26.

UBALDO MONTEIRO DA SILVA À LUZ DO SEU ACERVO (produção intelectual)

Elizabeth Madureira Siqueira

(Historiadora, Membro efetivo do IHGMT e da AML, Curadora do Arquivo da Casa Barão de Melgaço. bethmsiqueira@gmail.com)

O trabalho de arranjo de acervos privados e de família propicia ao historiador a oportunidade de penetrar em um universo até certo ponto desconhecido.

O Arquivo da Casa Barão de Melgaço, através da sua Curadoria, recolheu, ao longo das últimas três décadas, inúmeros acervos que pertenceram a intelectuais, tenham sido eles de natureza familiar ou individuais (privados). Na categoria Familiar, têm destaque os papéis e objetos que pertenceram a Estevão e a Rubens de Mendonça, e também um segundo, o da Família Rodrigues (Firmo José Rodrigues e Dunga Rodrigues), este último incluindo uma interessante Biblioteca.

No que toca aos acervos privados, ganharam relevo os papéis e objetos de Luis-Philippe Pereira Leite, Ubaldo Monteiro da Silva, Ramiro Noronha, Corsíndio Monteiro da Silva, Amidicis Diogo Tocantins, Newton Alfredo Aguiar, e dos médicos João Alberto Novis Gomes Monteiro e Clóvis Pitaluga de Moura, além de uma série pontual de correspondências trocadas entre Filinto Müller e Gastão Müller por ocasião do golpe de 1964.

Quando os acervos são cedidos ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço, pelas Famílias dos titulares, tem início um momento de festa, de alegria e de compromisso com a cultura mato-grossense, uma vez que será através desse legado que a memória de Mato Grosso poderá ser ampliada e o Estado melhor conhecido e amado. Entre o momento da recolha do material até sua colocação na página da Internet ([www//casabarao.com.br](http://www/casabarao.com.br)) segue-se um interessante e delicado trajeto.

Precede a abertura de qualquer pacote ou caixa, a leitura de tudo que foi escrito sobre o titular, mas, também, a localização do que ele escreveu e publicou durante a sua vida, seja em livro ou em periódicos. De posse dessas informações preliminares, o responsável pela organização do acervo se debruça sobre os principais momentos de sua atuação, visando a organização dos Grupos – documentos pessoais, documentos de família, relações sociais, relações familiares, atuação profissional, produção intelectual e universo de interesse.

Somente após esse trabalho é que tem início a catalogação propriamente dita do acervo, ocasião em que os pacotes, ou caixas, são abertos e separados pelos Grupos, sendo que a catalogação é feita papel a papel, fotografia e fotografia, jornal por jornal, objeto por objeto, aglutinando-os pelas grandes chamadas previamente escolhidas. Ao final, os papéis são acondicionados em caixas-arquivo com a indicação do Grupo e período cronológico catalogado. A finalização do trabalho acontece com a colocação das caixas-arquivo em armários de aço.

Durante essa fase do arranjo, muitos documentos até então inéditos vem à lume, a exemplo dos manuscritos ainda não publicados; fotografias colecionadas pelo autor e família, assim como documentos pessoais do titular e as correspondências que manteve com familiares, amigos e personalidades.

Assim ocorreu quando a Família de Ubaldo Monteiro da Silva doou seu acervo pessoal ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço, através de sua filha Suíse Monteiro Leon Bordest, Geógrafa, doutora em Geociência, professora aposentada do Dep. de Geografia da UFMT e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e da viúva, hoje já falecida, D. Neusa Ribeiro Monteiro da Silva.

Logo que chegou à Casa Barão de Melgaço, o material foi recepcionado pela Curadoria, constituindo um momento de alegria e de esperança na preservação da memória intelectual de Mato Grosso, uma vez que o titular pertencia às duas Instituições que integram a Casa Barão de Melgaço: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira 27), as quais se sentiram duplamente representadas, considerando que Ubaldo Monteiro da Silva foi atuante no cenário cultural de Mato Grosso, com fortes e históricas ligações com a Polícia Militar e com o vizinho município de Várzea Grande.

Através da leitura acurada do conjunto dos papéis constitutivos do acervo é que se conseguiu ter uma dimensão exata da personalidade, seja no âmbito individual, familiar ou social.

Destaco nesse artigo a produção intelectual de Ubaldo Monteiro da Silva, que se colocava como Ubaldo Monteiro, à qual é farta e diversificada, capaz de deixar vislumbrar essa personalidade no tocante ao seu modo de pensar, de agir e de se relacionar com a profissão e com as instituições sociais. De outro, a leitura dessa produção apontou para as preferências do intelectual Ubaldo, visto que as temáticas abordadas apontam para um vasto e distinto universo, que vai da rigorosa organização da Polícia Militar de Mato Grosso, sua ancestralidade, sempre lembrada nos textos

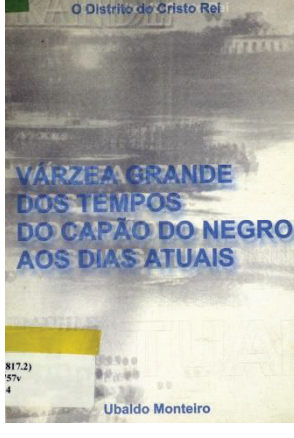
sobre Várzea Grande, mas também aponta para sua opção política e o valor que atribuía ao universo popular e sua contribuição na formação de Mato Grosso. Vejamos suas múltiplas produções e os temas que privilegiou.

No campo da historiografia, sua produção foi interessante e classificada de diversificada, vejamos:

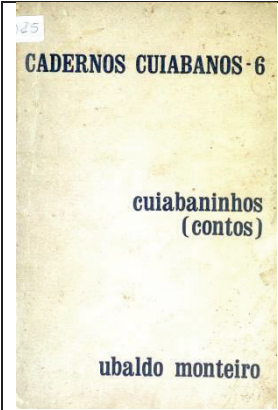


A temática da Polícia foi objeto de dois livros:

	<p>Obra publicada em 1985, em homenagem ao sesquicentenário da Instituição. Ubaldo analisa as forças policiais de Mato Grosso desde a criação da Capitania, no ano de 1748, prosseguindo pelo período imperial e republicano. O ano de 1835 foi considerado inaugural, na medida em que, com a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, foi promulgada a Lei n. 30, que criou em Cuiabá o primeiro corpo de polícia, com a denominação de <i>Homens do Mato</i>. Ubaldo justifica essa criação pelo clima de violência que imperou em 1834-1935, quando eclodiu a Rusga. A obra perpassa pelos períodos mais conturbados da política mato-grossense, encerrando com as décadas de 1960 a 1980. Importante contribuição para a História de Mato Grosso, especialmente a da Polícia Militar.</p>
	<p>Nove anos depois da primeira obra referente à Polícia Militar, Ubaldo fez publicar <i>A Polícia Militar Mato-Grossense</i>, homenageando, assim, os 159 anos da Corporação (1835-1994). No novo formato, o livro incorpora não só documentação, mas também ilustrações interessantíssimas. A obra, com base nos Boletins da Polícia Militar, evidencia, especialmente pós-1930, como se estruturou a Polícia Militar, com citação dos respectivos cargos e nomes.</p>

Outro tema da predileção de Ubaldo Monteiro da Silva teve como centralidade a **Cidade de Várzea Grande**, sua terra natal, e onde prestou relevantes serviços, seja enquanto integrante da Polícia Militar, mas também no campo da política e da cultura. Seu interesse pela cidade de Várzea Grande se deve também por ter mantido fortes laços de amizade e onde constituiu sua família, grande parte dela ainda residente ainda hoje nessa cidade.

	<p>Apoiou na memória dos habitantes para antigos de Várzea Grande. Inicia com uma sessão contendo a biografia de Couto de Magalhães e com um panorama atual do município de Várzea Grande. A seguir, abre uma segunda seção que se inicia com uma análise das terras várzea-grandenses, antes de sua criação oficial, em maio de 1867, com a criação de um acampamento militar, por Couto de Magalhães. Do Império, adentra à República, reconstituindo um longo percurso, finalizado na década de 1980. Tem destaque as Famílias e empresas fixadas no município, meios de transporte e a cultura regional.</p>
	<p>A autoria da Cartilha foi dividida com sua neta Veruhksa Monteiro Leon Bordest, filha de sua filha Suíse, pois as condições visuais do autor lhe impediram de escrever. O objetivo da Cartilha foi o de oferecer informações mínimas aos estudantes do Município, relatando sua fundação, os dirigentes municipais e o Prefeito na época, Ary Leite de Campos. A Cartilha finaliza com uma cronologia de Várzea Grande, relacional os momentos de evolução do município.</p>
	<p>A obra, que perfaz o período de 1967-1987, faz uma comparação entre os modos de vida dos antigos e dos atuais moradores. Para demonstrar a evolução de Várzea Grande ao longo de duas décadas, o livro foi dividido nas seguintes partes: a velha Várzea Grande, abrangendo os cem primeiros anos (1867-1967), e a nova Várzea Grande (1967-1987). Nesse estudo são abordados diferentes aspectos da dinâmica da “Cidade Industrial”: a política, a evolução populacional, a dinâmica empresarial e a sedimentação de sua secular cultura.</p>
	<p>O livro constitui um estudo inédito sobre uma das mais antigas sesmarias de Mato Grosso, o Capão do Negro que, inicialmente, serviu de abrigo para os escravos que fugiam dos maus tratos de seus senhores e buscavam a liberdade. As terras do Capão do Negro pertenceram inicialmente ao major João Vieira e a sua esposa Escolástica da C. Ribeiro de Azevedo, parente do autor. Ubaldo demonstra, com muita pesquisa documental e oral, o quanto esse local sofreu transformações substanciais, uma vez que vivenciou grande parte do processo. Hoje, as antigas terras do Capão do Negro integram um dos mais populosos bairros várzea-grandense, o Cristo Rei.</p>

Na Literatura, sua produção foi igualmente interessantíssima, visto ter tratado do universo popular:

	<p>A Secretaria Municipal de Cuiabá publicou diversas obras, na série <i>Cadernos Cuiabanos</i>, com temáticas típicas regionais. O de número 6 foi de autoria de Ubaldo Monteiro da Silva, intitulado <i>Cuiabaninhos (contos)</i>. Trata-se de uma reunião de contos populares de Cuiabá, escolhidos pelo autor, que os relatou com muito humor, típico da escrita de Ubaldo Monteiro. Os nomes das pessoas foram reinventados pelo autor, porém os lugares, geralmente becos e ruelas, mantiveram autenticidade. Cada conto foi belamente ilustrado por Adir Sodré, grande artista plástico, hoje famoso nacional e internacionalmente. Esse toque sodreniano ofereceu leveza e complementaridade aos textos.</p>
	<p>Ubaldo Monteiro escreveu esse romance cuiabano nas tardes e noites de relaxamento. Incentivado por pessoas amigas, resolveu dar à público esse escrito. Trata-se de um romance ficcional e popular, baseado em eventos ocorridos nos séculos XVIII e XIX, e que tem como temática recorrente, o pequizeiro e a flor de pequi. Escrito em linguagem coloquial, os contos constitutivos do romance tem forte recorrência à linguagem regional, com expressões típicas do linguajar cuiabano, ainda utilizado pelas camadas populares locais, especialmente as rurais e as beira-rio.</p>
	<p>Coletânea poética que tem como temática central a cidade de Várzea Grande e seus habitantes. Não por acaso, a obra é aberta com uma poesia de seu tio-avô, Ciríaco Pompeo de Campos, médico renomado na região e que escreveu <i>O meu pedaço</i>, poetizando o sentimento humano. Depois desse introito, Ubaldo inicia seus quatro versos: <i>Meu chão varzeagrandense / A morte da fronteira / Várzea antiga / Unidas para sempre.</i></p>

A contribuição de Ubaldo Monteiro não se restringiu aos livros, mas se circunscreveu também aos periódicos de Mato Grosso, vejamos:

Artigos publicados em Jornais

No jornal *Farol do Norte*

Jornal *Farol do Norte*. Ano I. Nº 1, estampando o texto *Empreendimento de real valor*, de autoria do Sr. Ubaldo Monteiro.

No jornal *Diário de Cuiabá*

- Artigo *O terreno do antigo saladeiro*, publicado no jornal *Diário de Cuiabá*, na seção Cantinho Cuiabano.

- Artigo *Os 260 anos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*, publicado no jornal *Diário de Cuiabá*, na seção Cantinho Cuiabano.
- Artigo *A Várzea Grande e a Cidade Industrial. O bairro Cristo Rei*, publicado no jornal *Diário de Cuiabá*, na seção Cantinho Cuiabano.
- Artigo de autoria do Sr. Ubaldo Monteiro escrito na coluna Cantinho Cuiabano intitulado *Janeiro na História de MT*.
- Artigo de autoria do Sr. Ubaldo Monteiro escrito na coluna Cantinho Cuiabano intitulado *Meu último recado/86 Mensagem à imprensa*.
- Artigo *Rua Cândido Mariano... Por que?*, escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Fevereiro na História de Mato Grosso- III A Santa Casa de Misericórdia*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Setembro na História de Mato Grosso - V*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Novembro na história de Mato Grosso II*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Fevereiro na história de MT – V. TV e rádio em Cuiabá. – A fibra de um deputado*
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Abril na história de Mato Grosso*,
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Um recado para Dr. Leal de Queiroz*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *O terceiro distrito cuiabano: 40 anos de seu desaparecimento*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Um Instituto Memória para o Poder Legislativo*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Eleições/88 em V. Grande e além divisas*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Uma questão de limites... Setembro III*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Jornal de Mato Grosso ontem e hoje*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *O casarão do Wenceslau*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *As noites várzea-grandenses*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Setembro na História*.
- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *A polícia mato-grossense*, que discorre sobre a história da polícia em Mato Grosso. O trabalho é

dividido em três períodos diferentes: a colonial, até a legalização de sua existência em 1835; o da fase provincial e o da fase da organização dos corpos de tropa, conforme a Constituição Política do Estado de Mato Grosso, em 1891, até suas transformações e modernização.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *O 1º aniversário da PM na década de noventa*.

Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Os 126 anos de fundação do município; A cidade industrial dos anos setenta, Várzea Grande: últimos 10 anos de administração municipal*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Várzea Grande nos anos cinquenta*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Uma década para Rubens*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Fevereiro na história de MT: um pouco do Barão de Melgaço*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *Avenida que Mário Corrêa queria*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *No dia das comunicações: O Nortão que Cândido Mariano explorou*.

- Artigo escrito no *Diário de Cuiabá*, na coluna Cantinho Cuiabano, intitulado *No tempo do cobre preto – II*.

No Correio Varzeagrandense:

- Artigo escrito no *Correio Varzeagrandense*, intitulado *Cuiabá e Várzea Grande nas décadas de 30 a 60*.

- Artigo escrito no *Correio Varzeagrandense*, intitulado *Administração Jayme Campos*.

- Artigo escrito no *Correio Varzeagrandense*, intitulado *Uma gratidão e um recado*, agradecendo matéria que noticiou sua homenagem.

- Artigo escrito no *Correio Varzeagrandense*, intitulado *O centenário de Várzea Grande e o mandato da professora Sarita Baracat de Arruda*.

- Artigo escrito no *Correio Varzeagrandense*, intitulado *Casa de Arte e Cultura / Assistência aos carentes: História da Secretaria de Promoção Social*.

No Diário Oficial do Estado de Mato Grosso

Artigo *Flôr de Pequi*, Artigo escrito no *Suplemento do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Cultura*. Ano I. n. 10.

Na Tribuna Cuiabana

- Artigo *Duzentos anos para Tiradentes*, publicado na *Tribuna Cuiabana*.

No Jornal Cidades

- Artigo escrito no *Jornal Cidades*, intitulado *Os jornais de Várzea Grande- II*.

Em jornais não identificados

Artigo de jornal não identificado, intitulado *Aniversário de Cuiabá, Rubens – o grande ausente*, no qual Ubaldo discorre sobre Rubens de Mendonça e seu convívio com os amigos em Cuiabá, destacando sua presença imponente nos dias de festa do aniversário da cidade.

- Artigo intitulado *Casa de Arte e Cultura de Várzea Grande*, no qual Ubaldo discorre sobre a criação da Casa de Cultura e Arte de V. Grande.

- Texto *O recado que não dei. Um nome e um espetáculo, num 5 de maio de 1984*, Fala da comemoração do dia de Rondon, ocasião em que se ocorreu também a posse do acadêmico Benedito da Silva Freire na AML.

- Artigo *O centenário de Dr. Mário Corrêa*, discorrendo sobre a vida política de Mário Corrêa da Costa em seus dois mandatos junto ao governo de Mato Grosso.

- Artigo *Uma bela e justa homenagem* discorrendo sobre a homenagem póstuma que os cidadãos de Livramento prestaram ao ex-prefeito Emiliano Monteiro da Silva, inaugurando um busto de bronze, e descreve toda a solenidade.

- *As últimas horas de Solano Lopes*, artigo discorrendo sobre a caçada que a cavalaria brasileira armou para prender um ditador paraguaio, Gal. Solano Lopes, que ao fim da perseguição foi morto pelos brasileiros.

Justificação de nome, artigo justificando a proposta de indicação do nome de Dona Amália Curvo de Campos para o complexo municipal educacional, social e esportivo de Várzea Grande, em jornal não identificado.

25 anos de saudades: Nhá Porfíria Campos, artigo noticiando a celebração da missa pelos 25 anos de falecimento da matriarca da família Campos, Nhá Porfíria, trazendo dados biográficos da falecida e discorrendo sobre a tradição política da família.

- Artigo *Lázaro Papazian nos anos trinta*.

- Artigo *Velho amigo*, homenageando Gonçalo Domingos Campos.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicou:

- *Augusto Leverger (Barão de Melgaço)*, 1999.

- *D. Aquino Corrêa: entre a cruz e a espada*, 1985.

- *Estevão Alves Corrêa*, 1994.

- *O Porto das lanchas e a Rua Grande na década de trinta*, 1982.

- *Velho Mestre, I e II*, 1984, 1986, respectivamente.

Além dessas, Ubaldo Monteiro deixou uma vasta produção intelectual inédita, manuscrita e composta de pronunciamentos e discursos que ainda aguardam publicação. Merece destaque a coleção de discursos, a saber,

Alusivos à Polícia Militar de Mato Grosso e eventos cívicos

- Discurso proferido, aos 11 de maio de 1955, por ocasião da inauguração do retrato do presidente da república Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, na sala do gabinete de trabalho do Coronel e Comandante Geral da Corporação da Polícia Militar, em Cuiabá. No discurso, o Ubaldo discorre sobre a trajetória política e militar do Marechal.

- Discurso proferido na inauguração do retrato de Tiradentes, patrono da Polícia Militar, na sala do gabinete de trabalho do Coronel e Comandante Geral da corporação da polícia militar.
- Comemoração do Dia do Soldado, com reverência a memória de Duque de Caxias, que faz com que tenham orgulho de servir ao país.
- Discurso proferido nas solenidades do sesquicentenário da Independência do Brasil.
- Discurso proferido na ocasião em que foi condecorado como capitão da Polícia Militar de Mato Grosso.
- Discurso proferido na cerimônia de formação de uma turma de oficiais da polícia militar de Mato Grosso.
- Discurso alusivo à Polícia em Mato Grosso, compreendendo desde sua criação até o ano de 1979, intitulado *A Milícia de MT – ontem e hoje*.
- No mesmo ano de 1979, proferiu o discurso *Saudação à Pátria*, alusivo às comemorações da Independência do Brasil.
- Em comemoração ao Dia do Marinheiro, o titular faz um discurso em homenagem aos grandes homens da Marinha do Brasil que foram às Guerras e discorre em especial da ida à Itália para lutar a favor dos Aliados.

Alusivos à Política

- Em 14 de janeiro de 1980, proferiu um Discurso proferido na solenidade da instalação oficial do partido político PDS, na cidade de Várzea Grande.
- Discurso proferido na solenidade, na qual tomou posse como presidente da Câmara Municipal de Cáceres.
- O autor fala à Assembleia sobre o aumento de ordenado que deve ser dado ao magistério e a Polícia em Mato Grosso. Ele critica o Governo do Estado e diz que tudo será diferente no governo de Fernando Corrêa.

Alusivos à Educação

- Discurso do Sr. Ubaldo Monteiro como paraninfo dos alunos do Ginásio Fernando Leite de Campos, na cerimônia de formatura da turma da oitava série do ensino fundamental de 1980: tema do discurso *A verdade*.
- Discurso proferido na inauguração da escola de 1º grau Manoel Corrêa de Almeida na Cidade de Várzea Grande.
- Discurso proferido no encerramento do ano letivo do ginásio de Várzea Grande, discorrendo, em nome do corpo de professores, sobre entusiasmo e os esforços empreendidos pelos colegas para o cumprimento do dever de ensinar.

Alusivos a eventos sociais

- Discurso pronunciado, em 1989, por ocasião do concurso de beleza que elegeu pela segunda vez a mais bela jovem várzea-grandense.
- Discurso proferido na cerimônia religiosa de benção inaugural dos sinos da nova igreja Nossa Senhora do Carmo, sede da Paróquia de Várzea Grande.

- Discurso proferido na abertura do concurso *miss estudantil* na cidade de Várzea Grande
- Discurso proferido por ocasião de uma homenagem recebida. Não precisou local, nem data. Ubaldo discorreu sobre sua trajetória como pessoa e que a maior herança que ele e sua esposa deixariam aos filhos, seria a simplicidade, o trabalho e a sinceridade.
- Discurso proferido por ocasião da inauguração de uma obra da TELEMAT em Mato Grosso.

Alusivos a Várzea Grande

- Discurso inaugural da série de palestras organizadas para celebrar o centenário de fundação de Várzea Grande, no qual Ubaldo Monteiro discorre sobre fatos históricos que marcaram a trajetória da cidade.
- Discurso proferido nas celebrações dos 111 (cento e onze) anos de fundação da cidade de Várzea Grande.
- Discurso alusivo à trajetória da cidade de Várzea Grande, colocando como marco referencial o ano de 1890, quando os habitantes da cidade uniram esforços para construir a primeira igreja, de Nossa Senhora da Guia, inaugurada no ano de 1892 e transformada em paróquia em 1896.

Alusivo ao Rotary Clube

- Discurso de Ubaldo Monteiro pronunciado na cerimônia cívica realizada pelo Rotary Club de Várzea Grande e em agradecimento ao Rotary Bosque de Cuiabá, que presenteou a entidade com a Bandeira do Brasil. Durante seu pronunciamento, ele o autor discorre sobre o patriotismo, enaltecendo a Bandeira Nacional.

A relevância dos acervos privados se deve, a exemplo daquele de Ubaldo Monteiro, à possibilidade de se conhecer melhor os valores cultivados pelo titular, assim como perceber sua trajetória e o reconhecimento social que angariou durante sua vida. Nessa medida, sobleva o trabalho desenvolvido pelo Arquivo da Casa Barão de Melgaço na preservação da memória intelectual de Mato Grosso.

Referências

- MONTEIRO DA SILVA, Ubaldo. *Flasches dos 25º anos de Cuiabá*. Cuiabá: s/ed., 1981.
- _____. *Várzea Grande, 111 anos*. Várzea Grande: Prefeitura Municipal, 1981.
- _____. *A Polícia de Mato Grosso*. Cuiabá: s/ed., 1985.
- _____. *No portal da Amazônia: 1º século do município industrial de Várzea Grande*. Goiânia: Rio Bonito, s/d.
- _____. *A Polícia Militar mato-grossense: sinopse histórica*. Cuiabá: Edigraf, s/d.
- _____. *Várzea Grande: passado, presente e confrontos*. Cuiabá: Policromos, 1990.
- _____. *Várzea Grande: 50 anos de emancipação política – Cartilha Histórica 1945-1998*. Várzea Grande: Prefeitura Municipal, 1998.
- _____. *Várzea Grande dos tempos do Capão do Negro aos dias atuais*. Publicação do autor. 2001.

O olhar do poeta centenário, *Ubaldo Monteiro da Silva* sobre “A Polícia de Mato Grosso” (1835 -1985)

Nileide Souza Dourado

(Doutora em Educação e Mestre em História pela UFMT. Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Membro do Grupo de pesquisa ETRÚRIA - Laboratório de Estudos de Memória, Patrimônio e Ensino de História (CNPq/UFMT) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). nileide@terra.com.br

O horizonte do presente estudo pauta-se em evidenciar o olhar de *Ubaldo Monteiro da Silva* sobre suas narrativas históricas vislumbradas na obra de sua autoria - *A Polícia de Mato Grosso: História e Evolução – O Sesquicentenário de sua Fundação (1835-1985)*, publicada no ano de 1985, pelo Governo do Estado e a Polícia Militar de Mato Grosso. O presente artigo foi elaborado para compor o contributo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) por ocasião dos festejos comemorativos do centenário do poeta, jornalista, escritor, oficial superior da Polícia Militar de Mato Grosso, deputado estadual, intelectual, memorialista e imortal, *Ubaldo Monteiro da Silva (1916-2016)*.

O lugar social do autor

Ubaldo Monteiro da Silva foi um cidadão que ocupou lugar de destaque na cena cultural mato-grossense, um intelectual nato, membro da elite local, descendente das antigas gerações dos Monteiros e Pompeo de Campos, originários de Nossa Senhora do Livramento, dos tempos dos bandeirantes.

Segundo Lenine de Campos Póvoas, guardadas as devidas proporções, revela que *Ubaldo Monteiro* foi uma espécie de *Olavo Bilac pós-moderno de Mato Grosso*. O poeta nasceu em Várzea Grande-MT, no dia 16 de maio de 1916, e destacou-se por diversos trabalhos e estudos. Coursou o ensino fundamental e o médio, bacharelando-se em Ciências e Letras no Liceu Cuiabano. Depois, cursou a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, diplomando-se no ano de 1943. Exerceu vários cargos, como oficial da Polícia Militar; Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN, além de cumprir missões importantes, várias classificadas como de segurança externa. *Ubaldo Monteiro* dirigiu também as penitenciárias estaduais de Mato

Grosso, sendo que no ano de 1951, na Polícia Militar do Estado, fundou o *Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso* e, anos mais tarde, dirigiu a mesma escola. O oficial *Ubaldo Monteiro* foi professor do mesmo curso por seis anos, na década de 1950, tendo sido preceptor de grande número de ilustres mato-grossenses. No ano de 1957, se licenciou da Polícia Militar para se candidatar a deputado estadual, tendo sido eleito para a legislatura 1959-1963, retornando na mesma condição no período de 1964 -1966. Durante o período de exceção, negou-se a candidatar a qualquer cargo, mesmo conclamado pela população.

Vale ressaltar que, como deputado estadual, lutou por melhores salários para os policiais militares e conseguiu aprovar projetos de sua autoria de grande importância, como o dos Estatutos e o da Lei de Inatividade de Oficiais e Praças da Polícia Militar, além da aprovação de vários projetos em benefício da causa pública e dos policiais do Estado. Finalizando sua carreira militar, passou para a reserva como Chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Mato Grosso.

Detentor de vasta cultura, *Ubaldo Monteiro* sobressaiu-se, também, por produzir e participar de diversos trabalhos e serviços, prestados à sociedade mato-grossense, visto que no campo da literatura e da história publicou vários artigos publicados em periódicos com circulação em Mato Grosso e no Brasil, bem como os livros: *Meus Varzeanos (versos)*; *No portal da Amazônia (História de Várzea Grande)*; *Cuiabaninhos (contos)*; *A Polícia de Mato Grosso*; *Flor de Pequi (romance)*; *Várzea Grande, passado e presente*; *Sesmaria do Capão do Negro*; *Poesiprosa – poesias*; *Flashes dos 250 anos de Cuiabá*; *Senzalas Mato-grossenses*. Autor de várias músicas, entre elas a *Marcha do Centenário* e o *Hino oficial de Várzea Grande-MT*.

Segundo a literatura jornalística regional (VÁRZEA GRANDE/Portal, 2014), *Ubaldo Monteiro* se revelou um dos mais ferrenhos defensores das tradições mato-grossense. Suas obras têm sempre um toque refinado de sentimento nativista, que, de acordo com o poeta *Tem que escrever com a alma* (VÁRZEA GRANDE/Portal, 2014).

Ubaldo Monteiro foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Presidiu a Casa de Arte e Cultura de Várzea Grande e a Biblioteca Municipal. Pelos vastos trabalhos prestados a Mato Grosso, *Ubaldo Monteiro* recebeu várias homenagens de entidades e órgãos governamentais, tendo sido agraciado com a Ordem de Mérito de Mato Grosso e a Ordem do Mérito Legislativo de Mato Grosso, honrarias concedidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Em 2009, o 1º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cuiabá, constituiu um importante Museu, guardião da memória institucional, inaugurada com o nome de *Museu da PMMT Cel. PM RR Ubaldo Monteiro da Silva*, seu grande colaborador.

Assim, frente além de sua farta produção literária e historiográfica publicada, *Ubaldo Monteiro da Silva* deixou um inédito e precioso material para futura publicação. Após seu falecimento, em 29 de maio de 2004, seu acervo, em 2010, foi doado pela família, nas pessoas da viúva Neuza Ribeiro Monteiro da Silva e da filha Suíse Monteiro Leon Bordest, ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço e está sendo objeto de arranjo e catalogação.

Ubaldo Monteiro é considerado um intelectual engajado na vida das cidades de Várzea Grande e Cuiabá, nos locais de decisões, de produção e divulgação do conhecimento e na promoção de debates, reflexões e prosas. Em suma: um autêntico *mediador cultural* do seu tempo.

Ubaldo Monteiro e *A Polícia de Mato Grosso*



Fonte: Acervo da Família Monteiro da Silva

A Polícia de Mato Grosso: História e Evolução, obra de autoria de *Ubaldo Monteiro*, homenagem especial pela passagem do aniversário maior da Polícia Militar – *O Sesquicentenário da sua Fundação (1835 -1985)* - procura destacar elementos para compreensão sobre o papel da polícia e o seu envolvimento no processo histórico de Mato Grosso, reportando-se sempre, à história e aos lugares nos tempos da Colônia até a República. Trata-se de uma obra com farta distribuição nas escolas, bibliotecas e demais órgão públicos de Mato Grosso. No entanto, vale destacar que o tema, *história da polícia*, é bastante recente na historiografia brasileira e mato-grossense.

O livro encontra-se estruturado com uma apresentação e um índice contendo vários títulos com temáticas que perpassam por acontecimentos de ordem política, econômica, social e cultural de Mato Grosso, em diferentes temporalidades, lugares e sujeitos sociais, porém, sob a ótica do autor, e tendo sempre a participação da polícia. Enfim, o estudo de *Ubaldo Monteiro* é resultante de seus escritos, pesquisas, memórias, olhares e escolhas.

Nesse sentido, com o presente texto busca-se apresentar um breve ensaio sobre a obra de *Ubaldo Monteiro, A polícia de Mato Grosso: História e Evolução*, mediante a escolha de temáticas apresentadas na obra, compreendidas como relevantes e conhecidas e outras tidas como curiosas, interessantes, porém, desconhecidas do grande público.

Desta maneira, pretende-se com o texto em questão, além, de participar dos festejos comemorativos do Centenário (1916-2016) de *Ubaldo Monteiro da Silva*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, familiares e amigos, dar visibilidade a 15 (quinze) fatos inusitados da obra e inumerados no corpo do texto, mas, escolhidos como importantes para serem apresentados nessa ocasião festiva.

* * *

Considerações – é o assunto apresentado inicialmente pelo autor, especialmente, no que diz respeito à criação e trajetória histórica da polícia em Mato Grosso, ocasião em que *Ubaldo Monteiro* afirma que com as descobertas das *Minas de Cuiabá*, nos imensos sertões de Mato Grosso a polícia não havia ainda, sido criada e argumenta o que se segue:

[...] evidente é que se escalavam homens para as sentinelas noturnas, quando da formação dos primeiros núcleos, no meio de feras e do gentio bárbaro e traiçoeiro daqueles primórdios. **Entretanto, não se criaram nenhuma polícia no século XVIII, nas décadas de vinte a quarenta**, eis que tudo era por fazer após a fundação e só ao ouro passaram a interessar os que se internavam pelos sertões inóspitos, em viagem de três meses, entre peripécias de toda a natureza, enfrentando as tribos dos caiapós, guaicurús e paiaguás, os temíveis canoieiros [...]. (MONTEIRO, 1985, p. 11). [Grifo nosso].

Frente às afirmativas do autor, há que se estabelecerem outros olhares sobre essa questão. Tanto que nos estudos de Edvaldo de Assis (1998, p. 20) assinalam que as preocupações, no que tange a segurança, já estavam presentes também, no início do século XVIII, na América Portuguesa, especialmente, durante a permanência do governador da capitania de São Paulo, *Rodrigo César de Menezes*, na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1727-1728), no que diz respeito “à organização militar e à formação de duas companhias de Ordenanças por homens sem fardamento e que não recebiam soldos ou ordenados”.

Quem analisa também, de forma minuciosa esse processo de estruturação das forças militares na Vila de Cuiabá, é Canavarros (2004, p. 98) que revela:

[...] por extensão do Extremo Oeste, chegara Rodrigo Cesar de Menezes [...] com uma missão política bastante clara: fundar a vila, estabelecer os poderes sob os quais a fiscalização viria por decorrência e, assim, criar uma cabeça-

de-ponte que facilitasse a concretização dos objetivos geopolíticos da Coroa Portuguesa.

Canavarros (2004, p. 97) esclarece ainda que a administração de Rodrigo Cesar foi operosa e que:

[...] durante a sua estada na Vila de Cuiabá, assinou quarenta e oito provisões de nomeações para cargos e ofícios os mais variados [...] entre os ofícios prevaleciam os de tabeliães, escrivães de meirinhos, tanto da Fazenda, quanto da Justiça e Câmara. No período em questão, a Companhia de Ordenanças, se constitui na guarda do governador, o que justifica o quantitativo de patentes de oficiais das ordenanças para Cuiabá, que corresponde em 24 concessões, sendo 21 lá assinadas por Rodrigo César [...]. Assim, com essas nomeações e concessões de patentes, dava Rodrigo César forma e substancia a instalação e organização do Estado naquelas minas [...].

Já para Leverger (2001, p. 47), no período colonial “criaram-se em Cuiabá seis Companhias de Ordenanças: duas na vila de Cuiabá, uma no distrito de Vila Maria (Cáceres), uma na Serra Acima (Chapada), uma no Coxipó, outras no Rio Cuiabá Acima e Rio Abaixo”. Face ao exposto, depreende-se que a polícia militar foi instalada na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no período colonial mato-grossense, século XVIII.

Depreende-se que, no entendimento de *Ubaldo Monteiro*, há certo anacronismo, ou melhor, dizendo, uma pequena ausência cronológica, ou seja, um não alinhamento com a época e a categoria, denominada polícia. Tanto que, verificam-se através de suas histórias e pesquisas sobre a trajetória da corporação, seus diferentes nomes que hoje é denominada de polícia:

[...] a polícia de Mato Grosso já teve vários nomes, tendo surgida como tropa mista, com o nome de companhia de ordenanças, homens do mato, pedestre, corpo de polícia, força pública [...]. (MONTEIRO, p. 12, 1985).

No entendimento do autor, a criação da polícia só aconteceu a partir de 3 de março de 1753, no governo de D. *Antonio Rolim de Moura Tavares*, em Vila Bela, então capital da capitania de Mato Grosso, quando foi instituída uma Companhia de Ordenanças de homens Pardos, com o efetivo de 80 praças.

Por outro lado, Dourado (2014, p. 93) acrescenta que para a instalação da organização militar, na capitania de Mato Grosso, *Antonio Rolim de Moura* procurou seguir a risca os ordenamentos da Coroa, onde estabeleceu e organizou:

[...] a formação de uma Companhia de Ordenança, seguida da de outras companhias militares, como as de *Dragões, Tropas regulares, Milícias, Ordenanças, Pedestres,*

Pardos e Aventureiros, estimuladoras do povoamento da Capitania. Ao contingente militar coube erigir fortalezas e fortes em trechos estratégicos dos distritos de Mato Grosso e no Baixo Paraguai, visando à defesa territorial. Esse trabalho contou com a participação da população branca, índia e negra, recrutada para ingressar nas organizações militares, que foi agrupada em linhas de tropas e segundo a origem social e étnica de seus integrantes, ao arremedo das forças remanejadas dos regimentos portugueses, oriundas dos sistemas de recrutamento da população masculina.

Nessa condição, concluem-se que, para garantir os domínios e novas conquistas pelo império português através dos governantes do território colonial mato-grossense, os naturais da terra e os escravos eram aliciados para integrar as forças militares e, de certa maneira, além da força física, os colonizadores se apropriavam também dos saberes e fazeres desses dois segmentos sociais.

Para *Ubaldo Monteiro*, no período imperial brasileiro, a Província de Mato Grosso, através do seu primeiro Presidente, *Antonio Pedro de Alencastro*, criou, pela Lei n.º 30, de 5 de setembro de 1835, um corpo policial com a denominação de *HOMENS DO MATO*, os quais foram distribuídos pelos distritos do Município. Tal legislação baseava-se no Ato Adicional à Constituição Federal de 1824, que autorizava a organização das Polícias nas Províncias do Brasil.

De acordo com a legislação supra, *Ubaldo Monteiro* elucida, com destaque, os principais elementos seletivos para o ingresso no corpo policial da Província, ressaltando o artigo 5º da lei n.º 30, elaborado pelos Juizes de Paz, por ordem do Governo em todo o município e dele só serão excluídos:

§ 1.º - Os bêbados habituais, ladrões conhecidos e incorrigíveis;

§ 2.º - Os menores de 16 anos e maiores de 50 anos;

§ 3.º - Os casados que tratam de suas famílias e os que vivem honestamente de seus trabalhos, comércio ou ofício.

(MONTEIRO DA SILVA, 1835, P. 15)

Segundo *Ubaldo Monteiro*, o período político brasileiro em questão, foi muito conturbado, especialmente, para o corpo policial, pela situação motivada com a saída de D. Pedro I, do governo imperial brasileiro, em 1831, e com a instalação da Regência composta de brasileiros e também pela minoridade de D. Pedro II. Revela o autor que durante o processo de crise, em Mato Grosso, o governo de Antônio Corrêa da Costa sofreu grandes embaraços por parte de populares, que investiam contra os portugueses, especialmente, aqueles de alto poder aquisitivo, residentes em Cuiabá, os quais foram atacados com apelidos pejorativos, em prosas e versos, como se apresenta a seguir:

“Embarca bicudo, embarca,
Embarca canalha vil,
Que os brasileiros não querem
Bicudos no seu Brasil ...”

(MONTEIRO DA SILVA, 1985. p. 6).

Os mais audaciosos escreviam pelos muros: *MORTE AOS BICUDOS*.

* * *

Com a citação supra, *Ubaldo Monteiro* se aproxima da **Rusga**²³ - movimento regencial que eclodiu em diversas províncias do Brasil e também na de Mato Grosso, onde recebeu o nome de *Rusga*²⁴. Revela ainda o autor, que essas revoltas, tornaram-se movimentos encharcados de sangue, motivados pelo confronto entre brasileiros e portugueses residentes no Brasil. Argumenta também que os brasileiros alegavam estar cansados da semiescavidão em que viviam. Como agricultores, seus produtos eram comprados pelos portugueses que impunham os preços, os produtos de comércio vendidos pelos lusitanos tinham preços elevados e revela também, que os melhores empregos públicos eram dos portugueses e os de baixos vencimentos para os brasileiros.

Em Cuiabá, no ano de 1834, ressalta *Ubaldo Monteiro*, o povo cuiabano resolveu acabar com a preponderância dos portugueses, quando civis, guarda municipal, elementos da tropa de dragões que, na noite de 30 de maio daquele ano, reuniram-se e mataram quase todos os portugueses, arrombando casas comerciais e residenciais, escapando os que conseguiram fugir, protegidos pela escuridão.

Contudo, *Ubaldo Monteiro* finaliza o assunto dizendo que *os cabeças*, os líderes da *Rusga* em Cuiabá, sujeitaram-se a processo e foram condenados, sendo que a Guarda Municipal caiu em descrédito e foi extinta e, em seguida veio a nova corporação, denominada de *Corpo de Homens de Mato* como organismo de segurança pública. Todavia, os autores do drama sanguinário são remetidos para a cadeia de Vila Bela, dezessete sentenciado à pena última, pelo morticínio da *Rusga*.

Agora, com relação ao novo organismo de segurança criado no período político, o *Corpo de Homens do Mato*, que, segundo os documentos apontados por *Ubaldo Monteiro*, a partir de 1844, passou a ter nova denominação de *Corpo Municipal Permanente*. Todavia, em 20 de julho de 1848, assumiu o governo, o Major *Joaquim José de Oliveira*, do Corpo de Engenheiros que, a pretexto de manter a ordem pública, criou a organização sob a denominação de *Guarda Provisória de*

²³ **Rusga**, reação nativista à tirania lusa, com matança de ricos portugueses aqui sediados e pejorativamente chamados de “bicudos”. Repetiu-se a Noite de São Bartolomeu; era revanche republicana contra o poder reinol apeado do mando nacional... Falam os registros que o povo versejava a liberdade de jugo [...]. (FREIRE, 1991 p. 140).

²⁴ Sobre o assunto ver SIQUEIRA (1989) - *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

Segurança Pública, composta só de seus correligionários e formada por seis companhias, distribuídas pelas seis zonas da cidade, sob o comando do Tenente *Raimundo José de Souza*.

Nos registros de *Ubaldo Monteiro*, entre 1849 e 1864, outras forças públicas foram criadas como a *Companhia de Pedestres*, com efetivo de 82 homens, a serviço da Capital, mantenedora da ordem pública, ora internamente, ora nas diligências, evidenciando que com a *Guerra do Paraguai*, todas as forças públicas receberam a denominação de *VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA*.

* * *

Já a temática **Guerra do Paraguai** - em 1865 é tratada com destaque por *Ubaldo Monteiro* em sua obra – o autor apresenta a participação da polícia nesse episódio, e esclarece que, após a invasão de Corumbá pelos paraguaios, a defesa de Cuiabá precisava ser assegurada. Argumenta *Ubaldo* que, à época, as forças da Capital não passavam de 143 homens e houve por bem apelar para a *Guarda Nacional*²⁵, voluntários e pequena Força de Polícia, o que serviu de base para a organização do Corpo de *Voluntários da Pátria*, com quem contou *Augusto Leverger*, o *Barão de Melgaço* para impor a defesa.

Explica o autor que foi com esse contingente reforçado e sob o comando de Antonio Maria Coelho, que Corumbá foi retomada, no dia 13 de junho de 1867. Nesses termos, *Ubaldo Monteiro* apresenta em seu texto, um breve elogio e uma constatação sobre a participação da Polícia de Mato Grosso, na *Guerra do Paraguai*:

[...] Não há negar que a pequena polícia de Mato Grosso participou dessa retomada, pois para o feito não ficou homem válido em Cuiabá, conforme se vê dos anais. “No ano de 1865, a pequena polícia cuiabana esteve com seus componentes em apuros – os vencimentos atrasaram durante alguns meses”. Em 1868 após a retomada de Corumbá e retorno da tropa, a população de Cuiabá ficou reduzida de doze mil almas para cerca de metade, pois a varíola grassou violentamente e dizimou civis e parte dos efetivos da polícia, deixando os cuiabanos em situação angustiante [...]. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.25).

* * *

²⁵ A **Guarda Nacional** foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial, em agosto de 1831, para servir de "sentinela da constituição jurada", e desmobilizada em setembro de 1922. No ato de sua criação lia-se: "Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os antigos corpos de milícias, as ordenanças e as guardas municipais."^[1] Em 1850 a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Em 1873 ocorreu nova reforma que diminuiu a importância da instituição em relação ao Exército Brasileiro. Com o advento da República a Guarda Nacional foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1918 passou a Guarda Nacional a ser subordinada ao Exército, sendo incorporada como exército de 2ª linha, acabando diluída. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil))> Acesso em 23/mar/2016.

O trilhar inicial do **Período Republicano** - em Mato Grosso é uma das temáticas tratadas por *Ubaldo Monteiro* em seu livro, onde narra a trajetória política dos coronéis. Destaca que no ano de 1892, o governo do Estado, Dr. *Manoel José Murтинho* é deposto pela *Força Militar da Guarnição*, constituída do 8º Batalhão de Infantaria, Cia de Operários do Arsenal de Guerra, Corpo da Polícia Militar e o 21º B.I de Corumbá. Entretanto, *Generoso Ponce*, um dos coronéis da política da época, não concordou com a medida adotada e preparou a reação.

Revela *Ubaldo Monteiro* que *Ponce* mobilizou uma força mista de três mil homens e ameaçou tomar Cuiabá. Por outro lado, o chefe de polícia da época, o Coronel *Jesuino de Souza Brito*, dirigiu intimação a *Generoso Ponce* para que retirasse os grupos armados das cercanias da Capital, pois a polícia iria manter a ordem a qualquer preço. *Ponce* levou avante o seu plano de reação contra a *Polícia Dominadora*.

É sabido que a polícia, teoricamente, é obediente às leis e aos regulamentos, cuja montagem burocrática, à época, obedecia aos ditames da Constituição de 15 de agosto de 1891, conforme destaca *Ubaldo Monteiro* em seu texto, no art.25§8º, dizia:

Distribuir a Força Pública e mobiliza-la, segundo as exigências da segurança e tranquilidade do Estado. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.33).

Para *Ubaldo Monteiro*, este dispositivo constitucional foi cumprido pelo governo, mas a polícia de então, meses depois, já rebelava contra o Chefe do Poder Executivo Estadual. Assim, em face desses acontecimentos, a Intendência Municipal da Capital organizou provisoriamente um *Batalhão Patriótico*, com o nome de *Antonio Maria*, com intuito de auxiliar na manutenção da ordem pública. Vale dizer que os oficiais do *Corpo da Polícia* andavam divididos, isto é, não inspiravam confiança.

Frente à situação estabelecida, digo, ao enfrentamento entre o governo de Mato Grosso, via *Batalho Patriótico* e o *Corpo da Polícia*, o Coronel *Generoso Ponce*, organizou seus batalhões dando-lhes o nome de *Exército Floriano Peixoto* e com ele invadiu e tomou Cuiabá, repondo no governo o Dr. *Manoel José Murтинho*.

Portanto, são essas histórias que abrem uma senda nova para analisar os processos de construção do Estado brasileiro em sua concretude.

* * *

Outro fato político e por não dizer pitoresco, narrado pelo autor, em sua obra é o **Caso do Bonde** – episódio ocorrido durante o governo do Engenheiro *Antônio Corrêa da Costa*, em 1898, com a participação da polícia. *Ubaldo Monteiro* conta que o *Senador Generoso Ponce* se achava no

bonde puxado a burros quando deparou com quatro *Praças do Corpo de Polícia* a mandar parar o dito bonde, esclarecendo que era ordem do Chefe de Polícia, Major *Frederico Adolfo Josetti*, para não trafegar por falta de segurança do veículo. Por outro lado, o Senador *Ponce*, como diz *Ubaldo Monteiro*, homem forte naquela época, deu ordem contrária ao condutor: “*Siga o bonde, siga*”. Os soldados nada puderam fazer, ou seja, não iam prender o Senador, e o condutor do bonde também não quis desobedecer e colocou o Bonde em movimento. Assim, segundo *Ubaldo*, no dia seguinte, o Chefe de Polícia demitiu-se do cargo e o governador, *Antonio Corrêa*, renunciou. Frente ao exposto, *Ubaldo* conclui dizendo que no final do século, a polícia se limitava ao cumprimento de ordens, não do poder da Polícia, mas de autoridades diversas.

* * *

Nas histórias contadas por *Ubaldo Monteiro*, em sua obra, não poderia faltar a temática: **A polícia nas Revoluções de Totó Paes** – o proprietário da famosa *Usina Itaicy*.

Conta *Ubaldo* que no conflito, Revolução de 1899, *Totó Paes*, nada satisfeito com o regime *poncista*, imperante desde 1892, organizou força de patriotas a que deu o nome de *Legião Campos Sales* e com ela cercou Cuiabá. Alerta *Ubaldo Monteiro* que a polícia naquele tempo era denominada de *Corpo de Polícia* e às vezes *Força Pública*, manteve-se fiel ao governo até sua deposição dias depois, quando as forças de *Totó Paes*, composta de três mil homens, dominou a cidade a pretexto de nulidade das últimas eleições com fraude nas urnas de Várzea Grande e de N. S. do Livramento.

De acordo com *Ubaldo Monteiro*, trata-se de um período trágico e uma fase dura para a polícia de Mato Grosso, vez que esteve envolvida, sempre acompanhando os governos que entravam, pois não havia outro caminho, visto ser organismo dependente dos poderes constituídos.

Segundo o autor, a sociedade cuiabana vivia envolvida por constantes conflitos, a maioria motivada pelas desavenças políticas ou policiais, sendo comuns os tiroteios, as sortidas criminosas, e a polícia ia recebendo ordens, às vezes absurdas, mas, só lhe cabia cumprir. Entretanto, *Ubaldo Monteiro* em seu texto faz conhecer que muitos soldados pereceram nessa fase em que o sangue corria em vários municípios do Estado.

Ainda, nesse episódio, *Generoso Ponce* conclamou, nas ruas de Cuiabá, os amigos para a defesa do governo contra as investidas de *Totó Paes*. *Generoso Ponce*, mesmo sabendo que a polícia estadual era diminuta e mal municada, o conflito entre os homens da *Legião de Campos Sales*, de *Totó Paes* e os homens de *Ponce*, com exígua polícia e os patriotas, acaba acontecendo. Assim, no dia 10 de abril de 1899, Cuiabá torna-se um campo de batalha.

Ubaldo Monteiro relata com detalhe o trágico conflito:

Em torno dos edifícios públicos principais ergueram-se trincheiras, dentro das quais a reduzida polícia, que não chega a duzentos homens e cerca de mil populares armados como podem: espingardas de caça e comblains... Resultado: A força de Totó Paes toma Cuiabá e este passa a mandar. Quatro meses depois realizam-se as eleições e no dia 15 de agosto assume o governo(eleito) o Capitão de Mar e Guerra, Antonio Pedro Alves de Barros [...]. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.39).

* * *

A seguir, *Ubaldo Monteiro* passa a narrar mais um episódio proposto em sua obra, cuja temática agitou a década de 20 em Mato Grosso: **Carvalhinho e Morbeck no Garças** - movimento que ocorreu na então região Leste de Mato Grosso, onde foram descobertos vários garimpos de diamante, tendo Santa Rita do Araguaia e Lageado (Guiratinga), centros de atividades da garimpagem. Argumenta ainda que, depois, foi surgindo Cassununga, Tesouro e outros garimpos, que, segundo *Ubaldo Monteiro*, eram explorados pela escória provinda de estados do Nordeste, gente valente e ambiciosa.

Portanto, lugares que se tornaram perigosos, cujos destacamentos de policias eram considerados incapazes e desmoralizados pelos garimpeiros, sempre em bandos armados não pagavam impostos, nem admitiam qualquer interferência nos monchões que exploravam.

Argumenta o autor que, no fim do ano de 1922, a ambição de muitos gerou lutas, os bandos estavam estabelecidos em Santa Rita do Araguaia, sendo que o baiano, engenheiro *José Morbeck*, chefiava um bando armado contra o governo do Estado - *Morbeck*, homem que travou lutas com vários grupos, deixou pelo caminho rastros de desentendimentos na região do garimpo, pois investiu contra seu último desafeto, o caudilho, também nordestino, *Manoel Balbino de Carvalho* – o *Carvalhinho* - chefe de outro bando de garimpeiros.

Fato curioso é que *Carvalhinho* foi nomeado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Cel. *Pedro Celestino*, para o cargo de *Delegado de Polícia* da região. Segundo *Ubaldo Monteiro*, com essa medida o governo evitava mandar força do Estado para um setor perigoso, distante, e cuja força tinha que ser de elevado efetivo e bem armada, surgindo mesmo assim, o perigo de vir o “Leste” se transformar num segundo “Canudos”²⁶, pois a região estava dominada totalmente por

²⁶ A chamada **Guerra de Canudos, revolução de Canudos** ou **insurreição de Canudos**, foi o confronto entre um movimento popular de fundo sócio religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil. O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas, de desemprego crônico; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do

“gente de fora”, disposta a tudo, uma vez que lutavam em cima da área diamantífera passando fome, suportando os rigores do clima, visando a um só objetivo: *a sorte de achar uma grande pedra*.

Para *Ubaldo Monteiro* a clara intensão do governo era a seguinte:

[...] dividir e enfraquecer as forças dos dois caudilhos (que já se digladiavam) sem dispendere recursos, pois deles não dispunha. E foi o que aconteceu. *Morbeck* de pronto hostilizou a nova autoridade e *Carvalhinho*, que tinha se envaidecido com o cargo, resolveu impor seu prestígio, reforçando seu quadro de jagunços, uma vez que o chefe baiano contava com um grupo numeroso [...]. (MONTEIRO SILVA, 1985, p. 59).

Revela *Ubaldo Monteiro* sobre tal assunto que, daí por diante, a luta travou-se violenta, com sortidas constantes, ensanguentando o Garças. E, a polícia, um pequeno destacamento, era comandante o Ten. José Rodrigues de Souza, a disposição do delegado *Carvalhinho*.

Relata ainda o autor que vários enfretamentos ocorreram, por exemplo, a invasão da casa de *Carvalhinho* pelo bando de *Morbeck*, porém, conclui *Ubaldo Monteiro* que *Morbeck* é enfraquecido, vez que o governo mandou para a zona garimpeira, um contingente maior de policiais para impor a ordem. Argumenta ainda que *Morbeck* logo desistiu e abandonou Mato Grosso, mas, reforça que no “Leste” os núcleos garimpeiros deram muito trabalho aos destacamentos policiais durante toda década de vinte e depois dela, ocorrendo mortes de bandidos, prisões de criminosos e assassinatos de policiais, inclusive de oficial.

* * *

O tema a seguir é pouco conhecido e debatido pela historiografia regional, *Ubaldo Monteiro* faz a inclusão do mesmo em sua obra – **1930 - A Revolta de Vila Bela** – Conta *Ubaldo Monteiro* que em princípios de outubro de 1930, o 2.º BC e o *Esquadrão de Cavalaria da Polícia* passaram à disposição do Comando da *Circunscrição Militar* face ao “estado de sítio”²⁷ decretado pelo Governo Federal e uma semana depois também o *C.G. e o 1.º BC* foram incorporados ao Exército contra Vargas.

clima e da exclusão econômica e social [...] (Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/> Acesso em 29 mar.2016).

²⁷ O *Estado de Sítio* é um instrumento burocrático e político sobre o qual o chefe de Estado – que, no Brasil, é o (a) Presidente da República – suspende por um período temporário a atuação dos poderes legislativo (deputados e senadores) e judiciário. Trata-se de um recurso emergencial que não pode ser utilizado para fins pessoais ou de disputa pelo poder, mas apenas para agilizar as ações governamentais em períodos de grande urgência e necessidade de eficiência do Estado (Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm>> Acesso em 30 de mar. 2016).

Mas, em Vila Bela, *Ubaldo Monteiro* revela a existência de *Julião Francisco de Brito*, chefe político da facção de Aníbal de Toledo, que entrou em desentendimento com seu sogro, Major Petronilho, adepto da Revolução de Getúlio Vargas, que se consumava.

Segundo *Ubaldo Monteiro*, *Petronilho*, vendo-se ameaçado pelo genro, telegrafou ao Interventor de Mato Grosso pedindo providências, e este mandou imediatamente o Capitão *Titi* (Manoel da C. Ribeiro), que tinha fama de valente, para comandar um contingente da Força Pública, cuja ordem era de trazer *Julião* preso.

Julião, de acordo com *Ubaldo Monteiro*, era um negro forte, amável, mas valente, e resolveu preparar-se belicamente para receber uma possível ação do governo. De acordo com as suas pesquisas, *Ubaldo Monteiro* conta que *Julião* armou seus correligionários e que: “[...] em cada janela das velhas casas da antiga Capital, havia um cano de espingarda aguardando os acontecimentos e a ordem de *Julião* [...]” (MONTEIRO, p. 71, 1985).

Assim, quando o contingente da polícia aparece no estirão do Guaporé, em formação de ataque, não sabendo, porém, que *Julião* tinha colocando um velho canhão na barranca daquele rio.

Esclarece ainda, *Ubaldo* que *Julião* mandou encher o canhão de pólvora, chumbo grosso, parafusos e seixos rolados, arma do tempo das tropas de Dragões. Com a aproximação das tropas, *Julião* mandou que o baiano Cassianão preparasse a mecha para o disparo e este, estendendo a comprida vara fumegante, pôs fogo na arma modelo 1763.

Explica, portanto, *Ubaldo Monteiro* que o canhão quase saltou do fosso em que fora posto. Causou um medonho estrondo que apavorou a todos. Já os policiais da dita diligência foram colhidos pela surpresa, no maior terror e pânico, se dispersando numa correria tremenda, perdendo-se pelo interior da selva fronteira à serraria. *Julião* foi preso, processado e acusado de haver assassinado um soldado da polícia e promover um movimento separatista, cuja pretensão era fazer Vila Bela independente do Brasil. *Julião*, em 1952, no quintal da sua residência foi assassinado por uma bala calibre 22, e o seu matador não foi descoberto até hoje.

* * *

Ubaldo Monteiro também escreveu em sua obra a história sobre **A Santa de Poconé e a Polícia de Mato Grosso**²⁸ - trata-se de uma temática conhecida regionalmente, onde para muitos a época havia uma “santa” em Poconé. O autor revela que, desde 1931, em Mato Grosso, uma mulher denominada “Doninha”, que residia num sítio chamado “Tanque Novo”, não distante da cidade de Poconé, vinha fascinando um grande grupo de “crentes” – gente humilde – com curas “milagrosas”

²⁸ Sobre esse assunto ver COSTA, M. F. (1987) - *Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso MT 1930 – 1934*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1987.

e, de tal forma, foi crescendo o número de fanáticos e entre eles os desaforados, tornando-se alarmante a situação, razão porque a polícia entrou em ação e as autoridades determinaram o recolhimento de *Doninha* ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá para tratamento de saúde.

Ubaldo Monteiro revela que um *habeas-corpus*, expedido pelo Tribunal de Justiça, deu liberdade à pseudo “Santa de Poconé”, que voltou a impressionar a credence popular no mesmo “Tanque Novo”, crescendo o número de adeptos de *Doninha* que foram espalhados por toda a Poconé e praticando atentados como o ocorrido na Fazenda de “Ichu” onde espancaram o proprietário João G. Dorileo, pessoa de bons antecedentes.

Nesses termos, de acordo com *Ubaldo Monteiro*, o Delegado de Polícia de Poconé, o Tenente Joaquim Correa da Silva, deslocou-se para Cuiabá escoltando indivíduos que foram encontrados na prática de violências em “Tanque Novo”, e que haviam espancado o proprietário da fazenda de “Ichu”.

Revela o autor que uma pequena força foi deslocada para a área, a fim de tomar as medidas policiais que as circunstâncias exigiam. Uma comitiva foi deslocada para o local, sendo formada pelo Tenente Joaquim Corrêa, o Cel. Antônio Avelino Correa da Costa, o Prefeito de Poconé e seu sobrinho Henrique Paes de Proença, cinco praças da Força Pública, todos transportados em caminhão pelo motorista Pedro Zeferino de Paula. Conta *Ubaldo Monteiro* que faltava um quilometro para a comitiva chegar a “Tanque Novo”, eram cinco horas da manhã do dia 7 de junho, quando homens emboscados atacaram a escolta, fazendo fortes descargas sobre o caminhão, ocasionando a morte de Henrique de Henrique Paes de Proença e ferimentos no Ten. Joaquim Corrêa, no Prefeito Antônio Avelino e no chofer Pedro Zeferino. Para resolver a questão, o governo do Estado mandou um forte contingente da polícia para Poconé. Porém, esclarece *Ubaldo Monteiro* que a nova diligência também sofreu ataques pelos audaciosos adeptos de *Doninha*, assim que chegaram, em pleno Quartel, mas, estes não lograram êxitos, pois foram rechaçados e deixaram dois mortos. Segundo a história, o Juiz de Direito da Comarca, por ter-se desentendido com o Prefeito, foi o maior responsável pela lamentável ocorrência.

Dessa maneira, *Ubaldo Monteiro* finaliza o assunto registrando que a Força Pública de Mato Grosso foi quem, sozinha, levou Poconé ao retorno da ordem pública e a única prejudicada, mormente na integridade física de alguns de seus componentes, pois o tenente Joaquim Corrêa da Silva teve seu peito atravessado por uma bala de calibre 44, que, por pouco, não o matou.

* * *

Com o texto **O Decreto n.º 337, de 25 de julho de 1947** – *Ubaldo Monteiro* procura mostrar as importantes mudanças pelas quais passou a polícia, especialmente, a partir da intervenção do Governador do Estado de Mato Grosso, à época, *Arnaldo de Figueiredo*, quando decretou:

Art. Único - *a Força Policial do Estado passa a denominar-se POLÍCIA MILITAR, revogando as disposições em contrário.*

Entretanto, explica *Ubaldo Monteiro* que quando da promulgação da Constituição do Estado, a polícia passou a ter uma fase totalmente diferente da que viveram seus componentes durante os quinze anos de ditadura, que de benefício mesmo, sem as “duras regras do jogo” imposto pelo Poder Discricionário, ela gozou desse privilegio de formar suas turmas de oficiais nas escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, medida essa que, inegavelmente, mudou a imagem da Milícia anterior, quando cada oficial andava com um revólver 38 ou 44 na cintura, bem visível, isto é, tentava impor o respeito pelo temor e não pelas normas que devem disciplinar a manutenção da ordem pública.

Argumenta *Ubaldo Monteiro* que, com a volta da Democracia, entretanto, houve excessos de liberdade de alguns comandantes, e isso ocorreu para que a polícia não encontrasse o seu caminho ideal – o da ação no âmbito da legalidade. Porém, *Ubaldo Monteiro* faz destaques com relação ao desaparecimento da corporação do uso de certas indumentárias, por exemplo, o uso do *talabarte*, *botas com esporinhas*, o *culote* e a *polaina*, está bastante incomoda, tirando ao soldado, quando de serviço, a mobilidade necessária para entrar em ação. Não há como negar que o uniforme do oficial dos trinta e quarenta era mais bonito que o atual, mas impróprio para o nosso clima, segundo o autor.

Portanto, o ano de 1947 marcou um período novo para todas as atividades, e a polícia de Mato Grosso passou por várias transformações, pois, muitos oficiais prejudicados por atos discricionários foram revertidos ao serviço ativo, mas também se reverteram e foram admitidos elementos que não tinham condições de acesso ao oficialato, iniciando-se estas irregularidades na fase final da gestão do último interventor.

Assim, a Constituição do Estado de Mato Grosso, no seu título IX, no que tange a Polícia Militar:

Art. 136 – A Polícia Militar, instituída para manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado, é considerada força auxiliar do Exército Nacional, nos termos da Constituição Federal.

* * *

Ubaldo Monteiro destaca em seu texto que o momento ímpar para a Polícia Militar de Mato Grosso aconteceu com - **A Década de 50 e o funcionamento do Centro de Instrução Militar (CIM)** – mudanças que ocorrem no governo de *Fernando Corrêa da Costa*, ano de 1951, ocasião da nomeação do Comandante de Polícia, Tenente Coronel *Daniel de Queiroz*, o qual revelou não ter participado de nenhum curso durante sua longa vida de miliciano, onde sempre opinara favoravelmente pela instrução da tropa, e, em especial, a da formação dos quadros.

Observa *Ubaldo Monteiro* que a queda de produção da polícia foi dada pela falta de instrução porque vinha passando a Corporação. Registra também que, em 10 de fevereiro de 1951, o referido comandante criou e fez funcionar o *Centro de Instrução Militar*, o **CIM**, a alegação principal, ou a motivação para tal criação, diz respeito à não autorização do governo anterior, o envio de nenhuma turma de alunos para os Cursos de Oficiais, passando a preencher as vagas com praças da P.M. e oficiais do NPOR.

Sabe-se que segundo a obra do autor, o Centro foi entregue à responsabilidade e a direção da instrução, ao Major *Ubaldo Monteiro*, montada, porém, com árduo trabalho e com a falta de material, fardamento adequado, regulamentos atualizados e corpo docente capaz, o que promoveu vários deslocamentos até o Rio de Janeiro e a São Paulo, para encaminhamento dos trabalhos de organização da Escola, suprimindo-a na medida do possível, pois os recursos também não eram muitos.

De acordo com *Ubaldo Monteiro*, vencida a fase embrionária, ou seja, a instalação do Centro, no dia 5 de setembro de 1953 formava-se a primeira turma de oficiais oriundos do Centro de Formação de Oficiais (CFO), do Centro de Instrução Militar (CIM) de Mato Grosso. Esclarece ainda, o autor que, a partir daí, 6 turmas de oficiais, num total de 52 Aspirantes, foram declarados nos anos de 1953 a 1960, suprimindo as deficiências que indiscutivelmente, existia na organização da Polícia Militar de Mato Grosso. Informa também, que várias dezenas de cabos e de sargentos concluíram cursos no CCC e CCS, programados pelo CIM, preenchendo com relativa eficiência tal demanda.

Percebe-se que tal iniciativa resultou em novos encaminhamentos para a reformulação da Corporação. Esclarece *Ubaldo Monteiro* que nessa década, muitos oficiais foram reformados, pois não se admitiram mais nenhum graduado ou oficial nas fileiras da polícia, sem que fosse portador de curso regular, exceto os especialistas.

Contudo, *Ubaldo Monteiro* explica que, com a mudança de governo, houve reversões de oficiais reformados, mormente para ocuparem cargos de comando, porém, não houve admissão, de elementos novos irregularmente. Revela também que em 1960, no governo de *Ponce de Arruda*, o

CFO foi extinto, quando a Escola formou a última turma de Aspirantes, depois de ter produzido muito no campo da instrução durante nove anos.

Assim, *Ubaldo Monteiro* conclui dizendo que a década de 60 entrou com a Escola fechada, sob alegação de falta de recursos, mais, o que faltou foi coragem para enfrentar a responsabilidade e o trabalho que um Centro de Instrução dá aos componentes desse organismo, mormente à Diretoria de Instrução.

* * *

Vale mencionar que, com relação aos **Rebaixamentos** – o autor, mediante o Boletim do Comando Geral (CG), de 9 de fevereiro de 1956, registra que o militar, Ten. Coronel *Ubaldo Monteiro da Silva* requereu licença para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Estado, onde teve o seu pedido indeferido. Nesse sentido, informa *Ubaldo Monteiro* que no Boletim do dia seguinte, o Governador *João Ponce* tornava sem efeito as promoções recebidas pelos Tenentes Coronéis, dos Majores Luiz de Carvalho, José Saab, Ubaldo Monteiro e outros, ocorridas no final do ano anterior.

Revela também que, não conformando com essa medida imposta pelo governante, o então Major *Ubaldo Monteiro* pediu sua exoneração das fileiras da Polícia de Mato Grosso e que lhe foi concedida a 2 de abril de 1956, e, no seguinte o ex-oficial se candidatou a deputado estadual, sendo eleito graças a união da maior parte dos oficiais e praças da Milícia Mato-grossense que, pela primeira vez passa a ter um representante no Poder Legislativo de Mato Grosso. Já no governo de Fernando Corrêa da Costa, em 1963, cumprindo os dispositivos legais (Lei da Inatividade), o Major *Ubaldo Monteiro* retornou às fileiras da Polícia Militar, passando para a inatividade em 1964.

* * *

Outro assunto tratado por *Ubaldo Monteiro* em sua obra é sobre o **Histórico do Corpo de Bombeiros da PMMT**²⁹ - conta o autor que o *Corpo de Bombeiros* da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso foi criado e destinado ao “Serviço de Extinção de Incêndios e Salvamento”, por força da Lei n. ° 2.184 de 19 de agosto de 1964, no governo de *Fernando Corrêa*, sob o comando do Cel. *Luiz de Carvalho*, ficando o efetivo *Corpo de Bombeiros* subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso.

Informa *Ubaldo* que a princípio a atuação do *Corpo de Bombeiros* verificou-se apenas na cidade de Cuiabá, ficando por instalar em Campo Grande e Corumbá, havendo prioridade para as cidades, cujas prefeituras assinassem convênios com o Estado, comprometendo-se:

²⁹ Sobre esse assunto ver SIQUEIRA (2014) – *Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso: Jubileu de Ouro (1964-2014)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

- a) Construir ou adaptar imóveis necessários, bem como, o pagamento de seus alugueis;
- b) Instalar válvulas de incêndios de acordo com o plano a ser elaborado pela Prefeitura em colaboração com o órgão técnico e outros, obedecida a Lei n. ° 14.639 de 13/10/1965.

A configuração do *Corpo de Bombeiros da PMMT* para o autor estava até então restrita apenas a Decretos e Leis – não tinha condições de funcionamento. Todavia, a sociedade reclamava a atuação dos homens do fogo e a dura luta pela sua concretização, pois o perigo realmente aumentava. O funcionamento do *Corpo de Bombeiros* vai acontecer com o novo Governador de Mato Grosso, *Pedro Pedrossian*, que determinou fosse colocado em funcionamento, o mais rápido possível, o referido *Corpo de Bombeiros*.

Esclarece ainda que, para o funcionamento de fato, era necessário a especialização de um oficial da Polícia Militar para cumprimento dessa missão. Assim, o 2.º Tenente *Amylton Sá Corrêa* foi indicado para frequentar tal curso, no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Revela *Ubaldo Monteiro* que depois de concluir o referido curso, o Tenente Amylton elaborou a mando do Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso, a feitura do Projeto de Instalação, em conformidade com as normas administrativa e operacionais, com o fim de prever e conseqüentemente prover os meios e recursos necessários a um perfeito funcionamento das múltiplas atividades profissionais e desta forma, contribuir com a segurança para as primeiras implantações de indústrias e novas empresas na Grande Cuiabá, propiciando a estas e à população, garantia e tranquilidade.

Participação do Corpo de Bombeiros que mereceu maiores destaques - assunto, também tratado por *Ubaldo Monteiro* em sua obra, destaca sobre a primeira atuação que se deu em uma extinção de incêndios que se verificou em serraria localizada à Av. Presidente Marques, bairro Quilombo, em Cuiabá.

Outra atuação apontada foi em um incêndio que destruiu a “Casa dos Tecidos Tip-Top”, Rua Joaquim Murтинho e, outros vários como: “Hotel São Luiz, Rua Pedro Celestino esq. c/Voluntários da Pátria”; “Casa Bouret de Mello & Blanco, à Rua Ricardo Franco esq. c/a Rua Campo Grande”; “Bar do Bugre” e “Havaí Lanches” estes dois últimos não tiveram sinistro total; ambos se localizavam na Praça Alencastro – Cuiabá. Mas, para *Ubaldo Monteiro* o de maior realce e atuação do *Corpo de Bombeiros* foi o grande incêndio registrado em 1974, e que culminou com a destruição total do *Supermercado Catarinense*, à época localizada na Av. XV de Novembro e na área de salvamento, o auxílio às vítimas das enchentes do Rio Cuiabá, durante o ano de 1974, cujo acontecimento fez desaparecer o antigo e famoso Bairro Terceiro.

* * *

Um dos últimos assuntos selecionado na obra de *Ubaldo Monteiro* trata-se da temática que diz respeito ao **Aquartelamento da Polícia de Mato Grosso** – trajetória histórica sobre os espaços, aquartelamentos, lugares ocupados pela Polícia em Cuiabá e outras localidades. Descreve *Ubaldo Monteiro* que o primeiro aquartelamento foi num prédio da Praça da República – antigo casarão velho, antigo Correios e Telégrafos, (hoje Ganha Tempo), quando ali era apenas um largo descendo para a prainha, sem trato algum, tendo como referência apenas a Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Era a princípio quartel da “Cia. de Homens do Mato” e depois da “Cia. Policial”, sendo ali localizada para ficar mais perto da sede dos governos da época, pois a Cuiabá dos tempos provinciais era pequena e a população aglomerava-se entre o antigo Largo da Mandioca e a atual Avenida Dom Bosco.

Conta o autor ainda, que, em 1886, a *Cia Policial* foi aquartelar-se num sobrado junto a Santa Casa de Misericórdia, tendo sido emprestada uma carroça do Arsenal de Guerra para fazer a mudança do material.

Já em 1982, teve início a construção do Laboratório Pirotécnico Militar, no 2.º Distrito, à Rua 15 de Novembro. Por não cumprir sua finalidade, foi instalado no local o Arsenal de Guerra, em 1902 e, mais tarde o 38º Batalhão de Caçadores do E.B. Anos depois, no governo de Dom Aquino, a partir de 1919, a polícia veio a se instalar neste Quartel, depois de ter ocupando o prédio da Praça Ipiranga, por quase vinte anos.

Destaca o autor que em outras localidades, vilas, cidades, os destacamentos de polícia abrigavam-se em casas alugadas, geralmente junto as delegacias de polícias. Diz ainda *Ubaldo Monteiro* que, no decorrer do tempo, foram construídos alguns quartéis pelos governantes, como ocorreu com Campo Grande, Dourados, Bela Vista, em se tratando da região sul mato-grossense, hoje Mato Grosso do Sul.

E, com relação ao *Comando Geral*, criado em 1917, *Ubaldo Monteiro* explica que a instalação a princípio ocorreu na Praça da República, em Cuiabá. E que, após Dom Aquino ter assumido o governo de Mato Grosso, o Comandante da Força Pública, Tenente Coronel *Firmo José Rodrigues*, transferiu o dito Comando para o Prédio n.º 44, na Rua Treze de Junho, isto é, para ficar mais perto do Batalhão de Polícia, ainda sediado entre a Praça Ipiranga e a Rua Treze de Junho.

Porém, acrescenta *Ubaldo Monteiro* que, com o crescimento da polícia e a evolução das companhias independentes, passaram a ocupar setores norte e leste de Mato Grosso, objetivando garantir a eficiência na manutenção da ordem pública e, assim, houve por bem o efetivo do Comando Geral ocupar novos espaços e um novo Quartel. Assim, no ano de 1973, o Comando Geral da Polícia Militar deslocou-se para o prédio na Av. Getúlio Vargas, n.º 1426, cujo comando à época estava a cargo do Coronel *Euro Barbosa de Barros*. No entanto, o Comando Geral, em 1975

mudou novamente de endereço, se instalando no 2.º Distrito, à Rua Senador Metelo, prédio de três andares alugado de João Bulhões. Em 1977, o Comando Geral da Polícia Militar transferiu-se para a Av. Ten. Coronel Duarte, nº 1190, onde se encontra hoje.

* * *

Com a última temática histórica apresentada no texto - *Aquartelamento da Polícia*, os lugares da polícia em Mato Grosso, encerra-se este breve ensaio sobre a obra *A Polícia de Mato Grosso (1835-1985)*, de autoria de *Ubaldo Monteiro da Silva*, por ocasião dos festejos comemorativos do seu Centenário (1916-2016) - promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, familiares e amigos.

As indicações temáticas ofertadas pelo autor, mesmo de forma esparsa na apresentação das fontes, contudo, de ricas informações, o que por vezes parece ser ignorada por parte da historiografia. Por outro lado, sabe-se que a partir da visibilidade dessas temáticas, sobre a história da polícia militar de Mato Grosso, do século XVIII com finalização no XX, com certeza servirão como pistas e sinais aos pesquisadores, estudiosos que tratam do assunto, possibilitando a abertura de uma série de questões, novas frentes de estudos sobre a Polícia militar de Mato Grosso.

O autor procurou colocar em evidências informações mais destacadas sobre a polícia, envolvendo a sua trajetória política e administrativa no Estado, as principais ocorrências, acontecimento relevantes que marcaram a corporação por toda região de Mato Grosso.

Vale ressaltar que o trabalho apresentado por *Ubaldo Monteiro da Silva* contou com a ajuda, informações e participação de ilustres membros da corporação como os Tenentes *Juvenal Francisco do Nascimento*; *Antonio Ayres Nogueira Neto*; *Aésseo Diogo Pereira Tocantins*. Os Coronéis *Antonio Ayres*; *José Silvério da Silva*; *Civis Leão de Moraes* e *Edgar Alexandre de Figueiredo*.

Referências

ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS (AML). *Cadeira 27 – Ubaldo Monteiro da Silva*. Disponível em <<http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-27/152-ubaldo-monteiro-da-silva>> Acesso em 25/mar/2016.

ASSIS, Edvaldo. *Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*: Guia de Pesquisa. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1994.

CANAVARROS, Otávio. *O Poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

COSTA, M.F. *Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso MT 1930 – 1934*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1987.

DOURADO, Nileide Souza. *Práticas Educativas Culturais e Escolarização na capitania de Mato Grosso (1748-1822)*. Tese (Doutoramento em Educação) - PPGE/UFMT, Cuiabá, 2014.

FREIRE, Silva. *Trilogia Cuiabana*. Presença na audiência do Tempo. Volume I. Cuiabá: EdUFMT, 1991.

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 19).

MONTEIRO, Ubaldo. *A Polícia de Mato Grosso: História/Evolução (1835-1985)*. 150 anos de sua Fundação. Cuiabá: IOMAT, 1985.

PIRES, Wilson. Ubaldo Monteiro; o nosso maior historiador. Várzea Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/portal/conteudo/12340>> Acesso em: 25/03/2016.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

_____. *Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso: Jubileu de Ouro (1964-2014)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

SITES:

<http://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm> Acesso em 30 de mar. 2016.

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/>>Acesso em 29 mar. 2016.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil)) Acesso em 23 mar. 2016.

PERCORRENDO AS TRILHAS DE VÁRZEA GRANDE (MT) NA OBRA DE UBALDO MONTEIRO

Sônia Regina Romancini

(Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Integrante do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER. romanci@terra.com.br).

Gabriel de Miranda Soares Silva Graduando em Geografia, Bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista do programa PIBIC UFMT/CNPq.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Várzea Grande encontram na obra de Ubaldo Monteiro importantes fontes de informações e reflexões sobre a dinâmica urbana e populacional da cidade que se tornaram obras clássicas para diferentes pesquisadores.

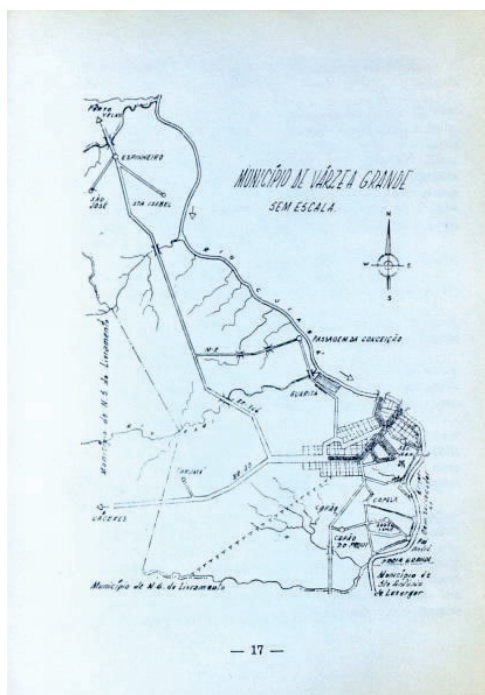
Com o objetivo de evidenciar o olhar de Ubaldo Monteiro sobre Várzea Grande, o presente artigo se pauta nas obras “No portal da Amazônia” (s/d.) e “Várzea Grande: Presente e passado e confrontos” (1988), trazendo a lume as singularidades observadas na cidade, que contribuem para a compreensão dos processos urbanos que ocorrem na contemporaneidade.

A obra “*No portal da Amazônia*” apresenta uma síntese da trajetória de Várzea Grande antes do século XX, quando Várzea Grande se apresentava como distrito de Cuiabá, já a obra “*Várzea Grande: passado e presente confrontos*” vem complementar e atualizar os dados da obra anterior. O autor aborda as características mais contemporâneas da cidade, ao mesmo tempo em que realiza um breve resumo das obras anteriores.

O escritor e Coronel Ubaldo Monteiro foi um dos pioneiros no estudo das características geográficas da cidade de Várzea Grande, fazendo uma representação cartográfica e discutindo temas como território, clima, relevo e hidrografia. Seus estudos abordam a formação da cidade de Várzea Grande, os problemas sociais no acesso ao solo urbano e a consolidação dos diferentes distritos que face à dinâmica territorial passaram a integrar o espaço urbano. Além dos textos produzidos para a

compreensão dos processos sociais e econômicos vivenciados por Várzea Grande, o autor também apresentava croquis que delineavam as áreas urbanas, os distritos, os municípios vizinhos, entre outros detalhes, conforme se observa na figura a seguir.

Figura 1: Município de Várzea Grande



Fonte: Monteiro (s/d., p. 17).

O tema aqui abordado foi pensado a partir das reflexões realizadas por meio do projeto de pesquisa “Práticas sociais cotidianas e espacialidades nas cidades da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá”, no qual o estudante Gabriel M. S. Silva analisa “A expansão horizontal da cidade de Várzea Grande (MT)”, como bolsista do programa de iniciação científica.

A CIDADE DE VÁRZEA GRANDE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Levando em consideração as informações levantadas por Monteiro, na década de 1970 a cidade de Várzea Grande apresentava uma área de 682 Km², com as seguintes coordenadas geográficas: 15° 32' 30'' S e 50° 17' 18'' W.

Várzea Grande faz limites com outros quatro municípios: Cuiabá, Santo Antonio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Acorizal.

Monteiro (1988, p. 17) informa que os índios Guanás ou Guanazes foram os primeiros habitantes do lugar, ocupando a margem direita do Rio Cuiabá: “Eram índios

pacíficos e hospitaleiros que viveram em contato com os brancos até meados do século XIX”.

A cidade de Várzea Grande foi fundada em 15 de maio de 1867, na margem esquerda do Rio Cuiabá, pelo presidente da província de Mato Grosso, Dr. José Vieira Couto Magalhães. No início servia como acampamento militar para os soldados que estavam no combate contra o país vizinho Paraguai. Com o fim da guerra se instalou o povoado que começava a se destacar no contexto regional.

Entre as décadas de 1870 e 1890, formou-se um pequeno povoado em torno da igreja de Nossa Senhora da Guia, ali se instalaram os primeiros moradores fixos desta localidade, que construíram moradias simples. Nesta época, cerca de dezoito famílias brasileiras, e outras quatro de origem paraguaia formavam a população deste pequeno povoado, podendo haver um acréscimo de alguns lavradores que residiam na Manga e na Guarita.

A igreja de Nossa Senhora da Guia, foi construída durante os anos de 1890 e 1892 com a ajuda da população que morava em Várzea Grande, os moradores da Guarita, Passagem da Conceição, Manga e do Porto. No ano de 1892 terminou a construção da igreja e foi marcada a primeira missa, porém a igreja não possuía alguns aparatos e, inclusive, um cálice de ouro, peça importante para uma celebração religiosa. Conta a história que Francisco de Figueiredo conhecido popularmente como “Chico Pedro”, possuía uma mineradora e doou o ouro necessário para a confecção dessas peças para a igreja.

Após a providência dos aparatos foi celebrada a primeira missa na cidade, pelo sacerdote Ferro que residia em Cuiabá. A administração da igreja foi entregue aos irmãos que ali moravam. Uma vez por mês era realizada uma celebração na capela de Nossa Senhora da Guia, por dois sacerdotes, Padre Ferro e Padre Santos, que realizavam, também, batizados e casamentos.

Várzea Grande possuía uma única igreja, a capela de Nossa Senhora da Guia, mas com o deslocar da população pela avenida Couto Magalhães, levou os católicos a construírem uma nova igreja que leva o nome de Nossa Senhora do Carmo, localizada no centro da cidade. Monteiro destaca que com o passar dos anos, a pequena igreja de Nossa Senhora da Guia iria ser demolida, mas isso não ocorreu devido à administração competente do padre Luiz Maria Glisoni, que auxiliou o povo a construir um novo templo religioso, do porte de uma catedral.

A filha do escritor Ubaldo Monteiro, professora Suíse Monteiro Leon Bordest, informou que a atuação de Monteiro foi fundamental para a preservação do patrimônio constituído pela igreja, o qual está preservado até os dias atuais, constituindo um referencial para a memória da cidade de Várzea Grande.

Para Monteiro, Várzea Grande foi influenciada pela religiosidade, assim formando seus centros de serviços a partir das igrejas católicas. O autor se refere a nomes que foram marcantes para a cidade, como o padre Luiz Maria Glisoni, e o bispo Dom Aquino Corrêa, considerados pelo autor como verdadeiros amigos do município e que contribuíram muito para o desenvolvimento da cidade.

Ao final do século XIX, novas famílias se mudaram para Várzea Grande, oriundas dos municípios vizinhos de Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá e Santo Antônio de Leverger, além de imigrantes da Síria. Assim, foram se consolidando as primeiras famílias tradicionais da cidade, alguns nomes se destacam como a família de Antônio José da Silva que possuía vínculo com a família Baracat; Antônio Monteiro da Silva, conhecido popularmente como Totico, uma das famílias tradicionais que possuía residência na cidade de Nossa Senhora do Livramento e passava a morar em Várzea Grande. Destaca, ainda, a família Campos que se instalou em Várzea Grande na década de 1902, com seu patriarca Benedito Paulo de Campos.

Entre os moradores do início do século XX, Monteiro (s/d.) destaca o Sinhô Monteiro, alcunha de Benedito Monteiro da Silva, seu avô que veio de Nossa Senhora do Livramento, por volta de 1915, com numerosa prole e fixou residência na vila, ali permanecendo por cerca de dez anos, transferindo-se para Cuiabá com sua esposa, Dona Ana Rita Monteiro.

AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO ESPAÇO DE VÁRZEA GRANDE

Monteiro ressalta que a cidade e a população de Várzea Grande apresentavam um modo de vida simples e pacato, apesar da população ser pequena, sempre que havia alguma comemoração festiva, os jovens se juntavam e iam juntos festejar ao som do cururu e dançando o siriri, o rasqueado paraguaio e a dança do congo. Os trajes dos mais velhos eram os tradicionais palitos de saco e calças bocas de sino, os homens mais jovens usavam as calças mais apertadas e as moças preferiam as mini saias (provavelmente o autor se refere às décadas de 1960 e 1970)..

Monteiro (s/d., p. 100) expressa da seguinte forma o momento da festa e descontração:

A Várzea Grande Freguesia, a Várzea Grande Vila, foi de ouvir música de viola de cocho, do cururu ao pé do mastro de santo, do baile de sanfona e violão no chão batido, com toque do bombo no três por um, quando a cabocla, vestindo abaixo do joelho, rodopiava na apertada sala da choupana, com o vaqueiro pé-ligeiro que dançava de chapéu.

O autor relata que as festas sempre foram muito alegres na cidade, havia muito siriri, cururu e a dança de São Gonçalo, além das festas de congo com as congadas. As músicas sempre alegres, que levantavam a mocidade da cidade.

As danças que se destacavam entre as festas de santo eram as danças de siriri, cururu, dança de São Gonçalo e a dança do congo. A população da Colônia da União (atual bairro Cristo Rei) que migrou do município de Nossa Senhora do Livramento, deu início à dança do congo, que era conhecida como congo do Cristo Rei.

Para Monteiro, o siriri de roda é uma das mais bonitas danças que são apresentadas pela população de Várzea Grande, formando pares que estão sempre a rodar batendo as mãos, em movimentos circulares, as moças com longos vestidos de chitão estampados e os moços com camisetas estampadas, com chapéu com fitas de chitão, sempre dançando conforme o batuque e o canto do siriri.

A dança de São Gonçalo se assemelha ao siriri, porém os instrumentos utilizados são duas violas de cocho e dois ganzás. É montado um altar com a imagem de São Gonçalo e a dança acontece em frente ao altar, em devoção ao santo. Os trajes são semelhantes ao do siriri e também se dança em pares de meninos e meninas. A outra maneira de se realizar a dança de São Gonçalo é como reza cantada onde os cururueiros se colocam em frente ao altar de São Gonçalo e começavam a cantar a reza, porém este ritual só acontece nos dias de festas consagradas ao santo.

A dança do congo ou congada é uma dança dramática que se assemelha a uma peça de teatro, celebra uma luta entre dois potentados africanos, o Rei Coriongo e a Rainha Jinga (luta de cristãos e mouros), sendo comum nas festas de São Benedito.

O cururu também é uma dança regional comum em áreas rurais nos povoados antigos do estado de Mato Grosso, era comum nos arredores de Cuiabá, nas cidades de Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Vila Bela, dentre outras. Essas danças citadas por Monteiro fazem parte da cultura de muitas cidades mais antigas do estado de Mato Grosso.

Sobre a alimentação da população, Monteiro informa que a mesma se dava à base do consumo de carne de sol, peixe e paçoca de carne seca assada, rapadura, o café

e o famoso guaraná ralado, que era comercializado em bastão e ralado em casa. No final do dia os mais velhos se punham à frente da “grosa” (espécie de ralo) e esfregavam o bastão de guaraná até se tornar pó, assim ouvindo o som de “ruque-ruque” da finalização deste processo.

A rede várzea-grandense, assim intitulada por Ubaldo Monteiro, tem origem a partir da confecção pelos escravos que não possuíam cama e sua única opção de descanso era a rede. Os teares eram operados pelas escravas que fabricavam o fio de algodão, que era colhido nas lavouras da região do Capão do Pequi.

Por volta da década de 1867, foram surgindo outras povoações no pequeno povoado de Capão do Pequi e assim novos teares foram sendo montados. As redes eram usadas na comunidade local, para o descanso noturno da população. Com o passar do tempo, os fios em que as redes eram confeccionadas passou a apresentar uma maior qualidade, no início eram fios de algodão que as próprias tecedeiras fabricavam, logo após surgiram as linhas industrializadas, que trouxeram à rede várzea-grandense uma estética mais requintada, “levando a rede da senzala, já melhorada, a ocupar as varandas palacianas e a alcova dos ricos” (MONTEIRO, s/d., p. 185).

A respeito da polêmica de se denominar a rede de cuiabana, Monteiro (sd, p. 185) esclarece que,

Por muito tempo a rede de Várzea Grande se chamou cuiabana e com razão, pois até 1948 Várzea Grande era terceiro distrito de Cuiabá, portanto parte integrante da Capital Mato-grossense, com a qual se irmana hoje, como um só corpo, por onde o rio Cuiabá passa como a grande artéria a beneficiar suas terras ribeirinhas, oriundas de um mesmo lustro de uma mesma descoberta bandeirante, fadadas ao mesmo radioso destino que o futuro lhes reserva.

O autor salienta que esta rede gerou polêmica, pois os várzea-grandenses não gostavam de utilizar o termo “rede cuiabana” apesar de que Várzea Grande era um distrito de Cuiabá, mas as tecedeiras nunca deixavam sua identidade de lado. Monteiro coloca em sua obra um pequeno trecho da entrevista que realizou no povoado de Capão do Pequi com Dona Luísa Marques Fontes (que foi para Várzea Grande no final do século XIX) e sua filha Dona Margarida Marques Fontes, famosa por seu apelido “Margarida da rede boa”. Nesta época era comum a mãe passar os saberes adquiridos em toda a vida para os filhos e Dona Margarida tomou isto como herança da mãe Dona Luísa.

Em consonância com Monteiro (s/d.), Dona Margarida e seu irmão chamado Manoel da Nhá Luísa, quando questionados sobre o termo “rede cuiabana”, afirmam que “[...] não existe isso, e sim rede **várzea-grandense**, [grifo do autor] o município com a quase totalidade dos teares de Mato Grosso, que vende de encomenda a muitos estados do Brasil” (MONTEIRO, s/d., p. 185).

Ao longo da história, várias foram as autoridades políticas que passaram por Mato Grosso e se depararam com uma rede de Várzea Grande como, por exemplo, a visita do presidente Getúlio Vargas a Cuiabá, quando Dona Margarida teceu as duas redes lavradas, nas quais ele repousava nas noites de calor.

Sabe-se que esta rede também é confeccionada em várias localidades de Várzea Grande, porém as que se destacam são as do Capão do Pequi e Limpo Grande. No município de Nossa Senhora do Livramento também se fabricam estas redes, mas em pequena proporção se compararmos a Várzea Grande.

No tocante à população da cidade, Monteiro lembra que o modo de falar do várzea-grandense se assemelha muito ao modo de falar do cuiabano, já que ambos convivem cotidianamente. Com o passar dos anos as gerações mais atuais vêm modificado o seu modo de falar, mas os tradicionais ainda utilizam do modo pacato de se pronunciar o “chá, por Deus” e o “Tô assustando ocê, moço”. Monteiro ressalta que com a instalação das escolas nos povoados de Várzea Grande, as crianças passam a aprender como se pronuncia as palavras corretamente, deixando o linguajar popular para os mais velhos.

VILAS E POVOADOS EM VÁRZEA GRANDE

Até a década de 1970, Várzea Grande possuía cerca de 14 povoados que se formaram em sua maioria no século anterior, por meio do agrupamento de famílias em determinadas áreas, assim aparecendo os núcleos principais, como o do Capão do Pequi, que se integrou ao Capão Grande, a Fazendinha, que passou a pertencer à Passagem da Conceição, o Bom Sucesso e o de São Gonçalo, entre outros.

Nota-se que a cidade de Várzea Grande possui um grande vínculo com o rio Cuiabá, uma vez que a maioria de seus povoados estão às margens do rio. As comunidades ribeirinhas pioneiras que começam a formar a cidade, partem do rio para a área central da cidade, conforme ressalta Monteiro (1988, p. 122):

O que provocou o surgimento dos povoados nas áreas ribeirinhas em Várzea Grande foi a pesca, a facilidade que o rio Cuiabá concedia ao advena para a obtenção de alimento, de água e de locomoção em canoas [...] outro fator de atração do homem pela barranca do rio, formando núcleos, foi a navegação, pois até a década de trinta, as viagens da gente de então e a remessa das mercadorias eram feitas pelas lanchas [...] As usinas açucareiras, decorrentes dessa navegação, influíram parcialmente na formação dos povoados, uma vez que à lavoura ribeirinha, os homens acresciam o plantio da cana para venda aos usineiros [...] os habitantes dos núcleos das áreas ribeirinhas de Várzea Grande herdavam dos pais os métodos de vida sem interferência de terceiros, que lhes dessem uma educação capaz de influir no seu [...] modo de falar, de se conduzirem ou de viverem dentro do próprio lar.

Na sequência, pautados nas obras de Monteiro (s.d e 1988), apresentamos um relato sobre a constituição das localidades de Várzea Grande, segundo os estudos realizados pelo autor.

Passagem da Conceição

Situada na região norte de Várzea Grande, em uma região onde se encontram vários córregos. Na região ribeirinha no limite entre Cuiabá e Várzea Grande, Acorizal e Nossa Senhora do Livramento, se instalou por volta de 1813 o lavrador Manoel Antônio da Conceição, que era conhecido como “Conceição”, ali estava trabalhando com a terra e com o auxílio de uma pequena canoa transportava pessoas para o outro lado do rio quando o procuravam, assim se tornando uma forma de passagem à população, que via ali como uma forma mais ágil de locomoção a Cuiabá.

Assim se tornando a “passagem do Conceição”, nome dado pelo povo que ali passava cotidianamente. Posteriormente, foi construída a igreja de Nossa Senhora da Conceição que consolida o nome do povoado como Passagem da Conceição.

A população era predominantemente negra, assim apresentado vestígios da escravidão que ali existia. Passagem da Conceição com o passar dos anos foi se tornando um povoado mais populoso, onde moravam alguns políticos como Gabriel Curvo e Manoel Venâncio, ambos destacaram-se por lutarem por melhorias para o povoado. Passagem da Conceição pertencia ao município de Cuiabá até o dia 11 de dezembro de 1953, quando pela lei estadual n. 670 passa a pertencer ao território várzea-grandense.

Capão do Negro – Colônia União

No ano de 1937, Abelardo Ribeiro de Azevedo (Belinho) cedeu ao município de Cuiabá as terras que incorporava o Córrego de Areia, Rabelo, Capão do Negro, Lagoa dos Patos e Jacaré, com a finalidade de construir uma colônia de trabalhadores, mais tarde denominada de Colônia União.

Entre 1940 e 1956 recebeu muitas famílias nas terras do Capão do Negro, alojando, delineando uma ocupação irregular, com ruas tortas, sem nenhum planejamento prévio por parte do poder público, para que as ruas ficassem de maneira linear.

Logo após a criação do município em 1948, no ano seguinte a administração municipal doou ao Ministério da Aeronáutica 700 hectares de terras, que faziam parte da área da Colônia União, sendo destinadas à criação de um campo de avião, dando lugar à construção do Aeroporto Marechal Rondon.

Outra desapropriação foi consolidada em 1958 quando o prefeito doa à Igreja Católica uma área de 200 hectares para a construção do Seminário Cristo Rei. Monteiro (s/d.) informa que a Colônia possui um grupo escolar construído em 1962, no governo de Fernando Corrêa da Costa, atendendo ao pedido do deputado Ubaldo Monteiro e do prefeito Napoleão.

Monteiro (s/d.) ressalta que as desapropriações em parte das áreas que pertenciam à Colônia União possibilitaram as construções de interesse do Estado, mas prejudicaram os moradores que ali viviam, pois foram retirados e acabaram por se instalar em outras áreas da cidade.

São Gonçalo

Povoado da margem direita do rio Cuiabá, que tem como origem o ano de 1908, onde passou a residir o garoto Manoel Santos Pereira e seus pais. Somente em 1913, por decreto do Presidente Costa Marques, foi transferida a escola mista que funcionava na margem esquerda do rio Cuiabá.

No final do século XIX foi montada a Usina de São Gonçalo pelo senhor Antônio dos Santos Pereira, que anos depois a vendeu, passando assim a administração por várias pessoas.

Este povoado tinha maior atividade econômica e fluxos de pessoas quando esta usina estava em operação, mas após a desativação este fluxo se tornou menor. Junto às terras de São Gonçalo ficam as do Carrapicho que por muito tempo foi propriedade do senhor Plácido.

Neste pequeno povoado existiam alguns lotes onde se cultivavam alimentos em pequenas quantidades. A presença de solo muito argiloso propiciou a instalação de cerâmicas, com destaque para a fabricação de tijolos. Este povoado não se destaca muito no cenário municipal, apesar de sua importância para a cidade de Várzea Grande.

Guarita

Com início no século XX, nas margens do rio Cuiabá na região norte de Várzea Grande, a Guarita vivia e mantinha sua população do plantio de hortas, cana de açúcar, e do peixe que era retirado do rio Cuiabá, além da fabricação da rapadura de cana de açúcar.

A estrada que ligava o povoado ao centro da cidade era de muito má qualidade. Posteriormente, construiu-se uma nova estrada que ligava a Guarita à Passagem da Conceição e ambas ao centro da cidade de Várzea Grande, além de uma balsa que funcionava irregularmente na locomoção sobre o rio Cuiabá.

Guarita apesar de ser um povoado muito novo, se destaca no cenário municipal, em 1919 foi criada a escola mista na região, que também atendia à população da Passagem da Conceição pela proximidade. Uma das primeiras intervenções do Estado foi na construção de pequenas casas pela Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso (Cohab-MT), na faixa ribeirinha às margens do rio, assim os moradores da Guarita tinham fácil acesso a Cuiabá e Várzea Grande possibilitando um maior dinamismo deste povoado.

Engordador

Um dos povoados mais antigos da cidade, é pacato e se encontrava às margens do rio Cuiabá, as casas e famílias que ali moravam eram poucas. O nome Engordador se dava por ser uma área onde se engordava o gado, passando a localidade a ser conhecida como Engordador.

As principais atividades econômicas foram a plantação de pomares de frutas e a pesca no rio Cuiabá. Várias famílias da cidade de Santo Antonio de Leverger passaram a morar no Engordador, uma escola foi construída no povoado e instalada uma seção eleitoral.

Vila de Bom Sucesso

Bom Sucesso é a sede de um dos distritos da cidade de Várzea Grande, que possuía em torno de sete povoações: Bom Sucesso (sede), Souza Lima, Capão Grande, Pai André, Praia Grande, Capela do Piçarrão e Limpo Grande.

Assim Monteiro (s/d., p. 215) descreve o povoado:

Bom sucesso é [uma] faixa de terra na barranca do Cuiabá onde se estendem as casas humildes, formado uma única que se alonga paralelamente ao rio até mil metros [...] As terras do povoado, todas ribeirinhas [...], foram áreas que o cidadão Justino Claro foi adquirindo para formar seu sítio, onde florescem os canaviais, que não só se destinavam ao fabrico da famosa rapadura de Bom Sucesso, como alimentavam os engenhos e alambiques na fabricação de aguardente e do açúcar de barro, tão comum no século passado [XIX].

O autor informa que depois, com o aparecimento das usinas de São Gonçalo e da Conceição, a cana também foi vendida para os engenhos dessas usinas.

Outras atividades que eram realizadas pelos moradores era a pesca, mesmo que modesta era bem administrada em uma cooperativa, também se planta o fumo e a horticultura em pequena escala. Destaca-se em Bom Sucesso a produção de rapadura que é fabricada o ano todo para a comercialização nas feiras do centro de Várzea Grande e Cuiabá.

Em 1908 foi transferida para Capão Grande a segunda escola mista que estava instalada no povoado, em 1920 se transfere para Bom Sucesso a escola rural mista do Sucuri sob decreto do governador Dom Aquino. A fundação de Bom Sucesso é atribuída a dois moradores: o senhor Justino Claro, então proprietário das terras de Bom Sucesso, e Miguel José da Silva que era seu genro.

O povoado de Bom Sucesso não possuía uma capela para a realização de suas celebrações religiosas, assim os moradores se deslocavam até a Capela do Piçarrão, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, igreja esta que foi implantada graças à generosidade de Justino Claro, logo em 1968 se constrói a igreja do Divino Espírito Santo que se encontra no povoado de Bom Sucesso.

A igreja do Divino Espírito Santo foi construída com o auxílio dos fazendeiros e as imagens do Divino Espírito Santo e de São Benedito foram “doadas pelo Coronel Ubaldo Monteiro da Silva, que as conduziu de São Paulo, especialmente para aquela igreja, cuja pedra fundamental ele lançou, colaborando na sua construção (MONTEIRO, 1988, p. 99). A primeira celebração foi realizada pelo arcebispo metropolitano Dom Orlando Chaves, que levou da Capital todo o cerimonial religioso.

Habitavam em Bom Sucesso pouco menos que mil habitantes, muitas famílias se mudavam para Cuiabá, mas eram eleitoras na pequena vila. Bom Sucesso não apresentava nenhuma característica favorável à expansão já que possuía muitos problemas de infraestrutura como esgoto e água encanada, além da ausência da energia elétrica, que mais tarde seria instalada na vila.

Capela do Piçarrão

Seguindo a sul do povoado de Bom Sucesso indo em direção ao centro de Várzea Grande se encontra o pequeno povoado de Capela do Piçarrão (na obra o autor grafava como Pissarrão, preferimos optar pela grafia atual), que servia muito para as senzalas dos escravos que, após a abolição, ali permaneceram. O casal de escravos Dona Benedita Pretinha e Antonio Roque construíram um pequeno rancho. Dizem que Benedita caminhava em meio ao capim e encontrou uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente, ali se construiu a igreja de Nossa Senhora da Conceição.

A pequena igreja recebia pessoas de toda região da Vila de Bom Sucesso, e assim realizava suas celebrações e festas que contava com a população de Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento. A localidade possuía cerca de 800 habitantes e 400 eleitores, apesar da distância de Capela do Piçarrão em relação ao centro de Várzea Grande, no decorrer dos anos, foi recebendo alguma infraestrutura básica para a população.

Capão Grande

Em direção à cidade de Nossa Senhora do Livramento, a oeste de Bom Sucesso se encontra o povoado de Capão Grande, o mais populoso da região, que com o passar dos anos se desmembrou de Bom Sucesso e tornou-se um distrito. Surgiu na estrada que levava os boiadeiros a Poconé passando pela cidade de Nossa Senhora do Livramento, possuía pequenas ruas tortas e poucas famílias.

As atividades econômicas do povoado se caracterizavam a partir da carne bovina, onde o gado era morto e sua carne seca ali mesmo. Em Capão Grande se plantava mandioca e havia a produção de farinha de mandioca. Ali também se fabricava as famosas redes várzea-grandenses. Estes produtos eram comercializados na capital Cuiabá e no centro de Várzea Grande.

No ano de 1915 foi transferida a escola de Bom Sucesso para Capão Grande, que anos depois foi desativada. Anos mais tarde, a localidade recebe outra escola e até uma

escola ambulante. Monteiro (s/d.) destaca que Capão Grande constitui um berço da cultura várzea-grandense, que ali eram realizadas várias festas de santo e as cavalgadas, eventos que a população gostava de prestigiar naquele tempo.

Souza Lima

Uma pequena povoação com apenas cinco casas, que era conhecida como “Sovaco”, por que ali morava um senhor que era conhecido por este apelido, a população aumentou e então passou a se chamar Água Branca. Com a criação do município, a administração municipal com incentivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso decide homenagear um grande médico cuiabano, assim passando o povoado a se chamar Souza Lima.

Há uma pequena igreja na comunidade que, anteriormente, realizava suas missas na Capela do Piçarrão. Em 1914 uma escola é implantada no povoado que anos depois é transferida para São Gonçalo. A dois quilômetros do rio Cuiabá e sem nenhum córrego nas proximidades, o povoado sofria muito nos períodos de estiagem, quando os poços secavam totalmente, então a população se deslocava até Bom Sucesso para encontrar água.

Praia Grande

Esta comunidade situa-se no extremo sudoeste do município de Várzea Grande, na divisa com Nossa Senhora do Livramento, onde se encontra a confluência do pequeno córrego do Ribeirão dos Cocais com o rio Cuiabá. Praia Grande vivia da pesca no rio Cuiabá e do comércio deste pescado.

Muitas eram as famílias, atualmente conhecidas, que habitavam em Praia Grande, como os Campos, os Pereiras os Lopes de Magalhães e os Lopes de Miranda. Havia um cartório no distrito de Bom Sucesso que foi administrado pelo senhor Paulino Pinto de Godói, anos depois passou a ser administrado pelo senhor Leôncio Lopes de Miranda.

Pai André

Entre os povoados de Praia Grande e Bom Sucesso localiza-se Pai André, nas margens do rio Cuiabá. Os moradores deste povoado vieram em sua grande maioria da cidade de Santo Antonio de Leverger, da outra margem do rio, que permanecia alagada em grande parte do ano, como também as famílias de Praia Grande, Capela do Piçarrão

e Bom Sucesso, formando o povoado. O nome dado ao povoado deve-se a um senhor que morava ali havia muitos anos e se chamava Pai André.

Este povoado era muito movimentado pelas usinas de açúcar que ali existiam, além dos extensos canaviais que as alimentavam. Depois de fechadas as usinas, muitos dos moradores se mudaram para o centro da cidade ou para Cuiabá. Semelhante a Bom Sucesso, Pai André é uma comunidade ribeirinha que possui apenas uma rua às margens do rio Cuiabá, com extensão menor que um quilômetro, existia uma escola que com o passar dos anos e sem o apoio dos administradores acabou.

Limpo Grande

Povoado que inicialmente pertencia a Nossa Senhora do Livramento e com a criação do Município de Várzea Grande, em 1948, passou a fazer parte deste município. O nome foi dado pela região possuir um grande campo desmatado, assim passa a se chamar Limpo Grande.

As atividades agrícolas movimentavam a região e o comércio local vivia à base disto, além também da fabricação das redes.

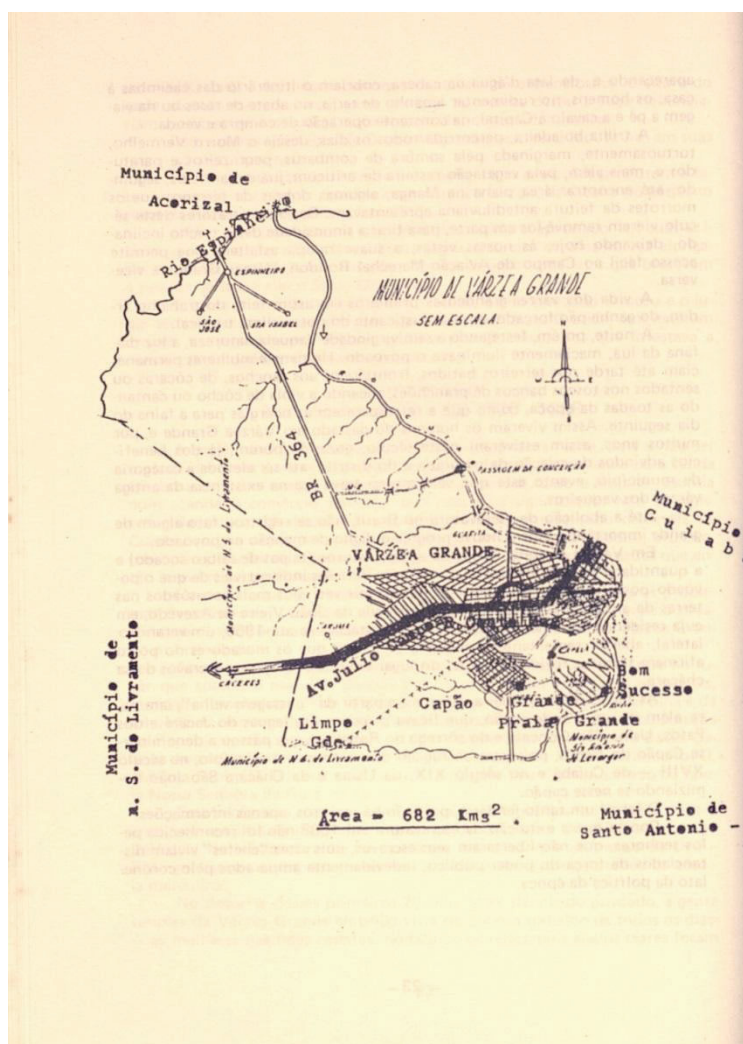
Espinheiro

No limite entre Várzea Grande e Acorizal encontra-se o pequeno povoado de Espinheiro, que possui uma pequena escola, poucas casas e pequenos comércios, uma região mais movimentada pelos que moram em Livramento, próximo à Passagem da Conceição que possui vínculo com este povoado.

VÁRZEA GRANDE DO FINAL DO SÉCULO XX

Após o percurso sobre a formação dos inúmeros povoados em Várzea Grande, Monteiro (1988) desvenda a cidade no contexto da Integração da Amazônia. O autor ressalta que nas últimas décadas do século XX as cidades de Mato Grosso, passam por um acelerado nível de crescimento socioespacial e Várzea Grande se destaca neste processo, fato que acarreta o surgimento dos vários problemas do uso e ocupação do solo desta cidade. A maioria das vilas e povoados se tornaram bairros e na área central da cidade se constroem as residências para as famílias de classe média. Na figura a seguir podemos visualizar parte dessas transformações.

Figura 2: Várzea Grande na década de 1980.



Fonte: Monteiro (1988), p. 24.

No ano de 1978 e 1979, são construídos dois núcleos habitacionais da Cohab-MT, um na área próxima ao Aeroporto Marechal Rondon e outro na região centro sul, denominado de Nossa Senhora da Guia. Estes núcleos foram destinados à população de baixa renda, possuíam o mínimo de infraestrutura como água encanada, energia elétrica, escolas e segurança pública. A formação de um centro é consolidada através dos serviços de saúde oferecidos pelo Pronto Socorro, comerciais e bancários que se estendem nas avenidas Couto Magalhães, Filinto Müller e Alzira Santana, além das escolas Couto Magalhães e Pedro Gardés que se encontram na região central de Várzea Grande.

As transformações dos aspectos urbanos na cidade são nítidas, ruas e bairros são criados para preencher os espaços não urbanizados, a prefeitura cria a Companhia de Desenvolvimento (CODEVAG) no ano de 1973 para lotear as áreas devolutas no

município, assim comercializando e doando estas áreas. Alguns bairros como Jardim América, Planalto, Ipiranga, Jardim Glória e Cristo Rei receberam grande quantidade de famílias que rapidamente construíram suas casas e aceleraram este processo de crescimento. As duas áreas onde se instalaram os conjuntos habitacionais foram alvos de loteamento em áreas vizinhas. A área da Avenida Alzira Santana e do Cristo Rei foram totalmente habitadas.

Segundo Monteiro (1987), entre as décadas de 1970 e 1980 foram implementados mais de cem loteamentos em Várzea Grande. As áreas centrais foram alvo dos visionários que já previam a valorização daquela região, assim adquirindo terrenos e deixando grandes áreas à espera de valorização. Como afirma Monteiro (1988, P. 183):

Apesar desse interesse marcante de lotear as área de arrebalde, existiam os especuladores mais poderosos, retendo terrenos enormes no centro da cidade, ávidos que estavam por maiores lucros, sabendo que a valorização era evidente, tendendo a ser elevadíssima a curto prazo. Eram os capitalistas, os que podiam esperar e que iam emperrando o progresso da urbe, pois sendo mais poderosos, não eram incomodados pelo Poder Público, que devia forçá-los a acompanhar o ritmo de desenvolvimento [...]

A região do Aeroporto Marechal Rondon também passou por mudança com a construção deste complexo que presta serviços a toda a população da região.

Entre os serviços urbanos que Várzea Grande mais necessita está a construção de uma rede de tratamento de esgoto, pois este é um dos maiores problemas urbanos em Várzea Grande.

Alguns dos bairros mais populosos da cidade foram se formando a partir da década de 1960, devido ao alto índice de migração para a cidade entre estes bairros se destacam os bairros Planalto Ipiranga (Atual bairro Ipase), Bairro Jardim Glória e Cristo Rei.

O bairro Planalto Ipiranga se encontra nas áreas próximas ao Aeroporto Marechal Rondon, era conhecido por Água Limpa e após a construção de casas com maior infraestrutura, próximo a este bairro foi implementado um loteamento de nome Ipase, passando toda a área a ser conhecida como Ipase.

O bairro Jardim Glória está na região noroeste da cidade, foi um dos bairros que cresceram na década de 1970, assim com a ocupação irregular, e também com a criação

de loteamentos sobre as terras do senhor Abdala Almeida, deste bairro surgiram outros como Jardim Glória II, Cohab Cabo Michel, Jardim Imperial, Jardim Mangabeiras e Jardim dos Estados que, depois do Cristo Rei, forma o segundo maior núcleo de população na cidade.

Na região leste de Várzea Grande em direção a Cuiabá se encontra o bairro Cristo Rei, que tem suas origens com a construção de unidades habitacionais pela Cohab-MT, anteriormente conhecido como Colônia da União ou Capão do Negro. Na atualidade forma o núcleo de maior população em Várzea Grande, as relações de Cristo Rei com Várzea Grande são poucas já que a proximidade com Cuiabá se torna um atrativo da população a procurar serviços, saúde, educação e estabelecimentos comerciais na Capital.

A região do Cristo Rei deu origem a outros bairros, a exemplo do bairro da Manga que está às margens do córrego do Jacaré, Parque do Lago, Alameda, Cohab Jaime Campos entre outros que compõem a região do Grande Cristo Rei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo as trilhas da cidade por meio das obras de Ubaldo Monteiro, tivemos a oportunidade de conhecer as especificidades de cada lugar, suas aspirações, problemas e perspectivas. Vislumbramos o movimento das danças, a paisagem sonora, a beleza das redes que, para o autor, são várzea-grandenses, pois identificam as pessoas do lugar como legítimas produtoras desta importante manifestação cultural de Várzea Grande.

Realizamos breve síntese da riqueza histórica evidenciada nas obras analisadas. Vislumbramos a formação da cidade de Várzea Grande, as transformações e permanências nas práticas culturais, identificamos os contrastes da cidade em tempos mais recentes.

Verificamos que o escritor Ubaldo Monteiro apreciava a vida cidadina, fato comprovado pela riqueza de detalhes com que escrevia suas obras, registrando para a posteridade a vida cotidiana, colocando as pessoas no centro das observações, demonstrando seus próprios laços com Várzea Grande.

Nas obras analisadas, o passado é, muitas vezes, retratado sob o olhar dos mais antigos, a história vivenciada pela população, o presente caracterizado pelas transformações na cidade urbanizada, especialmente a partir da década de 1970, e os confrontos que cotejam o passado com o então momento presente.

O portal da Amazônia foca a sua análise no momento político de integração da Amazônia, no qual Cuiabá torna-se o centro de apoio aos planos e programas desenvolvidos pelo governo federal. Nesse sentido, como cidade conurbada a Cuiabá, Várzea Grande também é influenciada por esses processos, passando por significativas transformações na paisagem urbana, favorecendo a especulação imobiliária e a expansão horizontal da cidade com bairros socialmente periféricos com sérios problemas de infraestrutura.

Salientamos que as obras de Ubaldo Monteiro constituem importante acervo para o entendimento de Várzea Grande e por extensão, do estado de Mato Grosso.

Referências

MONTEIRO, Ubaldo. *No portal da Amazônia: 1º século do município industrial de Várzea Grande*. Goiânia: Rio Bonito, s/d.

MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande: passado e presente, confrontos. 1867 – 1987*. Cuiabá: Policromos, 1988.

Ubaldo Monteiro da Silva

Benedito Pedro Dorileo

(Reitor da UFMT, Associado do IHGMT e da AML, cadeira n. 26. Patrono:
Joaquim Duarte Murtinho. pdorileo10@gmail.com)

Há homens provedores do futuro, ouvem a melodia do porvir, plantam árvores ainda sabendo não alcançar os seus frutos ou gozar da sua sombra. Transborda de esperança e projeta um sonho.

Vocacionado para vestir a farda da ordem e da disciplina, doou-se à vida militar. Conclui em Cuiabá o ensino médio no Liceu Cuiabano, na época do bacharelado, e ruma para a capital da República, Rio de Janeiro. Vence os anos de formação na Academia da Polícia Militar e retorna arfante de vontade como Aspirante a Oficial, posto transitório e provador de capacidade, em 1943. Tempo em que Mato Grosso recebia brilhantes aspirantes outros, como: Luiz de Carvalho, Mamede Viegas de Carvalho, Domingos Santana de Miranda, Gonçalo Ribeiro da Silva, Antônio Ribeiro Leite Filho e Antônio Pinto de Castro.

Conhecia o tenente Ubaldo as dificuldades dos jovens que buscavam uma formação de nível superior. Imaginar Academia ou Faculdade em Cuiabá, na década de 1940, era ato absurdo em uma capital eminentemente sertaneja, isolada por completo dos centros do domínio político e econômico. A capital do Estado estava incrustada no cerrado longínquo, na proximidade do pantanal e da selva, a enfrentar a realidade do isolamento, quando se comunicava por telegrama e pelas precaríssimas ondas de rádio – o rio Cuiabá era o caminho.

A Corporação Polícia Militar ainda usava arma de repetição, fuzil mauser modelo 1908; sabendo-se que até as primeiras décadas do século XX o Brasil não possuía arsenal ou fábrica de armas para o serviço militar.

Trouxe da Academia o ideal do seu instrutor Nizo de Viana Montezuma: “quando não se pode fazer tudo o que se deve, deve-se fazer tudo o que se pode, valendo-se dos ensinamentos em Diretrizes, de que falava o tenente Arrais: “estas regras pelo seu caráter rígido lembra um seminário de jovens aspirantes ao sacerdócio”. Nessa linha de pensamento, o então major pm Ubaldo insistia em elevar a formação de praças e oficiais. Em 1951, no Centro de Instrução Militar, projeta e aprova, com apoio do

Comando Geral e do governador Fernando Correa da Costa, o Curso de Formação de Oficiais, na capital mato-grossense – com apoio, ainda, do Exército Brasileiro.

Lutou com extrema dificuldade para dotar a nascente Academia de pessoal, meios e equipamentos. Em 1953 surgem os primeiros aspirantes a oficial para o seu gáudio. Suas aulas, instruções tinham alto nível e poucos sabiam da sua capacidade que passo a passo se expandia. Oficiais do CFO daquela época especializaram-se em Corporações policiais militares dos Estados mais dotados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, tornando-se bons instrutores, gestores, comandantes. Exemplifica-se: o Cel pm Antônio Aires Nogueira Neto, com origem no CFO cuiabano, comandou a PM de Mato Grosso do Sul, após a divisão do Estado, em 1977. Os Coronéis pm João Batista Pereira e Joacyr Sebastião Silva, da mesma forma especializaram-se: o primeiro, ainda com o curso de Direito, foi por duas vezes Secretário de Segurança com o grande governador Pedro Pedrossian. E o segundo, especialista em menor na criminalidade, comandou e, já na inatividade, estuda e elabora projetos em Campo Grande – MS.

Inconformado com gestões políticas de baixo interesse público, Ubaldo licencia-se da Corporação e elege-se deputado estadual. Nessa posição, bate-se por projetos que beneficiam não somente à segurança da população, mas avança para outros de interesse do Estado.

Após, recolhido da vida pública, entrega-se à literatura e produz *Flor de Pequi*, um romance. Domina-lhe o sentimento nativista e escreve oito livros, como *No Portal da Amazônia*, e chega a contos e poemas. A sociedade o aplaude e o estimula a ingressar na Casa Barão de Melgaço, como associado do Instituto Histórico e Geográfico e Academia Mato-Grossense de Letras. Faleceu em 29 de maio de 2004, aos 88 anos de idade. O ano corrente assinala o seu centenário de nascimento, na vizinha Várzea Grande em Mato Grosso, em 16 de maio de 1916. Ele fez o que pode, entretanto fez muito.

ENTREVISTA COM UBALDO MONTEIRO DA SILVA

Durante a década de 1980, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFMT desenvolveu um interessante projeto de recuperação da memória de Mato Grosso através da realização de entrevistas, àquela época, gravadas em fitas K7. Foi destacada a jornalista Martha Arruda, experiente na área, para escolha e realização de entrevistas com as personalidades.

Entrevistado: Ubaldo Monteiro da Silva (UMS)

Entrevistadora: Martha Arruda (MA)

Local e data de Nascimento: Várzea Grande, 16 de maio de 1916.

Data e local da entrevista: [Década de 1980?] – Várzea Grande-MT

Acervo NDIHR/UFMT – Nº da fita: 83

MA – Sr. Ubaldo, eu gostaria de saber o local e a data de seu nascimento.

UMS – Eu nasci em Várzea Grande, na Rua Couto Magalhães, em 16 de maio de 1916.

MA – O nome dos seus pais?

UMS – Alfredo Monteiro da Silva e Ana Emília Monteiro da Silva.

MA – O Sr. vem de uma família de quantos filhos?

UMS – Éramos dez filhos.

MA – No tempo de infância, o Sr. tem alguma recordação que ficou viva na memória?

UMS – Eu me recordo dos meus estudos primários, no Grupo Escolar Senador Azeredo, era tudo tão diferente de nossos dias de hoje, como, por exemplo, na saída, formávamos filas para cantar o Hino à “Bandeira Nacional”; hoje, isso não acontece, pois essa prática foi esquecida.

MA – E quem foi a sua primeira professora?

UMS – Foi Ruth Portella, dessa família que ainda existe uma geração no Tribunal em Cuiabá.

MA – Era da família Almeida Serra?

UMS – É sim.

MA – E o Sr. tem boas recordações da sua primeira professora?

UMS – Tenho, era bem alta, esguia, olhos azuis claros e muito jeitosa para lidar com os meninos, era uma professora querida pelos alunos.

MA – Nessa época, ainda se usava a palmatória?

UMS – Não, mas com o resultado da palmatória é que me fez entrar no Senador Azeredo. Eu comecei a estudar com o professor Feliciano Galdino, e logo nos primeiros dias de aula ele começou a usar a palmatória, bater nas crianças com régua, e eu, então, cheguei em casa amedrontado e disse aos meus pais que não queria mais estudar. Então, eu fui para o Grupo Escolar Senador Azeredo.

MA – O Sr. se lembra de algum colega em especial desse período de infância?

UMS – Tenho diversos, Odari Vaz Curvo, Jorge Gattass, José Dias e muitos outros.

MA – Depois do primário, já passou para o Liceu Cuiabano?

UMS – Não, eu fui fazer o curso de admissão, fiz um ano inteirinho, eu e o Leonel da Costa Ribeiro, estudamos com D. Bebê e Francisco Mendes. Depois, passamos por uma banca examinadora composta por Philogonio Corrêa, Dr. Arthur, todos já falecidos. Éramos 98 candidatos a ingressar no Liceu Cuiabano, E desses, passaram 43.

MA – Quais os professores mais em evidência lá no Liceu Cuiabano?

UMS – Nilo Póvoas, Fernando de Campos, Philogonio Corrêa, Athur Pereira Mendes, Zaraméla, que era conhecido como “o mestre Zaraméla”.

MA – Professor Gardés não foi do seu tempo?

UMS – Não, ele já havia morrido, ele foi o fundador do Liceu Cuiabano, no século passado [XIX].

MA – Esse curso que o Sr. fez no Liceu, foi bom? O Sr. acha que saiu de lá bem preparado?

UMS – Foi muito bom. Em 1938, eu terminei e tive que ir para o Exército, depois, fui trabalhar, pois não tinha recurso para ir continuar os estudos no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, e em 1939, quando Júlio Müller era interventor do Estado, abriu essa escola, sobre o auspícios do Comando de Máximo Levi e Francisco Monteiro, que criaram pela primeira vez o curso de Formação Oficiais da Polícia, pois, até então, os oficiais entravam ali por pedidos políticos, ou com grande gabarito, como foi o filho de Queiroz, em Campo Grande, que era professor de português nas escolas secundárias lá, e ele foi chamado para a polícia e fez uma carreira notável, saiu como tenente-coronel e foi membro da Academia Mato-Grossense de Letras.

MA – Agora, o Sr. não tinha vocação militar e somente aproveitou a chance para fazer esse curso. Nessa ocasião, o Sr. já era casado?

UMS – Não, solteiro.

MA – O Sr. tinha quantos anos nessa época?

UMS – Uns 22, 23, mais ou menos. Nessa época, quando terminávamos o que hoje chamamos de segundo grau, os homens já bem maduros, mais ou menos com 26, 27, 28 anos.

MA – Depois, o Sr. foi para o Rio de Janeiro. Como foi essa sua primeira viagem?

UMS – Naquele tempo, mais ou menos em 1940, não existia estrada daqui para Campo Grande, e toda viagem que se fazia daqui, ou qualquer mercadoria que saía ou chegava, era feita pelo Rio Cuiabá, de lancha, de modo que achei maravilhosa, apesar de ter aquela dor no coração de deixar minha terra, mais achei maravilhosa, a paisagem, muita flora, fauna etc.

MA – Paravam nas usinas de açúcar?

UMS – Paravam sim em algumas delas, para pegar rancho, carne fresca etc., porque a alimentação das lanchas eram sadias, tudo muito bem preparado. Íamos até Corumbá, depois pegávamos o Fernando Vieira, que ia até Porto Esperança, para depois pegar o trem “Maria Fumaça”.

MA – Como foram os primeiros dias no Rio de Janeiro?

UMS – De muita surpresa, a gente pensa uma coisa e depois vê tudo tão diferente.

MA – Você ficou hospedado aonde?

UMS – Num hotelzinho, vizinho do quartel, mas depois fomos pedir abrigo no quartel.

MA – O Sr. gostou da vidinha no quartel?

UMS Não, eu achei muito dura, não estava acostumado com quartel, éramos obrigados a enfrentar cavalaria, infantaria e depois artilharia.

MA – Quanto tempo o Sr. ficou?

UMS – Três anos, Depois sai como aspirante e vim para Cuiabá, eu fui o primeiro oficial com curso que entrou na polícia militar.

MA – Onde era o quartel da polícia militar?

UMS – Na Rua 15 de Novembro, em frente à Igreja São Gonçalo.

MA – De aspirante, o senhor foi a que escalão?

UMS – Segundo-Tenente, Tenente, e fui embora.

MA – O Sr. é um intelectual, gostaria de saber o que o Sr. já escreveu sobre o nosso Estado?

UMS – Olha, o meu trabalho no livro é um pouco cheio de mistura, não é uma coisa fechada num setor só. O livro de história que escrevi é o “*Portal do Amazonas*”, mas, antes, eu já havia escrito muitas poesias e tinha lançado o livro “*Meus Varzeanos*”, que está esgotado, só sobre Várzea Grande, bem regional.

MA – O Sr. tem paixão por Várzea Grande não é?

UMS – Tenho sim, sempre morei e moro aqui.

MA – Então, o primeiro livro era de poesias?

UMS – Então, com esse livro inauguraram uma biblioteca com o meu nome, aqui em Várzea Grande. Então, eu peguei as poesias que havia escrito em épocas diferentes, colecionei-as e mandei editar o primeiro volume, e distribuí para o pessoal, mas, antes disso tudo, eu escrevi um romance há trinta anos atrás, regionalista, e recomendado por Lenine Póvoas e Silva Freire.

MA – Como era o nome do romance?

UMS – “*Flor de Pequi*”, de caráter étnico; depois eu escrevi outros livros que falam dos dois séculos de Várzea Grande.

MA – Além do Sr. ser do Instituto Histórico e membro da Academia de Letras municipais do Brasil, colaborador dos jornais de Cuiabá e Várzea Grande, é um dos pouquíssimos escritores de Mato Grosso que escreveu romance regional.

UMS – Sim.

MA – Fale um pouco sobre esse seu livro.

UMS – Em 1956, ocorreu um fato interessante, eu saí da polícia, briguei com o governo e fiquei sem trabalhar. Então, o meu sogro tinha uma casa grande, que foi demolida; o meu sogro era o Abelardo Azevedo, Belinho. E eu tinha mais tempo, e eu sabia bem sobre a história de Mato Grosso, sobre as bandeiras, então, me veio à cabeça escrever um romance ou um romanceado sobre a formação poética de Várzea Grande. Eu já sabia que o Capão do Pequi fora a primeira sesmaria de Várzea Grande. Naquela época, eu já sabia que antes da fundação de Várzea Grande já existia essa sesmaria, que foi a primeira, nasceu com a exploração de ouro ou de outra exploração qualquer, é como se davam as penetrações de bandeiras para cá. E dali, eu arranjei os personagens na minha imaginação, e em três meses eu rascunhei esse trabalho, depois corrigi, fiz a montagem, passei a limpo bati a máquina e tentei publicar, mas não achei patrocínio.

MA – O seu personagem era o capitão Rogério e sua esposa D. Cândida?

UMS – Sim, mais ou menos.

MA – Nesse seu romance, qual a parte que o Sr. gosta mais?

UMS – É quando a mãe entra em choque com a filha.

MA – Quando o Sr. fala em escravo no seu livro, isso é fruto de sua imaginação, porque o Sr. não chegou a ver escravos aqui em Várzea Grande, ou chegou?

UMS – Não, eu estive com uma hoje, aqui, que foi criada com a avó dela, está com 104 anos e eu vou levá-la à televisão. Aqui, era sede de uma sesmaria, com tronco e tudo. No Cristo Rei, nesse bairro, tinha a sesmaria “São João”, era um casarão medonho.

MA – Então, o Sr. chegou a ver muitos negros no tronco?

UMS – Não, isso eu não vi.

MA – Sr. Ubaldo, o Sr. chegou a exercer muitos cargos, além de ser oficial da polícia, o Sr. foi professor e diretor de qual colégio?

UMS – Primeiro, montei o Curso Oficial da Polícia, e fui professor e diretor durante toda a década de 50, de modo que esses velhos oficiais foram da minha época, como o Sr. João Evangelista, os outros já estão acabando. Em 1964, eu reformei. Então, de 65 em diante já começou uma fase nova dentro da polícia, com gerações diferentes, com novos, de forma que foram chegando. De 1964 para 1986, passaram-se 22 anos.

MA – Em 1963, o Sr. conseguiu a instalação do primeiro ginásio em Várzea Grande, gostaria que o Sr. falasse sobre isso.

UMS – Em 1960, no governo era João Ponce de Arruda, eu era da UDN, era Deputado Estadual na época. Então, apresentei indicação para criar o ginásio em Várzea Grande. Então, o Licínio Monteiro, que era do PSDB, reforçou essa indicação e acabou o governo mandando uma mensagem criando o Ginásio de Várzea Grande. Mas, em 1961 veio a eleição, e tal, e veio o Fernando Corrêa. Sempre que assumia um governo, o outro deixava uma porção de despesas a pagar, e ele não pode montar o ginásio, na época. Só em 1963 o ginásio foi criado, e eu insisti com Dr. Fernando para que o ginásio saísse, e foi montado num prédio muito acanhado, que hoje é o Colégio Couto Magalhães, que pertence a uma associação de deficientes, orientada por Sarita Baracat. Então, o Colégio Fernando Reis foi construído numa área em frente à igreja Nossa Senhora do Carmo, e ali funcionou durante muito tempo. Ultimamente, ele foi removido para Alzira Santana, uma avenida que eu mesmo coloquei o nome de um professor de Cuiabá, que prestou relevantes serviços em Várzea Grande.

MA – Desse Colégio o Sr. foi o primeiro diretor?

UMS – Diretor não, só professor, professor de Matemática.

MA – E na política, como foi sua entrada?

UMS – A minha entrada na política foi uma questão de desentendimento com o Prefeito de Várzea Grande da época, Licínio Monteiro. Até então, nunca tinha sido político, E então passei a militar na política porque ele era o único político aqui dentro de Várzea Grande. Ele era o homem que mandava, e eu consegui em pouco tempo virar o sistema político aqui, dentro de V. Grande, que a UDN passou a ganhar as eleições desde 1958.

MA – Foi com a sua entrada?

UMS – Foi sim, em 1958 eu já tive uma votação superior à do Monteiro, elegemos também o Fernando Corrêa, o Senador mais votado pela UDN. Em 1960, o Fernando ganhou outra vez, e elegemos o Prefeito de V. Grande, que foi o Napoleão José da Costa.

MA – E Sr. foi eleito Deputado?

UMS – Sim, por duas vezes.

MA – Em que anos?

UMS – Em 1958 e em 1962, eu não me elegi, mas fiquei como suplente primeiro suplente, fui para a Assembleia Legislativa e fiquei até 1966.

MA – No tempo que o Sr. era Deputado, quais eram suas principais reivindicações?

UMS – As reivindicações não era apenas para o município de Várzea Grande, geralmente eu trabalhava também para outros municípios, como o Livramento, minha origem é de lá. No Dom Aquino, a primeira escola foi montada também por mim, pois a escola que tinha lá era em um rancho comprido, então, eu lutei com o Fernando Corrêa e foi construída a escola de lá. Acredita a senhora que eles tiveram a coragem de me deixar de lado, nem convite fizeram para mim quando da inauguração da escola, e eu que coloquei a pedra fundamental e tudo o mais. Então, eu, que gostava tanto de Dom Aquino, passei a ter um desprezo por aquilo. E aqui em V. Grande, fiz uma porção de obras, como o Distrito Policial, estradas, poços de água, pois naquela época encanamento era difícil, e assim uma série de trabalhos que a gente fez, uns aqui, outros ali, e até uma estrada ligando o distrito de Porto Estrela por um setor melhor, porque a estrada, antes, era feita pelo Pantanal, até Barra dos Bugres, com 32 km, e essa outra ficou com 18 km, muito mais curta, em terra seca, e hoje já deve ter melhorado muito, mas quem fez primeiro essa estrada fui eu.

MA – Sr. Ubaldo, por que depois de 1966 o Sr. deixou de se interessar por política? O Sr. teve alguma desilusão?

UMS – Tive, concordo que fui um homem que lutei tanto pela candidatura de Dr. Fernando Corrêa, pois simpatizava muito pela sua pessoa, e, no entanto, depois que ele largou o poder, em 1961, ele começou a desprezar seus velhos amigos e ficou agarrado com dois deputados, que não vou revelar seus nomes. Então, eu achei que não convinha mais, porque fazer política com o governo de cima é fazer política por nossa conta, é errar dez vezes.

MA – Então, o Sr. deixou a política e passou mais a cuidar de sua intelectualidade?

UMS – Realmente, foi nessa época que achei melhor me divertir através dos livros, lendo mais, montando minha biblioteca, apegando mais à vida cultural do meu Estado do que permanecer numa área em que estavam me prejudicando, em vez de me beneficiar,

MA – Então, o Sr. gosta mais de ser um intelectual do que ser um político?

UMS – Sem dúvida nenhuma, mas aqui ainda tem um vereador, o meu filho é Presidente da Câmara.

MA – Quantos filhos o Sr. tem?

UMS – Três homens: Ubaldo, Afonso, Afrânio, e Suíse.

MA – Então, a sua família é uma família de políticos?

UMS – Sim.

MA – O Sr. está com dois trabalhos inéditos: um é “*Flor de Pequi*” e o outro é a “*História de Várzea Grande*”.

UMS – Sim, mas o prefeito que está agora me pediu para eu fazer a história de Várzea Grande na década de 70 a 80. Daí, eu escrevi, passei seis meses trabalhando.

MA – Sr. Ubaldo, qual é a grande migração para Mato Grosso e exclusivamente Várzea Grande, como o Sr. vê isso?

UMS – A migração para Várzea Grande teve influência enorme em Cuiabá, também. Nesses últimos anos, ela decorre de um trabalho de um governador que passou pelo Alencastro, foi no governo Pedro Pedrossian, e ele então desbravou aquela área de Cáceres, explorando o Sepotuba, Cabaçal, Jauru, afluentes do Alto Paraguai, as matas virgens e ricas e trouxe capitalistas de São Paulo, através das amizades na Noroeste Brasil, onde ele foi um dos diretores. E entregou as terras para que eles colocassem o capital e, em face disso, começaram a exploração e, claro, precisavam de braços. Em

Mato Grosso, a mão de obra pouco dá para a lavoura, porque a lavoura mecanizada surgiu depois desse avanço, que veio de vinte anos atrás, no governo Pedro Pedrossian, quando Júlio Campos iniciou a sua luta política, já formado numa escola de Jaboticabal, ele veio, então, concorrer uma parcela de seu esforço para dividir essas áreas e entregar as pessoas vindas de fora. Ele e o Canelas foram os responsáveis. Então, daí adveio um avanço enorme na penetração do homem, não só nesse setor, como também em outros. Mas, questão de três ou quatro anos depois, o grande Médici prestou um enorme serviço a Mato Grosso, que foi a estrada Cuiabá-Santarém. A razão de Sinop, Colíder, Alta Floresta, de tudo, foi através dessa estrada, pois não tinha como penetrar nessa área e tudo isso também já motivou para outros lados. Mas, voltando agora para os problemas sociais de Várzea Grande, como tem sido para Cuiabá, em decorrência da penetração muito grande, tem dado um trabalho medonho para os prefeitos, em razão de serem os pedidos constantes de ajuda para o governo federal, porque, penetrando uma área onde não tem energia elétrica, água e esgoto, o prefeito não tem condição de resolver tudo isso da noite para o dia, com fracos recursos decorrentes da arrecadação do IPTU. O problema de uma população e de um povo que está querendo se agarrar à terra, querendo a sua casa, enraizar com seus familiares, e isso eu não estou falando de uma família, e sim de um povo, com milhares e milhares de famílias, de modo que o problema social é o mais duro de ser resolvido. Agora, depois de resolvido este, os outros são menores, e temos uma população maior e mais mesclada, com modos e costumes diferentes, e o modo de falar cuiabano já não fica mais cuiabanizado, e até o rio Cuiabá sofre influência, tudo se modifica. Eu fui visitar um compadre meu e ele fala com aquele sotaque bem cuiabano, e o filho estudou, fez um curso universitário, e a maneira de um conversar, a linguagem de um para o outro é totalmente diferente. O filho, falando muito bem, corretamente, e o pai com aquele velho costume de cuiabano antigo. De modo que, resolvido o problema social de Cuiabá e V. Grande, fica solucionado o problema do migrante.

MA – O Sr. não acha que esse bairro Cristo Rei é um dos mais violentos que tem na Grande Cuiabá? Também é motivado pela vinda do migrante, não é?

UMS – Sem dúvida, hoje, da criminalidade em Várzea Grande, 80% é de gente de fora. Até simples baderninha é de gente de fora. Quando acontece algum crime de pessoas daqui, você conhece a pessoa, sua família e tudo, mas agora, quando se trata de pessoas de fora, você não conhece a pessoa, sua família, e qual o requinte de crueldade dessa pessoa, você não conhece sua índole, então, fica tudo mais difícil. De modo que

estamos sempre correndo perigo, tanto em Cuiabá como em Várzea Grande. Mas essa afirmação sobre o Bairro Cristo Rei não é bem assim, pois aqui em Cuiabá tem setores bem perigosos, como o setor da rodoviária, esse setor é tão violento quanto o Cristo Rei. Se bem que não deveria ser, pois lá está em grau de capital do Estado e aqui está em grau de Bairro de Várzea Grande, está em grau de migrantes. de pessoas de menos recursos, vão morar aonde? No fundão do Cristo Rei, que é a Lagoa Jacaré, Lagoa dos Patos, que hoje estão aterradas, e o homem quando quer morar, ele não se preocupa com a água, ele forma uma casinha de palafita e outra dentro dela e se acomoda, de modo que ali na rodoviária deveria ser diferente, pois está pertinho do CPA, das três COHABs, São lugares bárbaros, principalmente a COHAB Três, é um horror, assaltos, nem se fala. Aqui tem mais briga, barulho, mas roubo não tem tanto. E lá é mais arrombamento, Eu acho que Mato Grosso inchou-se barbaramente.

MA – Como o Sr. é várzea-grandense de tradição, qual é o seu sentimento em relação a isso?

UMS – Eu não acho muito bom, eu tenho uma saudade doida do meu tempo de menino, quando não tinha luz elétrica, aparecia aquele luar lindo e ficava tão claro como se fosse luz elétrica, a gente conhecia as pessoas de longe, de tão claro. Do meu tempo de rapazinho, do tempo das festas, tudo era muito diferente de hoje, também Várzea Grande tinha mil habitantes, tudo esparramadinho, uns para cá e outros para lá. Mas eu não sou de apegar a nada, de ficar parado, eu sou de andar depressa, sou de evolução, se evoluir eu evoluo também, eu não fico parado no tempo, não sou como muitos que existem por ai, com idade bem inferior que a minha e já estão deitados na rede, só balançando. Eu gosto de trabalhar bastante, saio à noite, todas as noites, e chego tarde em casa, durmo tarde e levanto cedo, eu vou morrer andando.

MA – O que o Sr. tem feito pela Casa da Cultura de Várzea Grande?

UMS – Lá não está andando depressa, está bem devagar pelo seguinte, porque todos os prefeitos que entram, deixam uma contribuição de cultura, isso já uns três ou quatro prefeitos para trás. Mas a Casa da Cultura que eles têm deixado aí limita-se exclusivamente ao artesanato, compra e venda para incentivar o artesão, tudo bem. Quando um prefeito termina seu mandato, ou está preste a terminar, aí então eles vendem toda produção por eles compradas e fazem dinheiro, pagam os artesãos, e fica assim desse jeito, fica limpa a Casa da Cultura. Então, outro prefeito assume, cuida dos primeiros assuntos de necessidade urgente, aí, então, se cria uma nova Casa de Cultura em outro lugar, alugam outra casa, e nunca na mesma casa anterior, e continua o mesmo

erro, só artesanato. É cultura, mas uma cultura artesanal, e a cultura artesanal é a cultura última de um povo, é o fim. A cultura princípio é a sua documentação, é a sua reserva em prédios tradicionais, é a sua reserva em homens, em seu lugar, reserva em galeria de governo de seus vereadores, da gente que se projetou no município, isso que se tem que manter, pois a cultura são objetos antigos e tudo o mais. Eu tenho muitas coisas antigas guardadas, estou juntando tudo.

MA – Tudo o que?

UMS – O pito e o isqueiro, como era difícil acender em uma fagulha de fogo no tempo passado. E era daqui de Várzea Grande.

MA – O Sr. tem?

UMS – Eu vou pegar lá para mostrar.

MA – Isso que o Sr. mostrou é um isqueiro?

UMS – Isqueiro, este é o pito.

MA – Esse aqui é...

UMS – Esse aqui é a Brota, que tira o fogo da pedra.

MA – Esse objeto é para exposição lá de Casa da Cultura?

UMS – Vou, mas eu quero arrumar tudo direitinho.

MA – Isso tudo o senhor vai expor lá?

UMS – Vou, mas agora estou sem lugar lá, estou só com uma sala...

NORMAS PARA A REVISTA DO IHGMT PARA 2016/2

Dossiê: Cândido Mariano da Silva Rondon – sesquicentenário de nascimento (1864-2016)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso poderá ser dividida nas seguintes seções: **Editorial, Dossiê, Artigos e Notícias**, podendo ainda, ocasionalmente, **resenhas, discurso, nominata institucional, relatórios e transcrição de documentos**. Os textos aceitos para a publicação deverão ser inéditos e versar sobre o contexto regional ou nacional. Os mesmos serão previamente aprovados pelos Conselhos Editorial e Consultivo da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudos de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT, a instituições públicas ou privadas, ou de pesquisadores independentes. O **Dossiê será sempre temático** e os artigos nessa seção, deverão contemplar, obrigatoriamente, o tema privilegiado pela Instituição. Os *Artigos* devem versar sobre temas diversos e serão também objeto de análise e seleção pelo Conselho Editorial e Consultivo do periódico.

Todos os artigos, do *Dossiê* ou da seção *Artigos*, obrigatoriamente, após o **título** (em língua portuguesa e estrangeira, grafados em Time News Roman, fonte 12, CAIXA ALTA), serão seguidos da(s) autoria(s) (Autor(es) por nome(s) e sobrenome(s), identificados em **rodapé**, constando: **vinculação institucional, maior título e-mail**).

Abaixo do Título deverão, obrigatoriamente, constar:

RESUMO: (no mínimo 5 linhas)

Palavras-chave: (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

ABSTRACT / RESUMEN: (no mínimo 5 linhas)

Keywords ou **Resumen:** (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

Os **Resumos** e sua versão em língua estrangeira deverão ser grafados em **Time News fonte 11 e espaço simples, justificado**.

- Normas de apresentação do corpo dos textos:

- Digitados em Windows, fonte **Times New Roman tamanho 12, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4, justificado;**
- Dimensão mínima de **15 e máxima de 35 laudas** para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para as demais categorias a margem de páginas é livre, sendo dispensados o resumo, palavras-chave, abstract e keywords, porém a referência em rodapé do(s) autor(es) é indispensável.
- Expressões em *língua estrangeira, títulos de obras e trechos de entrevistas* devem ser digitados em *itálico*
- Deve ser **evitado o uso do negrito** para destaque, preferindo-se o *itálico*.

- Citações no corpo do texto

- As **citações no corpo do texto, até 4 linhas**, devem estar grafadas em fonte 12, espaço 1,2, **entre aspas** e sem qualquer grifo, seguidas da **referência abreviada** (AUTOR, ANO E PÁGINA). Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387), deixando a citação completa para as **Referência** final. Caso a citação tenha sido capturada de outra obra, referencia-se (SOUZA, 2008, *apud* AUTOR, ano e página)

- As **Citações com mais de 4 linhas** devem ser apresentadas em **reco** de 2 cm da margem esquerda, grafadas em **fonte normal**, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.

- Quando as citações de corpo de texto ou **reco** forem de **transcrição de entrevistas** ou depoimentos devem ser escritas em *itálico*, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.

- As **ilustrações** devem apresentar título centralizado (parte superior, fonte 12), sendo que na parte inferior da imagem (**fonte 10**), indicativa deve-se indicar a fonte de onde foi retirada, ou autor e ano da foto, se for o caso.

Na **citação documental**, referenciar entre parênteses: (TÍTULO DO DOCUMENTO, indicação do Arquivo/Acervo)

- As **imagens** devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI **enviadas em separado**, indicando no texto a sua entrada.

- Notas de Rodapé

- As notas de rodapé deverão **ser sempre de natureza explicativa**, grafadas em **Time News, tamanho 10, justificadas**.

- Referências

- As **Referências**, colocadas sempre incluem tanto a bibliografia quanto a documentação e deverão vir no final do texto. A bibliografia deverá ser ordenada em ordem alfabética dos autores (SOBRENOME, nome e pré-nome, seguida do **título (grafado em itálico)** sendo que a documentação por entrada de acervos ou ordenada apenas cronologicamente. **Formatadas à esquerda**.

- Para **notícia, discurso, resenha** não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:

* Título, nome do autor alinhado à direita;

* Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*.

Direitos Autorais

- Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor ao IHGMT.

Avaliação dos textos para publicação

- Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo da Revista, ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração via *e-mail*.

Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via *e-mail* para o seguinte endereço: bethmsiqueira@gmail.com, em arquivo (em Word 97-3002 ou Word dotx) anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente no corpo do *e-mail*.

Revisão dos textos

A **revisão** dos textos pelas normas da ABNT, ortográfica e gramatical, é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, por preço simbólico com pagamento por página (R\$ 5,00).

Publicação

A Revista do IHGMT poderá ser publicada **em papel e/ou on-line**. No primeiro caso, cada autor tem direito a 5 exemplares, o mesmo ocorrendo na versão *on-line*. A revista na íntegra será veiculada no *site* www/casabarao.com.br.

O periódico está **cadastrado no IBICT** – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897. Na avaliação pela CAPES, está qualificado em Qualis B3.

As dúvidas deverão ser encaminhadas para [**emsiqueira@gmail.com**](mailto:emsiqueira@gmail.com)

